



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-UESB)**  
**Mestrado em Geografia**



**GUILHERME MATOS DE OLIVEIRA**

**TERRITORIALIZAÇÃO PELA LIBERTAÇÃO: A COMISSÃO PASTORAL DA  
TERRA (CPT) NAS LUTAS DE CLASSE DO CAMPO NO CENTRO-SUL BAIANO**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
2021**

**GUILHERME MATOS DE OLIVEIRA**

**TERRITORIALIZAÇÃO PELA LIBERTAÇÃO: A COMISSÃO PASTORAL DA  
TERRA (CPT) NAS LUTAS DE CLASSE DO CAMPO NO CENTRO-SUL BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGeo-UESB) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas da Natureza e do Território.

Orientador: Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzane Tosta Souza

O47t

Oliveira, Guilherme Matos de.

Territorialização pela libertação: a comissão pastoral da terra (CPT) nas lutas de classe do campo no centro-sul Baiano. / Guilherme Matos de Oliveira, 2021.

170f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referência F. 148 – 156.

1. Movimentos sociais - Camponeses. 2. (CPT) – Comissão Pastoral da Terra - Território. 3. Resistência. I. Santos, Jânio Roberto Diniz dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 303.484

*Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890***

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



Governo do  
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Recredenciada pelo Decreto Estadual  
Nº 16.825, de 04.07.2016

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### TERRITORIALIZAÇÃO PELA LIBERTAÇÃO: A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NAS LUTAS DE CLASSE DO CAMPO NO CENTRO-SUL BAIANO.

GUILHERME MATOS DE OLIVEIRA

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: **28 de junho de 2021**

Banca Examinadora

  
**Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos**  
(Orientador ) (UESB)

  
**Profa. Dra. Suzane Tosta Souza**  
(Coorientadora) (UESB)

  
**Prof. Dr.ª Raimunda Áurea Dias de Souza**  
(Examinadora Externa) (UPE/PE)

  
**Prof. Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros**  
(Examinador Interno) (UESB)

**Vitória da Conquista- BA**

Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424-8741 | ppgeo@uesb.edu.br

**Campus de Itapetinga**  
Praça da Primavera, 40  
Bairro Primavera  
CEP 45.700-000  
PABX: (77) 3461-8600

**Campus de Jequié**  
Rua José Moreira Sobrinho, s/n  
Bairro Jequeizinho  
CEP 45.200-000  
PABX: (73) 3528-9600

**Campus de Vitória da Conquista**  
Estrada do Bem Querer, km 4  
Bairro Universitário  
CEP: 45031-300  
PABX: (77) 3424-8600

*A todos que compõem coletivamente as trincheiras da luta social e política em nosso país, mesmo nas circunstâncias caóticas e de incertezas vividas atualmente; e a Pastoral da Terra, por resistir convicta pela libertação dos camponeses em todo o território brasileiro e no Centro-Sul da Bahia*

## AGRADECIMENTOS

Externar nosso contentamento pela concretização do Curso de Mestrado nos faz retomar todo nosso percurso nele, com avanços/limitações/obstinações tanto no plano teórico quanto na realidade concreta que a partir de 2020 nos desafiou, enquanto pesquisador(es), a construirmos cientificamente nossos estudos no distanciamento social frente à circulação pandêmica do coronavírus. Atingir a compilação deste texto não foi fácil, inúmeros foram os momentos solitários de abatimento vividos na escrita desta dissertação em meio à crise sanitária e social, mas contar com o apoio, carinho e amizade de companheiras e companheiros de luta acadêmica e política nos faz reafirmar que o espaço social não é produzido na individualidade; ele é produto da coletividade, que fez-me chegar até aqui.

Agradeço a Nosso Senhor e a Nossa Senhora que estão sempre em meu coração e são inspirações para minha vida, pois mesmo na pobreza, viveram só para amar e lutar por um mundo justo. Agradeço a minha família, **minha mãe: Maria Cema** e **meus irmãos: Gabriele, João Vitor e Pedro Henrique** por estarem comigo, apoiando meus projetos, suas concretizações, e me amarem incondicionalmente.

Com muita satisfação agradeço as orientações, acolhida, amizade e exemplos dos professores **Suzane Tosta e Jânio Diniz**. Nunca esquecerei da estima e do grande apoio de vocês dois para comigo, que são raros num mundo de egoísmo societal ao qual, infelizmente, estamos inseridos, mas que teimosamente negamos e lutamos pela sua superação.

Agradeço primeiramente Suzane Tosta, pois foi quem oportunizou-me o espaço da pesquisa desde a graduação, acreditando no pesquisador que estava em mim e ensinando a não anular-me ante às crueldades sociais com seu testemunho corajoso de mulher, mãe, trabalhadora, professora pesquisadora e militante política... repleta de lutas em sua humanidade. Su, amiga amada, você estará sempre em minha vida, pois muito do que sou hoje devo ao seu companheirismo revolucionário.

Jânio Diniz, orientador desta pesquisa e amigo, seus ensinamentos e virtudes como bondade, calma, generosidade e vitalidade são características de sua trajetória – tão escassas em nossa sociedade – somadas a sua condição de pai, trabalhador, professor pesquisador e militante que também influenciaram minha caminhada até a

conclusão desta importante etapa. Saiba que seu exemplo estará em mim por onde eu estiver, e lhe agradeço por fazer-se presente nessa empreitada comigo.

Agradeço as demais pessoas queridas da Universidade que uniram-se comigo nesse período: os **colegas amigos da turma de 2019 do mestrado: Thaís, Joctan** (que tanto me apoiou no contato com a pastoral), **Bruno, Luma, Franciane, Karen, Jéssica, Geisa, Núbia, Thiago, Renaildo, Ane Caroline, Mariana, Nilton e Gerardo**, com os quais aprendi e convivi; bem como as amigas **Lara, Gislane** (Gisa), **Edlene** (Dila), **Camila, Uriana**, e os amigos **Eric e Lucas Aguiar**. Agradeço as minhas amigas **Joelma Miranda** (Jô) pela confecção dos mapas e **Fernanda Rodrigues** no auxílio às entrevistas. Agradeço aos professores **Espedito Maia e Sócrates Menezes** por compartilharem seus consistentes conhecimentos nas disciplinas do curso, ao professor **Victor Leal** pelo auxílio no Tirocínio Docente e ao **Programa de Pós-Graduação em Geografia** da UESB por meio dos professores **Altemar Rocha e Mário Rubem**, e de sua secretária **Zaira Bonfim**, grande amiga.

Agradeço aos professores **Raimunda Áurea Dias e Ruy Medeiros** por colaborarem conosco na leitura desta dissertação enquanto banca examinadora, nas quais teceram ponderações críticas e contribuições necessárias para os encaminhamentos deste texto.

Um agradecimento especial aos **agentes da CPT** da região, entre eles **Edilene, João Batista e Gilmar**, três companheiros que não mediram esforços ajudando-me na constituição deste texto desde os dados, materiais, depoimentos e com a prática pastoral deles junto as comunidades camponesas do Centro-Sul Baiano – que tanto fundamentam nossas reflexões sobre as renitências do campesinato na atualidade – e as quais também agradecemos por compartilharem informações sobre suas ‘labutas’ em vista da libertação dos seus sujeitos expressos analiticamente nesta pesquisa.

Por fim, agradeço à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** (CAPES) pelo substancial financiamento a esta pesquisa.

A vocês, toda minha gratidão!

*Senhores Barões da terra  
Preparai vossa mortalha  
Porque desfrutais da terra  
E a terra é de quem trabalha  
Bem como os frutos que encerra  
Senhores Barões da terra  
Preparai vossa mortalha.  
Chegado é o tempo de guerra  
Não há santo que vos valha:  
Não a foice contra a espada  
Não o fogo contra a pedra  
Não o fuzil contra a enxada:  
- União contra granada!  
- Reforma contra metralha!*

*[...]*

*Senhor Grileiro de terra  
É chegada a nossa vez  
A voz que ouvis e que berra  
É o brado do camponês  
Clamando do seu calvário  
Contra a vossa mesquinhez*

*[...]*

*Queremos que a terra possa  
Ser tão nossa quanto vossa  
Porque a terra não tem dono  
Senhores Donos da Terra.  
Queremos plantar no outono  
Para ter na primavera  
Amor em vez de abandono  
Fatura em vez de miséria.*

*Queremos paz, não a guerra  
Senhores Donos da Terra...  
Mas se ouvidos não prestais  
Às grandes vozes gerais  
Que ecoam de serra em serra  
Então vos daremos guerra  
Não há santo que vos valha:  
Não a foice contra a espada  
Não o fogo contra a pedra  
Não o fuzil contra a enxada:  
- Granada contra granada!  
- Metralha contra metralha!*

*E a nossa guerra é sagrada  
A nossa guerra não falha!*

*(Os Homens da Terra – Vinicius de Moraes)*

## RESUMO

Os movimentos sociais camponeses são expressões concretas da luta de classes no interior da questão agrária brasileira, no seu conteúdo histórico, em meio a constituição da propriedade privada e dos conflitos e contradições das classes que se reproduzem na terra, com interesses distintos pelos quais, ao mesmo tempo, materializam os antagonismos da relação capital *versus* trabalho no campo. Nesse contexto, o território é produto da processualidade desigual e combinada do atual modo de produção que, na oposição da classe camponesa pela terra de trabalho *versus* das classes proprietárias pela terra de negócio, seus embates são inevitáveis; à medida que diante da crise estrutural do capital as contradições vão sendo acirradas e seus rebatimentos atingem o espaço agrário, a exemplo dos constantes ataques perpetrados principalmente pelo Estado à luta pela terra, sendo que a ala pastoral da Teologia da Libertação vinculada à Igreja Católica encontra-se inserida nesse processo. Diante disso, a presente dissertação objetiva analisar a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas lutas de classe do campo no Centro-Sul Baiano. Para tanto, contamos com vários procedimentos metodológicos como levantamento bibliográfico e documental, bem como de dados oficiais e da própria CPT sobre os conflitos no campo brasileiro, mapeamentos, registros fotográficos, realização de entrevistas, dentre outros, com o fito de sistematizarmos nossas análises sobre a realidade em estudo. Afere-se que o movimento pastoral esteve durante toda sua trajetória na região ao lado das mobilizações dos camponeses tanto em sua organização formativa nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas ocupações de terra, principalmente no final do século XX, em manifestações públicas, dentre outras importantes ações que, frente ao cenário político, econômico e social brasileiro contemporâneo, foram sendo resfriadas mediante a criminalização das suas lutas pela via da lei burguesa, ao passo que as recentes estratégias de atuação da CPT estão ancoradas na dimensão da resistência e continuam acontecendo, mesmo diante dos recuos estratégicos de sobrevivência dos movimentos sociais ante as investidas dos entes capitalistas pela desarticulação total das lutas do campesinato. Seja por meio de formações direcionadas pelos agentes pastorais, acompanhamento das comunidades camponesas envolvidas em conflitos trabalhistas, por terra e por água, manifestações políticas contrárias aos diversos projetos do agronegócio para a região, e nas ações emergenciais diante da circulação pandêmica da Covid-19 no campo, a Pastoral da Terra permanece junto às causas dos camponeses na totalidade histórica da territorialização de suas lutas, haja vista que mesmo diante dos flagelos enfrentados cotidianamente, seguem na esperança pela libertação da terra e dos seus sujeitos sociais na superação radical ao latifúndio e às determinações destrutivas do capital sobre o trabalho camponês, para um outro modo de sociabilidade nas suas trincheiras territoriais.

**Palavras-chave:** Camponeses; CPT; Movimentos Sociais; Resistência; Território.

## ABSTRACT

The peasants social movements are concrete expressions of the class fight inside the Brazilian agrarian question, in its historical content, amidst the constitution of private property and the conflicts and contradictions of the class that reproduce on earth, with diverse interests that, at the same time, materialize the antagonisms of the relationship between capital and labor in the field. In this context, the territory is product of the uneven and combined procedurality of the current mode of production that, at opposition of the peasant class for the earth of labor and the proprietary class for the earth of business, their clashes are inevitable; whereas in the face of the structural crisis of capital the contradictions are becoming more intense and their repercussions reach the agrarian space, the example of the constant attacks perpetrated mainly by the State to the fight for the earth, being that the pastoral wing of Liberation Theology linked to the Catholic Church is inserted in this process. Therefore, the present dissertation aims to analyze the acting of the Pastoral Earth Commission (CPT) in the class fights of the field in the Center-South of Bahia. Thus, we have several methodological procedures such as bibliographic and documentary lifting, as well as official data and of own CPT on the conflicts in the Brazilian field, mappings, photographic records, conducting interviews, among others, with the aim to systematize our analyzes on the reality under study. Points out that the pastoral movement was stay during his entire trajectory in the region alongside the mobilizations of the peasants either in its formative organization in the Basic Ecclesial Communities (CEBs), in the earth occupations, mainly in the 20th century, in public manifestations, among other important actions that, in front of the contemporary Brazilian political, economic and social scenery, were being colds by criminalizing their fights through bourgeois law, whereas the recent CPT action strategies are anchored in the dimension of resistance and keep happening, even in the face of the strategic retreats of survival of social movements before of attacks by capitalist entities for entire disarticulation of the fight of the peasantry. Either through of formations directed by pastoral agents, accompaniment of peasant communities involved in labor conflicts, over earth and water, political manifestations contrary to the diverse agribusiness projects for the region, and emergency actions front the pandemic circulation of Covid-19's in the field, the Pastoral of the Earth remains with the causes of the peasants in the historical totality of the territorialization of their fights, having seen that even in the face of the scourges faced daily, they follow in hope for the liberation of the earth and its social subjects in the radical overcoming of the great earth property and to the destructive determinations of capital on peasant labor, for one other mode of sociability in its territorial trenches.

**Keywords:** Peasants; CPT; Social Movements; Resistance; Territory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Figuras

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 – Casa construída por Adutório em Matas de Pau-Brasil (1970).....   | 72  |
| Figura 2 – Despejo de posseiros do Assentamento União (1990).....  | 77  |
| Figura 3 – Luta pela Terra na Ocupação de Posseiros na Fazenda Paixão (1991).....  | 78  |
| Figura 4 – Capa do Jornal O Animador de Fevereiro de 1975.....   | 87  |
| Figura 5 – Organização da Comissão Pastoral da Terra no Brasil (2001).....   | 103 |
| Figura 6 – Capa do Caderno Conflitos no Campo Brasil (2020).....   | 107 |
| Figura 7 – Protesto em Guanambi-BA contra a construção da barragem de rejeito pela Bamin, junho de 2019.....                         | 120 |
| Figura 8 – Nascentes da Comunidade Taquaril dos Fialhos, Licínio de Almeida-BA (2020).....   | 121 |
| Figura 9 – Participação da CPT no encontro do CEAS em Vitória da Conquista-BA (2019).....  | 133 |
| Figura 10 – Contribuição da CPT na Live Bens Naturais e Soberania Nacional do MAM (2020).....  | 134 |
| Figura 11 – Reunião propositiva sobre as missões populares na Articulação Popular em defesa do Rio Pardo e Corrente (2020).....      | 134 |
| Figura 12 – Articulação Estadual frente a expansão da mineração nos territórios baianos (2020).....                                  | 134 |
| Figura 13 – Participação da CPT no II Encontro Internacional sobre energias renováveis: Brasil, Peru, Bolívia e Alemanha (2020)..... | 134 |
| Figura 14 – Cartaz de divulgação da Campanha da CPT de combate ao Trabalho escravo no Brasil (2020).....                             | 136 |
| Figura 15 – Ação prática da CPT na campanha de combate ao Trabalho escravo no Centro-Sul Baiano (2015).....                          | 136 |
| Figura 16 – Cartaz de divulgação da Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa-BA (2020).....                                 | 137 |
| Figura 17 – Celebração Orante em Bom Jesus da Lapa-BA (2019).....  | 138 |
| Figura 18 – Via-Sacra em Bom Jesus da Lapa-BA (2017).....  | 138 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 19 – Plenarinho em Bom Jesus da Lapa-BA (2019).....   | 138 |
| Figura 20 – Grande Plenário Virtual (2020).....  | 138 |
| Figura 21 – Noite Cultural em Bom Jesus da Lapa-BA (2017).....   | 138 |
| Figura 22 – Missa de Encerramento em Bom Jesus da Lapa-BA (2020).....  | 138 |
| Figura 23 – Assembleia do Sub-regional Sul/Sudoeste da CPT Bahia (2017).....   | 141 |
| Figura 24 – Atuação da CPT Bahia Sub-regional Sul/Sudoeste nas redes sociais (2020).....   | 141 |
| Figura 25 – Veiculação de CARDS da CPT sobre elementos da conjuntura política no Centro-Sul Baiano (2020/2021).....                                      | 142 |
| Figura 26 – Veiculação de CARDS da CPT sobre a Covid-19 no Centro-Sul Baiano (2020/2021).....  | 142 |
| Figura 27 – Arrecadação de alimentos e produtos de higiene destinados às comunidades camponesas do Centro-Sul Baiano na pandemia da Covid-19 (2020)..... | 143 |

### **Lista de Mapas**

|   |     |
|---|-----|
| Mapa 1 – Área de atuação da Comissão Pastoral da Terra no Centro-Sul da Bahia (2021)..... | 21  |
| Mapa 2 – Índice de Gini da Estrutura Fundiária do Brasil (2019).....                      | 47  |
| Mapa 3 – Áreas de atuação da CPT em nível diocesano no Centro-Sul da Bahia (2021).....    | 104 |

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

### Lista de Tabelas

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Violência no Campo Brasileiro (2010-2020).....            | 37 |
| Tabela 2 – Resfriamento da Luta Camponesa no Brasil (2010-2020)..... | 41 |

### Lista de Quadros

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 – Síntese dos propósitos de ação da CPT no Brasil (2001).....  | 101 |
| Quadro 2 – Conflitos no Campo do Centro-Sul Baiano (2019/2020).....   | 113 |
| Quadro 3 – Encaminhamentos da Grande Plenária da 43ª Romaria da Terra e das Águas em Bom Jesus da Lapa-BA (2020)..... | 139 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |   |
|----------|---|
| AC       | Ação Católica   |
| ASA      | Articulação no Semiárido Brasileiro   |
| BDTD     | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações                                     |
| CEAS     | Centro de Estudos e Ação Social   |
| CEBs     | Comunidades Eclesiais de Base   |
| CEDASB   | Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia                |
| CELAM    | Conferência Episcopal Latino-Americana  |
| CETA     | Movimento de Trabalhadores/as Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia                |
| CEUSC    | Centro dos Estudantes Universitários e Secundaristas de Conquista                         |
| CIMI     | Conselho Indigenista Missionário  |
| CNBB     | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil   |
| CONTAG   | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura                                    |
| COVID-19 | Novo Coronavírus  |
| CPI      | Comissão Parlamentar de Inquérito   |
| CPT      | Comissão Pastoral da Terra  |
| CUT      | Central Única dos Trabalhadores   |
| DNOCS    | Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  |
| EFA      | Escola Família Agrícola   |
| EZLN     | Exército Zapatista de Libertação Nacional   |
| FETAG    | Federação dos Trabalhadores na Agricultura  |
| FIOL     | Ferrovias de Integração Oeste-Leste   |
| GPECT    | Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais |
| IBC      | Instituto Brasileiro do Café  |
| ICAR     | Igreja Católica Apostólica Romana   |
| INCRA    | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                                       |
| INTERBA  | Instituto de Terras do Estado da Bahia  |
| JAC      | Juventude Agrária Católica  |
| MAM      | Movimento pela Soberania Popular na Mineração   |

|        |  |
|--------|--|
| MEB    | Movimento de Educação de Base                                  |
| MEC    | Ministério da Educação   |
| MER    | Movimento de Evangelização Rural                               |
| MP     | Medida Provisória  |
| MPA    | Movimento dos Pequenos Agricultores                            |
| MST    | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                   |
| MTD    | Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos        |
| OIT    | Organização Internacional do Trabalho                          |
| OMS    | Organização Mundial de Saúde                                   |
| ONG    | Organização não governamental                                  |
| OXFAM  | Comitê de Oxford para Alívio da Fome                           |
| PCB    | Partido Comunista Brasileiro                                   |
| PL     | Projeto de Lei   |
| PLS    | Projeto de Lei do Senado                                       |
| PPL    | Pastoral Popular Luterana                                      |
| PT     | Partido dos Trabalhadores                                      |
| P1MC   | Projeto Um Milhão de Cisternas                                 |
| SIG    | Sistema de Informações Geográficas                             |
| STTR   | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista     |
| SUDIC  | Superintendência do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio |
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste                |
| UGMs   | Unidades Gestoras Microrregionais                              |
| UESB   | Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia                     |
| UFBA   | Universidade Federal da Bahia                                  |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>18</b> |
| <b>2 A GEOGRAFIA AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DA CPT.....</b>                                | <b>27</b> |
| 2.1 Tessituras reflexivas contemporâneas sobre a reprodução do campesinato e suas contribuições ao debate crítico na Geografia Agrária..... | 28        |
| 2.2 Movimentos Sociais Camponeses: para uma leitura crítica dos conflitos de classe na Geografia Agrária.....                               | 34        |
| 2.3 Território: categoria ratificadora da análise geográfica sobre a atuação dos movimentos sociais no campo brasileiro.....                | 42        |
| 2.4 Mobilizações territoriais pela libertação da classe camponesa na América Latina.....  | 50        |
| 2.5 Travessias históricas da CPT na luta pela reprodução social do espaço agrário no Brasil.....  | 55        |
| <b>3 ESPAÇO/TEMPO DA TERRITORIALIZAÇÃO DA CPT NO CENTRO-SUL DA BAHIA.....</b>   | <b>64</b> |
| 3.1 Geografia Histórica dos movimentos sociais camponeses no Centro-Sul Baiano.....   | 65        |
| 3.2 A gênese da territorialização da CPT no Centro-Sul da Bahia.....  | 82        |
| 3.3 Itinerário das lutas sociais e suas aproximações na história da CPT no Centro-Sul da Bahia.....   | 90        |
| <b>4 A ATUAÇÃO DA CPT NO CENTRO-SUL BAIANO NAS RECENTES CONTRADIÇÕES DO CAPITAL NO CAMPO.....</b>   | <b>99</b> |
| 4.1 Da contemporaneidade da CPT do Brasil ao Centro-Sul Baiano à "crucificação" da sua atuação no campo.....                                | 100       |
| 4.2 Expressões cotidianas das "labutas" da CPT nas dificuldades da luta social no campo do Centro-Sul da Bahia.....                         | 113       |
| 4.3 Estratégias utilizadas pelo movimento pastoral em vista da libertação social dos sujeitos camponeses no Centro-Sul Baiano.....          | 130       |

|                          |            |
|--------------------------|------------|
| <b>5 CONCLUSÕES.....</b> | <b>145</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>149</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>    | <b>158</b> |
| <b>ANEXO.....</b>        | <b>168</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente texto, decorrente das discussões iniciais estabelecidas nas pesquisas de Iniciação Científica e do Trabalho Monográfico de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)<sup>1</sup>, busca refletir sobre o movimento histórico e social de reprodução da classe camponesa que se realiza no Centro-Sul da Bahia. Para esta investigação foram ainda contributivas a participação nas reflexões levantadas pelo Grupo de Pesquisa Luta pelo trabalho na periferia de Vitória da Conquista: mobilidade, permanência camponesa e reprodução da vida nas contradições do Urbano; pelo Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GPECT), bem como a realidade camponesa vivida pelos meus pais, avós e por toda uma geração de familiares que no sertão caatingueiro de Anagé, entre lágrimas, sofrimento, fome, pobreza, instauradas pelo modo de produção capitalista, resistiram na luta e na terra, realidade esta que leva um dos seus a compreendê-la pela pesquisa ora construída.

Estes estudos, inscritos num contexto histórico de inúmeras e intensas transformações as quais vem passando o campo brasileiro sob o espectro da barbárie, verificam os desdobramentos da crise estrutural do sistema capitalista que vem se agudizando concretamente e repercutindo no tempo e no espaço da vida e do trabalho camponês. Essa realidade desigual e contraditória, enquanto resultado das investidas e determinações mundializadas do capital sobre o trabalho, tem perpassado pelo cotidiano da reprodução social no campo, por meio da expropriação violenta, uma vez que a incessante acumulação da riqueza capitalista realizada na aliança das classes dominantes para a produção da mercadoria e que tem a terra como reserva de valor, vem alijando os sujeitos que a tem como condição para a vida, ao tempo em que o capital como “um rolo compressor” busca eliminar todos os obstáculos que encontra no seu caminho, inclusive os sujeitos produtores diretos de riqueza, para sua realização ampliada.

Nessa direção, entendemos que o espaço agrário brasileiro constitui-se por meio da oposição de sujeitos sociais em seus interesses antagônicos, e que

---

<sup>1</sup> Realizadas entre os anos de 2016 e 2018 sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suzane Tosta Souza, e que situam as contribuições da Escola Família Agrícola (EFA) nas estratégias de reprodução camponesa no município de Anagé-BA.

evidenciam o contexto da luta de classes cujo conteúdo histórico é atualizado na expansão mundializada, rentista e financeirizada do capital no campo, ao passo que os sujeitos camponeses estando no campo ou, uma vez expulsos, se encontram nas periferias das cidades e se reproduzem diante das dificuldades e privações cada vez mais latentes, sejam elas de âmbito econômico, social ou político, à medida que mesmo diante desses dilemas carregam consigo o potencial de reação/superação do *status quo*, e na resistência não perdem de vista os movimentos sociais de luta pela terra e pelo trabalho.

Superando leituras simplificadas e idílicas que desconsideram as lutas dos movimentos sociais e a relevância do seu conteúdo prático e teórico para se pensar a produção do espaço agrário brasileiro, esta pesquisa visa elucidar a necessidade de compreensão da ação territorial dos movimentos sociais do campo, e mais especificamente a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas lutas dos camponeses do Centro-Sul da Bahia contra as investidas do capital no campo, que se desvela hodiernamente em nosso país pelo agronegócio ao se apropriar dos recursos naturais para a produção da mercadoria e que, de forma paulatina, busca destruir o humano presente no campo, espaço este enquanto singularidade na totalidade, como aponta Lefebvre (2006). Dessa maneira, o pensar espacial em sua produção social, real e conceitual:

[...] só se torna plenamente concreto e recebe seu conteúdo com a resposta às questões que ele permite colocar: “Quem produz? O que? Como? Por que e para quem?” Fora destas questões e de sua resposta, o conceito permanece uma abstração (LEFEBVRE, 2006, p.106-107).

Posto isso, compreendemos que a produção do espaço geográfico se estabelece num metabolismo constante de relações sociais, nas quais seus sujeitos deixam “[...] sua marca sobre a natureza: transformando-a.” (SANTOS, 2004, p. 214). Essa configuração espacial não pode ser entendida de maneira linear, periodizada, tomando como horizonte o mundo atual expresso na realidade concreta de maneira neutra, mas entendendo esse contexto enquanto um processo social e histórico, haja vista que “a sociedade, pois, existe em uma situação de movimento perpétuo, que é o próprio movimento da História.” (SANTOS, 1988, p. 17).

Esse processo tem sua centralidade por meio do trabalho enquanto condição ontológica dos sujeitos sociais ao reproduzirem a vida humana na terra (MARX, 1993).

Por meio da teoria e método em Marx, vislumbramos que os sujeitos ao transformarem a natureza na satisfação de suas necessidades, transformam a sua própria natureza. Contudo, diante dos auspícios contraditórios do capital, o trabalho torna-se:

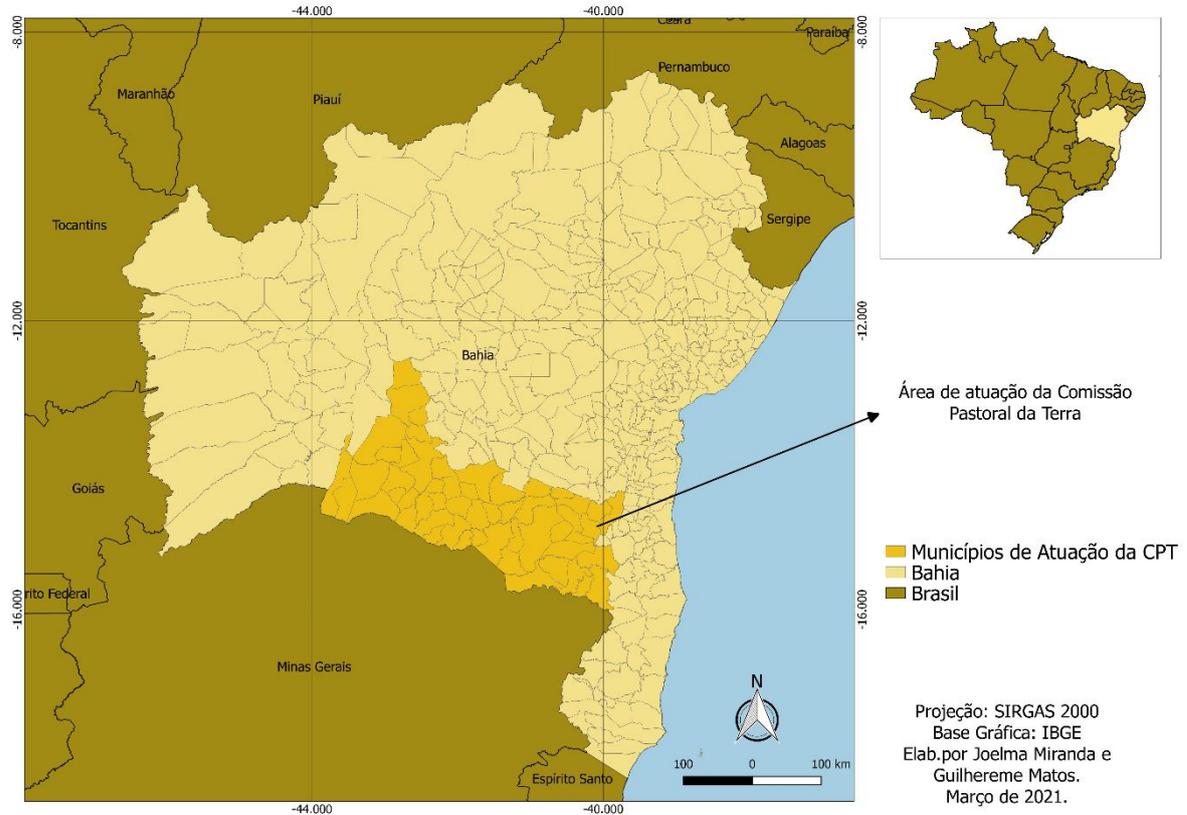
[...] por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (MARX, 2013, p. 104).

Nesse sentido, o mundo do trabalho constitui-se por meio das classes que produzem de maneira desigual o espaço geográfico por meio da divisão social, territorial, sexual e internacional do trabalho, ao tempo em que essa lógica não é alheia ao campo, uma vez que a realidade do conflito provocada pelo sistema capitalista ancora-se historicamente e concretamente em seus espaços enquanto particularidade na totalidade. Dessa maneira, “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade” (MARX, 1983).

Mediante este entendimento advindo do real concreto, nos respaldamos nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, uma vez que “[...] o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 2013, p. 79). No intento de que a discussão teórica fomentada pelo método crítico em sua potência reflexiva possa iluminar a realidade em suas múltiplas determinações – que são essencialmente desiguais, destrutivas e desumanas – buscamos apontar os rebatimentos da relação capital/trabalho e da luta pela terra partindo dos espaços de reprodução camponesa em estudo.

Nesse propósito, tem-se a intenção de elucidar, à luz de uma construção teórica e de análise da realidade em questão, a metamorfose das relações estabelecidas na totalidade das dinâmicas territoriais do espaço agrário mediante as suas particularidades no Centro-Sul da Bahia, sendo que os camponeses deste espaço – apresentado pelo mapa 1 – têm encontrado historicamente um substancial apoio dada as lutas e resistências dos movimentos sociais, como por meio da CPT, no sentido de contestação e negação ao projeto capitalista, ao questionarem a constituição do latifúndio enquanto propriedade privada controlada pelas classes dominantes, bem como o aniquilamento da natureza e da reprodução da vida e do trabalho camponês sob a lógica destrutiva do capital.

Mapa 1 – Área de atuação da Comissão Pastoral da Terra no Centro-Sul da Bahia (2021)



Elaboração: Joema Miranda e Guilherme Matos (2021)

Dessa realidade, buscamos atender aos objetivos da pesquisa qual sejam – Objetivo Geral: Analisar a questão agrária presente no Centro-Sul da Bahia e o envolvimento da CPT junto à luta dos camponeses deste espaço diante dos conflitos e contradições do capital no campo; Objetivos Específicos: Compreender a importância histórica dos movimentos sociais, em especial da CPT, nas dinâmicas territoriais do espaço agrário no Centro-Sul Baiano; Conhecer as ações e as estratégias de intervenção realizadas pela equipe da CPT junto às comunidades e assentamentos rurais presentes neste espaço; Identificar as dificuldades encontradas no processo de atuação da CPT, na sua configuração e no contexto político atual, em vista da permanência e resistência dos camponeses em seus territórios.

Este contexto, instaurado pelo capital no campo de maneira contraditória a partir da disseminação ideológica e prática do agronegócio em nosso país, vem subsumindo os camponeses às nuances da extração da renda e do lucro no trabalho na terra, quando não expropria de forma direta estes sujeitos por meio da violenta criminalização ideológica e/ou repressiva dos movimentos de luta pela terra, seja pela

via da lei, do fogo, da grilagem, do assassinio etc., muitas vezes respaldada pela ação do Estado; ao tempo que os camponeses enquanto classe – mesmo no cenário devastador que se expressa hodiernamente e que submete os movimentos sociais do campo a recuarem – buscam, de forma reivindicatória e na resistência, o direito de permanecerem em seus espaços de origem ao obterem a posse e uso da terra para continuarem com seus modos próprios de vida, de trabalho e conseqüentemente produzem um conteúdo social e histórico; passando a se ter, dessa forma, um argumento plausível à permanência destes sujeitos em seus espaços.

Assim, esta pesquisa na sua introdução parte da premissa de que a ação territorial dos movimentos sociais – enquanto uma expressão concreta da luta pela terra – tem sido importante no entendimento da produção das relações sociais expressas no espaço camponês, e do conteúdo contraditório que emerge desse processo. Trata-se de uma reflexão que tem como intuito ser uma contribuição aos debates da Geografia Agrária, tendo como centralidade a busca do entendimento do espaço enquanto produto de um movimento histórico e social; e de compreender a questão agrária brasileira, baiana e local enquanto *práxis* que se constitui na realidade, ao tempo em que a leitura do espaço agrário realizada na perspectiva da reprodução dos seus sujeitos sociais compõe-se, teoricamente e na prática, numa relação indissociável entre espaço e sociedade mediada pelo trabalho camponês.

A segunda seção aborda o esforço *lato sensu* das Ciências Sociais e *stricto sensu* da Geografia Agrária em analisar, sob o ponto de vista do debate crítico, os movimentos sociais do campo no contexto da reprodução camponesa, trazendo as particularidades dessa realidade através da categoria território, que nos auxilia na leitura sobre os tensionamentos que se expressam nos conflitos de classe pela terra envolvendo sociedade/Estado/economia; ao tempo em que destacamos algumas das mobilizações territoriais realizadas na América Latina, que nos apontam a importância da luta política e revolucionária do campesinato em nível continental, e por vezes ancoradas à perspectiva da Teologia da Libertação, que no contexto brasileiro associa-se ao surgimento da CPT marcada pela crise estrutural do capital, pela ditadura militar, dilemas estes que impulsionam os sujeitos para a luta de classes.

Na terceira seção discute-se sobre a realidade dos trabalhadores camponeses do Centro-Sul da Bahia, que ao se reproduzirem no campo ou nas periferias urbanas, encontram junto a ala da Teologia da Libertação da Igreja Católica uma importante aliada na defesa social da vida e do trabalho camponês, tanto antes quanto depois da

criação da CPT na região, sendo que foram organizadas relevantes mobilizações que tanto visavam a conscientização política da sociedade sobre as desigualdades que vinham se estabelecendo concretamente quanto ações sociais que se opunham ao avanço do modo de produção capitalista, este que se expressa sempre por meio do controle, da lei, da violência, da expropriação, entre outras 'facetas' que materializam a territorialização dos conflitos de classe no campo, ao tempo em que também revelam-se as contradições estabelecidas pelo avanço do sistema capitalista na realidade agrária, sendo as dificuldades de manutenção da luta política camponesa uma evidência concreta dessa questão.

No contexto de intensificação da crise estrutural do capital e das novas estratégias das classes dominantes pelo controle territorial do espaço agrário no Centro-Sul da Bahia, a quarta seção busca elucidar a atuação da CPT diante das recentes contradições circunscritas sobre a vida e o trabalho dos camponeses nessa região, trazendo para a discussão as mobilizações da Pastoral com os sujeitos do campo enquanto classe na oposição ao avanço da barbárie societal, as investidas de criminalização da atuação da CPT pelas determinações do atual modo de produção, tendo como implicações o recuo das ações e as dificuldades do referido movimento para a realização da luta no campo, posto que ao mesmo tempo apontamos as estratégias de resistência encaminhadas pelo movimento pastoral, na manutenção da perspectiva de libertação social dos camponeses – pela via da luta de classes na superação do sistema capitalista.

Os elementos analíticos contidos nas seções convergem-se nas considerações que encerram este texto, nas quais apontamos a síntese do movimento histórico e social do campo em seus avanços, limites e alternativas apreendidas na realidade concreta interpretada pelo debate teórico. Ademais, pontua-se os desafios dos sujeitos pesquisadores da Geografia e das ciências afins na atualidade da crise sistêmica do capital, bem como a necessidade de investigarem, para além do aparente, as transformações contraditórias estabelecidas na produção do espaço geográfico.

Neste itinerário de compreensão da realidade social materializada nas trincheiras do campesinato, contamos com diversos procedimentos metodológicos que objetivam as finalidades deste trabalho científico, balizados em dois pontos centrais: levantamento de referencial teórico e trabalho de campo, este que, por sua vez, desdobrou-se na pesquisa documental e na realização de entrevistas

semiestruturadas direcionadas às comunidades camponesas do Centro-Sul da Bahia onde a CPT vem atuando, bem como aos antigos e novos membros do movimento; contando ainda com outros mecanismos metodológicos (mapeamento, fotografias etc.), no intento de compreendermos os processos territoriais referentes a este estudo.

A fundamentação teórica está ancorada na discussão dos processos intrínsecos ao movimento ampliado da relação capital/trabalho no espaço geográfico pelas contribuições de Marx (1983; 1984; 1993; 2013), Smith (1988), Mészáros (2002); e no contexto agrário brasileiro, baiano e do Centro-Sul do estado a exemplo de Oliveira (1999; 2001a; 2001b; 2003; 2004; 2007; 2016a; 2016b), Mitidiero Júnior (2008), Mosconi (2003), Souza (2008; 2010a; 2010b), Santos (2009; 2019), dentre outros autores que sustentam a presente análise. A pesquisa bibliográfica conta ainda com a leitura crítica de arquivos do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); bem como de revistas, artigos, livros, jornais e documentos afins que abordam a temática central desta investigação científica.

O trabalho de campo correspondeu como ponto fundamental desse processo ao contemplar grande parte dos objetivos específicos da pesquisa, buscando compreender como os camponeses se reproduzem no espaço agrário do interior baiano, seja nas formas próprias de vida e de trabalho na terra, nas dificuldades de permanecerem em seus territórios, quanto nas suas estratégias de resistência viabilizadas pela contribuição dos movimentos sociais e, nesse caso, pelo apoio da CPT a estes sujeitos. Vale considerar que esta fase da pesquisa foi um tanto desafiadora diante da circulação da Covid-19<sup>2</sup>, nos levando a buscar alternativas metodológicas para que esse importante componente de análise pudesse contemplar as necessidades deste estudo de maneira integral.

Sendo uma das frentes desta pesquisa, o arcabouço documental trata sobre a análise de documentos sobre a gênese e o desenvolvimento da atuação da Comissão Pastoral da Terra em âmbito regional nos seus arquivos (que em sua boa parte encontram-se na Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Vitória da Conquista e na Cúria Diocesana de Caetité, e foram obtidos pela via digital diante do momento

---

<sup>2</sup> Indicada desde fevereiro de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo que o mundo tem passado pela pandemia do coronavírus derivada do surto da doença COVID-19: COVID significando *Corona Vírus Disease*, e 19 referente ao ano de 2019; sendo a Sars-Cov-2: Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 ou “novo coronavírus”, apontado por especialistas e pela imprensa, a nova variação do vírus. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19>. Acesso em: 17 abr. 2021.

pandêmico), e em outros arquivos importantes de antigos colaboradores do movimento, mesmo estes sujeitos e instituições estando ou não envolvidos(as) diretamente nas ações do movimento.

Na soma das estratégias metodológicas, também foram realizadas entrevistas pré-elaboradas (que sofreram alterações principalmente pela sua realização em formato online e/ou por correspondências por conta da pandemia) aos sujeitos envolvidos nos espaços empíricos da pesquisa, sendo eles antigos membros e demais sujeitos que historicamente contribuíram com os trabalhos da CPT regional, e que relatam as trajetórias de luta do movimento, desde o seu surgimento até o momento em que estiveram envolvidos diretamente com o mesmo; realizada também com os atuais membros da Comissão, em que de forma detalhada apontam os trabalhos que vem desenvolvendo, as dificuldades na condução das suas atividades e destacam as alternativas de enfrentamento às contradições resultantes das hodiernas nuances do sistema econômico, que vem repercutindo na reprodução da vida e do trabalho dos sujeitos do campo que se encontram nas áreas de atuação do movimento; entrevista feita ainda com os camponeses que auxiliam as ações da CPT nas suas comunidades, em que elucidam as estratégias de permanência e resistência na/pela terra e o apoio do movimento para a garantia da reprodução social deles próprios e dos demais sujeitos que vivem nesses espaços.

Reportamos ainda ao mapeamento das áreas de atuação da CPT – com o auxílio do Sistema de Informações Geográficas (SIG), especialmente do Sirgas 2000 – no intuito de evidenciar analiticamente os processos territoriais de ação da pastoral na luta camponesa da região; e ainda com registros fotográficos e apontamentos relevantes dos momentos de contato dos membros da CPT com as comunidades camponesas (que se deram antes e na circulação da Covid-19 e que estão evidenciados principalmente pelos depoimentos orais), seja por meio de reuniões realizadas com as mesmas, de formação para as lideranças destes territórios, em visita às áreas de conflito (ou na própria inserção da Comissão nos processos locais de luta pela terra), dentre outras ações expressivas que estão sendo realizadas pelo movimento, mesmo no distanciamento social, a serem elucidadas neste estudo.

As seções aqui colocadas foram construídas conforme os objetivos, categorias, conceitos e temas propostos pela pesquisa conforme apresentado no decorrer deste texto, mesmo que com limitações de âmbito empírico por conta do atual momento histórico na circulação do novo coronavírus, que desdobra-se na necessidade do

distanciamento social, implicando com que a pesquisa fosse delineada diante de novas estratégias metodológicas, como as elencadas anteriormente, ao tempo em que buscamos atender as especificidades da presente pesquisa, cujas expectativas não são de conformação com a ordem estabelecida, mas de que sua compilação científica sirva também como contribuição política diante do necessário devir da luta das classes trabalhadora e camponesa, convictas na urgência de superação do sistema do capital.

## 2 A GEOGRAFIA AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DA CPT

A questão agrária, na atualidade, leva-nos a pensar sobre as transformações estabelecidas no tempo e no espaço em meio ao movimento contraditório do capital, haja vista que nesse contexto a terra, enquanto condição de reprodução social dos camponeses, apreendida sobretudo como valor de uso, contrasta-se e, por vezes, contrapõe-se à lógica rentista da terra capitalista, fundamentada na propriedade privada sobre a mesma como possibilidade de apropriação da riqueza produzida pelo trabalho, que caracteriza a agricultura na forma capitalista. Assim, no entendimento dos conflitos que compõem os territórios distintos existentes no campo brasileiro, é que pode-se evocar a compreensão categorial sobre o território, posto que as disputas nele expressadas permitem verificar os interesses de classes sociais distintas assentadas na oposição entre agricultura camponesa *versus* agricultura capitalista.

Nos marcos desse processo contraditório, podemos encontrar exemplos do caráter destrutivo do capital nos atuais espaços de sociabilidade camponesa, que se expressam na reprimarização da economia nacional, por meio da expansão do agronegócio na produção em grande escala de *commodities* enquanto mercadoria “[...] para ofertá-la ao mercado mundial” (OLIVEIRA, 2016b, p. 123), nas negociações dos mercados futuros nas bolsas de valores; nas investidas de privatização dos recursos naturais; na violência que os camponeses enfrentam em suas lutas; no desmonte das políticas públicas direcionadas às suas famílias; no fechamento e nucleação de escolas do campo; dentre outras tantas ações do capital no campo, fazendo com que o processo de acumulação/expropriação efetuado no espaço agrário siga seu curso a todo vapor.

Nesse contexto, os movimentos sociais voltados à luta camponesa no Brasil e na América Latina têm se organizado politicamente – mesmo diante das dificuldades que são impostas aos seus sujeitos sociais, como na criminalização que sofrem por meio da aliança entre capital e Estado – contra as nuances da barbárie nas determinações do seu sistema, que visa a extração do lucro e da renda da terra em detrimento da negação do humano na sua condição histórica de produção da vida social.

Destarte, esta seção tem a pretensão de elucidar reflexões teóricas que nos possibilitam compreender as questões que versam entre o campo, a terra, o território

e suas confluências no entendimento das lutas travadas no tempo e atualmente pelos movimentos sociais do espaço agrário, cabendo ressaltar a importância da CPT nos processos de resistência às contradições estabelecidas pelo movimento da produção do valor, que visa sua premissa autoreprodutiva de acumulação na negação da reprodução das condições de vida e de trabalho, nas trincheiras territoriais do campesinato brasileiro, baiano e no Centro-Sul da Bahia.

## **2.1 Tessituras reflexivas contemporâneas sobre a reprodução do campesinato e suas contribuições ao debate crítico na Geografia Agrária**

Ao estabelecermos reflexões sobre o espaço agrário na Geografia somos provocados a compreender os tensionamentos que se estabelecem, historicamente e atualmente, partindo tanto da materialidade das relações sociais camponesas quanto da abstração teórica sobre essa realidade. Dessa maneira, nos propomos a delinear breves apontamentos de como vem sendo analisado o campo na ciência geográfica, ao passo de reafirmarmos a leitura teórica crítica sobre as particularidades da condição camponesa nas contradições do avanço do capital em seus territórios consonantes à totalidade da produção do espaço geográfico.

Por isso, faz-se oportuno compreender que no movimento de constituição histórica, num primeiro momento, do pensamento geográfico e posteriormente, da sua ciência, várias têm sido as constatações analíticas sobre o que vem a ser o espaço geográfico, como aponta Silva (2001, p. 10) desde o entendimento empiricista ao racionalista calcados no positivismo. Todavia, suas leituras concebem o mundo de forma fragmentada, fazendo com que a Geografia fosse estabelecida partindo de múltiplos espaços sob uma trajetória tradicional e pragmática.

Silva (2001) destaca que no processo de sistematização do pensamento geográfico, a diversidade de questões que vem sendo levantadas – e que podemos apontá-las sendo elas de âmbito físico, social, econômico, político – como processos divididos sob o olhar do pesquisador, colocam o espaço geográfico no limite da aparência. Desse modo:

[...] Onde está a ciência? É com essa preocupação que os geógrafos críticos vêm se empenhando na procura do fortalecimento do seu objeto, ou do seu sujeito como alguns preferem. A nosso ver, não há ciência sem objeto, e o espaço social é o objeto da geografia; objeto entendido enquanto movimento, processo. (SILVA, 2001, p. 11).

Nesse sentido, nos assentamos no entendimento crítico dos processos sociais que se estabelecem no campo dentro das suas relações produzidas no espaço geográfico, sendo que os debates cultivados na geografia crítica radical desde a década de 1970 pautam-se em questionar os ordenamentos instituídos espacialmente no avanço do processo de acumulação do valor, na extração e exploração do trabalho abstrato socialmente e historicamente produzido.

Dessa forma, faz-se plausível analisar como o campo vem sendo configurado nas nuances da reprodução sociometabólica do capital “[...] que invadiu e subjulgou todos os cantos do nosso planeta, tanto os pequenos quanto os grandes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 87) e na esteira do tempo chegando às suas recentes contradições. É nessa perspectiva que o pensamento racional e crítico deve debruçar-se, buscando entender as constantes transformações estabelecidas nos territórios camponeses diante das disputas sociais desencadeadas pelo avanço das relações capitalistas na sociedade hodierna.

Conceição (1991), partindo da teoria marxiana, no entendimento da realidade desigual do capital, salienta que a palavra camponato, ao ser vinculada a uma delimitação locacional de uma atividade agrícola, reduz sua conceituação a um entendimento etnológico, visto que para a autora é relevante a expansão de um debate teórico que venha a assentar-se na compreensão conceitual do que vem a ser o camponato, e suas relações diante dos ordenamentos do capital em seus espaços.

No que tange ao contexto do campo brasileiro, vários têm sido os anseios teóricos na construção reflexiva sobre o camponato, e que nos auxiliam a vislumbrar os desdobramentos da expansão contraditória do capitalismo no campo em âmbito nacional, buscando explicações “[...] não só para a permanência, como também para o aumento do camponato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção” (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Ao compreender o espaço agrário brasileiro diante da modernização e mundialização da agricultura, Oliveira (2001a)<sup>3</sup> sinaliza que existem específicas relações na produção do campo, sendo elas a territorialização do capital, em que esta avança de forma mais efetiva na terra camponesa para a composição da produção na

---

<sup>3</sup> Sustenta-se na análise teórica de Rosa Luxemburgo, sendo que para a autora “[...] a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se.” (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

propriedade privada e na extração do trabalho não-pago; e a monopolização do território pelo capital, processo contraditório ao primeiro, em que mesmo sem deter a terra, o capital provoca a extração de renda e lucro da mesma subjulgando os camponeses a direcionarem o que produzem ao mercado.

Por meio da proposição acima, Oliveira (2001a) aponta que mesmo com o avanço do capitalismo no campo, o caráter dialético da sua lógica mantêm-se, posto que os camponeses mesmo sujeitados às determinações do capital, permanecem se reproduzindo em sua condição social, visto que:

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações de produção não-capitalistas. (OLIVEIRA, 2001a, p. 11).

Dessa forma, segundo Marques (2008) o campesinato e sua construção conceitual vincula-se a uma trajetória histórica de sua compreensão no interior das ciências sociais, no tocante às disputas políticas e teóricas que são travadas nos entremeios interpretativos da questão agrária brasileira e nos direcionamentos do desenvolvimento do capitalismo no campo; ao passo que Andrade (1986) chama a atenção de que o conceito de campesinato no Brasil sempre teve forte repercussão no debate acadêmico, principalmente a partir da segunda metade do século XX com as lutas das Ligas Camponesas (retomadas analiticamente adiante).

Fernandes (2002) sinaliza que o conceito de campesinato não perdeu seu potencial explicativo, mesmo que uma parte significativa de trabalhos acadêmicos<sup>4</sup> se utilizem do conceito de agricultura familiar, pondo que é diferente uma opção teórica e política no campo científico de uma “perda” do *status* de um conceito. Segundo o autor, essa situação vem a revelar um momento histórico de “febre” do fim das coisas e dos conceitos que fornecem explicativas sobre a realidade, a exemplo do fim da história, fim do trabalho, fim da ciência, entre outros; processo este que vem sendo adotado por muitos pesquisadores na própria geografia e nas ciências sociais de um modo geral. Assim, ao compreender a realidade do campo de forma coerente, o autor defende o *fim do fim* do conceito de campesinato, sendo que:

---

<sup>4</sup> Ancorados nos estudos de Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, entre outros autores.

[...] a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. É fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Mas, igualmente, é fato que ao capital interessa a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento. Em diferentes condições, a apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas. (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2004, p. 17).

Vale afirmar que os pesquisadores, ao desmerecerem o conceito em questão, acabam fragmentando suas análises ao ocultarem a condição política da luta de classe dos sujeitos camponeses, por embasarem sua leitura no aparente avanço linear do capitalismo no campo e não em seu caráter contraditório, sendo que, por consequência, acabam negando a realidade do espaço agrário na sua totalidade. Acrescido a isso, ressalta-se que:

[...] um possível 'abandono' do campo – como *lócus* da vida societal – e uma certa centralidade das análises sobre os processos de produção concentrados, sobretudo, no espaço urbano, serviu para um certo preconceito para com os sujeitos que se reproduzem no campo – os camponeses e, ao mesmo tempo, abre diversas possibilidades analíticas sobre esse espaço, inclusive no campo da esquerda intelectual brasileira, não raras vezes (des)considerando tais sujeitos no sentido da possibilidade de um despertar da consciência de classe e de uma ação política voltada para o questionamento da ordem dominante. Em muitas dessas análises, chega-se ao absurdo de se apontar essa classe unicamente como conservadora e sua luta em torno da reprodução da propriedade privada sobre a terra – desconsiderando o fato de que, para o campesinato, a terra constitui-se em lugar de vida e trabalho, não como possibilidade de extração de renda e lucro através da exploração do trabalho de outros. Também é possível se verificar a defesa de um processo de proletarização do campesinato e de expansão total do trabalho assalariado no campo, como condição a eclosão de um processo revolucionário (SANTOS et al., 2019, p. 186-187).

Como aponta Marques (2008), não podemos estabelecer o destino do campesinato em nossa sociedade, uma vez que ele:

[...] se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados (MARQUES, 2008, p. 60).

A leitura realizada por Shanin (1979) – em oposição às análises de cunho fragmentado constituídas nas ciências sociais e na Geografia Agrária – contribui de maneira salutar com a construção conceitual dos processos produzidos historicamente e socialmente no campo, ao entender os camponeses tanto como *classe em si* quanto *classe para si*.

Na perspectiva da *classe em si*, os camponeses reproduzem seu modo de vida na relação historicamente estabelecida na terra com a família e/ou com a comunidade em que vivem, seja na produção de alimentos, na criação de animais, na perpetuação de tradições culturais, entre outros processos que evocam a permanência da mediação dos camponeses com a terra pelo trabalho socializado.

Não obstante a isso, as relações produzidas socialmente no campo são forjadas pelos antagonismos classistas, em que a classe dominante pela garantia do seu projeto capitalista busca retirar a condição de *classe em si* do campesinato, que por sua vez organiza-se em *classe para si* no fomento de salvaguardar a natureza social de sua constituição histórica.

O campesinato emerge enquanto *classe para si* mediante a dimensão política e de enfrentamento dos camponeses às adversidades provocadas pelo capital em seus espaços de reprodução da vida – tendo a terra como garantia de manutenção da sua condição social – tanto daqueles que permanecem na terra quanto dos camponeses que, expropriados, encontram-se na situação de sem-terra. Para tanto, organizam-se no contexto social das lutas de classe para que suas necessidades venham a ser efetivadas.

Ao considerarmos a atualidade conceitual e concreta do campesinato, cabe salientar que sua reprodução dentro do modo de produção capitalista não acontece similarmente como nas suas relações estabelecidas, por exemplo, no modo de produção feudal. É preciso que interpretemos o processo histórico com suas particularidades, sendo que em nossa conjuntura os camponeses reproduzem-se num movimento dialético de sujeição/negação a um sistema mais amplo de produção do valor.

Nesse sentido, Shanin (2005) ressalta que os camponeses não se dissolvem e nem estão singularizados em empresários capitalistas, assalariados ou simplifadamente como pauperizados. São sujeitos persistentes ao transformarem-se e ao mesmo tempo estarem vinculados, paulatinamente, ao processo de circulação da economia capitalista que vem invadindo suas vidas, situação esta que aponta a

continuidade da existência dos camponeses. Mais adiante, o autor destaca a realidade concreta ao justificar sua análise, sendo que:

Os camponeses pertencem aos tempos antigos e medievais no Grundrisse, ao passado mais imediato da Inglaterra em O Capital, de Marx, mas são centrais à análise da história política atual da França e ao futuro político da revolução proletária em “países de maioria camponesa”. “Classe para si” representa aqui não apenas uma definição mais expressiva do que “classe em si”, mas também um nível diferente de abstração, não apenas como uma construção analítica, não apenas “portadora” de características de uma “matriz” geral, mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros (SHANIN, 2005, p. 15).

Em concordância a esta perspectiva, Oliveira (2007, p. 11) pontua que o campesinato deve ser entendido enquanto classe social que é, devendo ser estudado pelo sujeito do campo que trabalha diante da expansão capitalista, e que ao mesmo tempo também quer estar na terra. Para o autor, é cabível ver o camponês enquanto um trabalhador que, mesmo sendo expulso da terra, frequentemente a ela retorna, ainda que venha a (e)migrar. Sua condição social se plenifica no retorno à terra mesmo que não seja aquela de origem, ao passo que a história do campesinato no capitalismo configura-se nesse movimento. Sendo assim:

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. (MARQUES, 2008, p. 65).

No alinhamento às interpretações acima elucidadas, Souza (2008) destaca que as leituras enfáticas a uma aparente desarticulação política do campesinato, ao reduzi-lo na sua condição de vida e, na maioria das vezes, o isolamento social de muitas comunidades, colocam-se opostas ao método dialético no entendimento das contradições inerentes ao desenvolvimento do capital, este que destaca elementos contundentes que apontam as possibilidades concretas de articulação dos sujeitos camponeses, bem como o papel político que desempenham no decorrer da história e sobretudo nas últimas décadas, sendo que em casos específicos, tem a necessidade tanto de garantir ou conquistar um pedaço de terra para a produção camponesa, quanto de construir um enfrentamento frente às classes dominantes que atuam no

campo, ao passo que os camponeses assumem um papel político contrário ao projeto do capital e do Estado burguês.

Tendo como questão central a permanência e/ou acesso à terra para a garantia de reprodução da vida e do trabalho, os camponeses historicamente mobilizam-se por meio da luta de classes, na oposição ao desenvolvimento do sistema econômico vigente, este que ao avançar no espaço agrário visa, cada vez mais, subjugar os trabalhadores do campo e sujeitar a terra às suas determinações, promovendo investidas sobre a ação política dos camponeses principalmente na última década, a exemplo da criminalização das ocupações, por um pólo, e a grilagem de terra, em outro pólo.

Estas circunstâncias apontam maiores dificuldades na luta camponesa e na conquista ou permanência na terra, acirrando as contradições e materializando territorialmente cada vez mais conflitos que buscam 'limpar o campo' para o capital rentista e financeiro, que atua na divisão social e territorial do trabalho do país como grande produtor de *commodities*. É nesse contexto que destacamos os percursos históricos e atuais da luta e da resistência dos movimentos sociais no campo brasileiro.

## **2.2 Movimentos Sociais Camponeses: para uma leitura crítica dos conflitos de classe na Geografia Agrária**

Na busca de contemplarmos as especificidades dos processos produzidos no espaço agrário, prezando pela apreensão das relações de permanência e resistência dos seus sujeitos, por meio da realidade concreta, não podemos engendrar o debate sem evidenciarmos o notável papel desempenhado pelos movimentos sociais do campo, que por meio da atuação combativa às nuances expansionistas do capital em seus espaços, visam construir em suas lutas a manutenção dos valores e do trabalho camponês na terra.

Partindo desse pressuposto, é cabível situarmos nossa leitura em meio a constituição da propriedade privada da terra e da produção de mercadorias como realização material para a acumulação do capital – trazendo como elemento concreto a realidade brasileira – e de como esse processo, na sua dimensão contraditória, ao desnudar a exploração do trabalho e a destruição das condições de vida humana pela

ânsia do lucro, ao mesmo tempo desvenda as lutas sociais que configuram-se na contramão dessa realidade.

No que concerne a realidade brasileira, observa-se que:

A história que marca a Longa Marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social. Ao abordá-la, deixo claro que minha compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, parto do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e a sua conseqüente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica, por conseqüência, está no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo como característica fundante do capitalismo moderno. (OLIVEIRA, 2001b, p. 185).

A formação territorial do campo no Brasil remonta a um intenso histórico de disputas sociais que encontram na terra possibilidades concretas de realização das suas demandas sociais e/ou econômicas, revelando as situações conflituosas que vão surgindo por meio desse processo, e que acontecem, conforme Oliveira (2001b) e Germani (2006) desde a invasão dos europeus – e não um ‘descobrimento’, como convencionou-se chamar, nos territórios e na vida dos indígenas que aqui viviam – colonizadores que numa violência oculta acumulavam riquezas para o exterior por meio das trocas desiguais, como na oficialização das capitânicas hereditárias e das sesmarias pela coroa portuguesa entre os séculos XVI e XIX.

Situações similares, segundo os autores, ocorreram na exploração e na violência física que os escravos oriundos do continente africano sofriam no contexto do trabalho não-pago, realidade esta que enriqueceu as classes dominantes da época; bem como no monopólio x anti demarcação de terras por meio da Lei de Terras nº 601 de 1850, que desencadeou uma histórica e sangrenta luta pela terra entre posseiros sem terra e grandes latifundiários/grileiros concentradores de terras ‘a se perder de vista’, a exemplo do que aconteceu nas guerras de Canudos (1896-1897), do Contestado (1912-1916), de Trombas e Formoso (1950-1957) enquanto parte dessa realidade de violência no campo, entre tantos outros exemplos. Essas disputas violentas:

[...] se modificaram com o correr dos anos, sobretudo a partir de 1964. A questão da reforma agrária, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros, tanto no Nordeste,

quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos rapidamente a uma relação precária e extorsiva de arrendamento. [...] A multiplicação desses conflitos pela terra fez com que o posseiro se tornasse a principal, embora não a única personagem das lutas camponesas atuais. Com isso, a problemática da reforma agrária, como solução para a questão fundiária, repousa hoje sobre uma base social muito mais diferenciada do que aquela dos anos 50, pois inclui, além de arrendatários e parceiros, os posseiros e até os pequenos proprietários (MARTINS, 1995, p. 10-11).

Germani (2006) destaca que o estatuto de terras, regido pela lei nº 4504 de 1964 atendia as orientações do regime militar da época, que opunha-se totalmente aos preceitos da reforma agrária, sendo uma contrarreforma que facilitou a concentração de terras na expropriação camponesa e conseqüentemente o êxodo rural e os conflitos no campo, visto que os camponeses “[...] não sabiam que a terra tinha preço. Este foi o resultado da *modernização trágica*” (SILVA, 1999, p. 58, grifo da autora).

Diante do modelo vigente de “desenvolvimento” a agricultura, bem como a indústria e o setor de serviços passaram a ser questões prioritárias ao governo brasileiro, ao passo que a reforma agrária não cabe nesse modelo produzido pelo capitalismo, e é nesse sentido que o Estado vem a combater a prática da agricultura dos camponeses que estão na terra e dos sem-terra, de forma mais rápida do que as armas dos latifundiários que permanecem engatilhadas (BOGO, 1999, p. 32).

Sobre a questão da reforma agrária na atualidade – mesmo que ela esteja repousada numa ação reformista mediada pelo Estado e que ainda não aconteceu de forma contundente na trajetória da democracia brasileira – vem sendo considerada uma histórica e plausível reivindicação dos camponeses para que sua relação com a terra venha a ter continuidade, pois é diante dessa aproximação que a natureza do seu modo de vida e trabalho viabiliza-se de forma objetiva.

Entretanto, nos tempos atuais, vários são os atentados que vão de encontro às necessidades dos camponeses em nosso país, estabelecidos tanto no decorrer do tempo quanto na sua intensificação inscrita na agenda de barbárie dos sujeitos da classe burguesa agrária conservadora nacional, esta que:

[...] já tinha relação direta com o campo, seja por herança da família ou por fazer parte de algum grupo de fazendeiros locais; outra parte caracteriza-se pela integração de capitais, como um negócio para atrair melhores perspectivas de valorização e acumulação do capital, sem nunca ter tido aptidão para a agricultura. (BARROS, 2018, p. 186).

Ainda segundo Barros (2018) essa classe não constitui-se homogênea, mas diferenciada e complexa, agregando frações e grupos que articulam-se para a produção agrícola do mercado, em uma gama de relações e interesses entre si.

Podemos verificar entes dessa classe por meio de sua representação estatal no legislativo, que compõem a bancada 5B (do boi, da bíblia, da bala, da bula e dos bancos), no executivo, que tem sido ocupada nos últimos anos sob a base do discurso ideológico da redenção do país pelo “messias”, ideário este que continua avançando com a corrompedora e perversa velha política de destruição violenta da natureza e da sociedade brasileira, bem como do judiciário que sentencia a realização das vontades da classe burguesa que personifica, em sua essência, o hodierno condicionamento crítico e destrutivo do capital no campo.

Com a intensificação dos processos de crise estrutural e reestruturação produtiva do capital, apreendemos também a intensificação da marginalização social a qual os camponeses vêm sofrendo, uma vez que com o acelerar tecnológico do que produz-se no campo em direção à acumulação, os sujeitos camponeses são submetidos a formas cada vez mais perversas de reprodução social da vida, a exemplo dos processos de trabalho análogo à escravidão, mobilidade e precarização do trabalho (e que ao comporem as periferias urbanas se vêm na condição de desempregados, informais ou até mesmo descartáveis), realidade esta que denota a gravidade dos atuais efeitos catastróficos do capital na sociedade do trabalho.

Percebe-se então que o sistema é objetivado na ação das elites, que “[...] como têm que garantir o passado, vêm na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio, expresso na propriedade privada capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2003, p. 115). Alguns dos indicadores dessa violência histórica estão expostos na tabela 1, que demonstram a concretude desse processo mediante a perpetuação dos conflitos de classe do campo brasileiro na contemporaneidade.

Tabela 1 – Violência no Campo Brasileiro (2010-2020)

| Tipo de conflito                  | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|-----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Violência contra ocupação e posse | 853  | 1035 | 1067 | 1007 | 1018 | 998  | 1295 | 1168 | 1124 | 1254 | 1608 |
| Violência contra pessoa           | 1186 | 1363 | 1364 | 1266 | 1286 | 1217 | 1536 | 1431 | 1489 | 1833 | 2054 |
| Ameaçados de morte                | 125  | 347  | 295  | 241  | 182  | 144  | 200  | 226  | 165  | 201  | 159  |

|                           |    |    |    |    |    |    |    |     |    |    |    |
|---------------------------|----|----|----|----|----|----|----|-----|----|----|----|
| Assassinatos no campo     | 34 | 30 | 36 | 35 | 37 | 50 | 64 | 71  | 30 | 32 | 18 |
| Tentativas de assassinato | 55 | 38 | 77 | 15 | 56 | 59 | 74 | 120 | 28 | 30 | 35 |

Fonte: Organizado pelo autor com base em dados da Comissão Pastoral da Terra. Cadernos Conflitos no Campo de 2010 a 2020.

Os dados evidenciados apontam a ascendência violenta dos conflitos agrários no país haja vista que nas informações mais recentes, do ano de 2020, foram contabilizados 2.054 conflitos, sendo em sua maioria (1.608) na disputa pela terra, números estes que expressam a manutenção da concentração fundiária sob o controle das classes proprietárias, bem como as urgências materiais de inúmeros sujeitos e famílias inseridas nesses conflitos que reafirmam a atualidade da luta de classes na realidade concreta, onde os camponeses seguem em suas trajetórias lutando pelo acesso à terra ou para a sua permanência nela.

Verifica-se também na tabela 1 que em 2020 ocorreram 18 assassinatos, nos quais nenhum dos seus mandantes foram condenados e as investigações dos seus crimes não foram concluídas. Cabe ressaltar ainda que no ano de 2017 registrou-se 71 assassinatos, sendo 19 destes oriundos das chacinas ocorridas em Colniza, no Mato Grosso<sup>5</sup> e em Pau d'Arco, no Pará, pelo confronto entre posseiros e sem-terra *versus* pistoleiros e policiais, estes últimos representando a 'força' armada do Estado e das classes dominantes que articuladas, atuam com todo tipo de repressão ideológica ou direta, brutalidade, ódio e preconceito contra os movimentos sociais de luta pela terra.

Diante desse nebuloso cenário de negação à sociabilidade da vida camponesa, seja daquela que encontra-se nos espaços do campo ou das periferias urbanas, verifica-se que:

A ação dos movimentos sociais evidencia a contradição entre o discurso de "modernidade" dos dirigentes do país e a forma concreta de enfrentar os problemas sociais impostos pelo modelo de desenvolvimento. Com essa atitude, os movimentos sociais trazem [...] suas reivindicações antes limitadas ao acesso a terra agora também às condições de vida digna. (GERMANI, 2006, p. 143).

<sup>5</sup> Conflito estabelecido no mesmo período em que se datou 21 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará, ocorrido em 1996 e culminado com 19 sem-terra assassinados.

Fabrini (2008) pondera que os camponeses ao estarem inseridos na circulação produtiva do capital, estão envoltos ao processo de transferência de renda da terra e de lucro aos setores capitalistas, visto que o produto do camponês é convertido em mercadoria na mediação das trocas da escala local à nacional e mundial. Todavia, as relações sociais não estão restritas somente ao processo de produção agrícola, sendo oportuno trazer em evidência os movimentos sociais, sendo que os mesmos ao não se limitarem à esfera produtiva, também se comunicam com os companheiros de luta e compartilham suas demandas, reivindicações, mobilizam protestos, organizam ações contra o sistema capitalista de um modo geral, na medida que:

Enquanto o capital procura se internacionalizar pela produção de mercadoria, estabelecendo um mercado globalizado (produção de commodities do agronegócio, por exemplo), os camponeses têm desenvolvido um conjunto de ações políticas nos movimentos sociais, meio pelo qual tem procurado se internacionalizar politicamente, inclusive sua concepção de produção. Portanto, estão implícitas na internacionalização dos camponeses, pelos movimentos sociais, as relações que visam solapar a ordem do mercado global capitalista, ou seja, o estabelecimento de relações não pautadas no acúmulo de capital. (FABRINI, 2008, p. 248).

Pelo enfrentamento dos camponeses às determinações do sistema capitalista na atualidade, emergem das suas ações, tanto em escala brasileira quanto internacional, um posicionamento político diante das contradições provocadas pelas disputas de classe, que buscam contemplar suas necessidades específicas e opostas, de um lado pela manutenção da vida social e do outro pela ampliação das margens lucrativas do mercado econômico.

Nisso encontramos, conforme Fabrini (2008), nas manifestações sociais do campo inúmeros exemplos de ações desenvolvidas pelos camponeses sobretudo daqueles vinculados à Via Campesina, reconhecida internacionalmente pela organização combativa dos camponeses em nível mundial, sendo ela pioneira nas dinâmicas de luta em defesa dos sujeitos sociais do campo, ao passo que:

O fortalecimento de “entidades” mundializadas de camponeses é entendido por alguns autores como uma alternativa de organização e resposta ao processo de globalização do capital. Trata-se também de uma resposta em escala mundial assentada em amplas alianças entre os diferentes movimentos sociais populares. (FABRINI, 2008, p. 248).

Em relação ao contexto brasileiro, várias têm sido as estratégias de negação à atuação dos movimentos sociais e de potencialização do resfriamento no avanço da luta camponesa por parte da burguesia agrária nacional – gestada por segmentos do Poder Judiciário, Poder Legislativo (bancada ruralista), da mídia, entre outros – que não enxerga na terra a capacidade ontológica que a mesma oferece na reprodução da vida dos seus sujeitos sociais, mas da capacidade da mesma enquanto mercadoria e sujeitando o trabalhador do campo a garantir mais-valia, posto que:

Na medida em que os movimentos sociais vão adquirindo robustez, o governo e as forças de repressão procuram limitar o seu crescimento através de diferentes artifícios, e um deles muito usado, é a política de criminalização, que visa não destruir repentinamente os movimentos, mas difamá-los e desmoralizá-los perante a sociedade (BOGO, 1999, p. 61).

Direcionamentos desse projeto de barbárie pautam-se no controle dos meios de comunicação de massa, divulgando a “modernização” e o “progresso” que o agronegócio proporciona, ao tempo em que mostra os conflitos entre militantes de movimentos sociais e a força policial. Na deturpação desta realidade mostrada a toda sociedade (que no senso comum absorve esses processos sem uma análise mais aprofundada), promove o discurso ideológico de que o agro “é pop, é tech, é tudo”, e de que os sujeitos que lutam pela terra são bandidos, terroristas, achincalhadores da ordem pública, respectivamente.

Outra estratégia bastante utilizada é na formulação/efetivação de leis, que são construídas sob os intentos da classe burguesa no atendimento das suas expectativas. Elas visam deslegitimar e denunciar as ações realizadas pelos movimentos sociais que vem “ferindo” os interesses da classe capitalista nacional, desde a Lei de Segurança Nacional (nº 7.170, de 1983) que foi sancionada com o objetivo de inviabilizar a atuação dos movimentos sociais e de enquadrar criminalmente suas lideranças e militantes; passando pela Lei Antiterrorismo (nº 13.260, de 2016) e as intenções de modificação desta lei, a exemplo do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 272/2016 tendo como intenção disciplinar condutas consideradas como terroristas, do Projeto de Lei (PL) nº 9604/2018 que visa criminalizar o “abuso” do direito de articulação dos movimentos sociais; até a mais recente Lei nº 13.715 de 2019 que garante o aumento do armamento no campo.

Todo esse contexto de investidas do sistema capitalista sob o ímpeto da ação estatal, de acordo com a tabela 2, vai implicando num recuo contemporâneo das lutas camponesas no território brasileiro.

Tabela 2 – Resfriamento da Luta Camponesa no Brasil (2010-2020)

| Tipo de conflito     | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Manifestações        | 651  | 655  | 863  | 923  | 842  | 798  | 1012 | 706  | 538  | 1301 | 1348 |
| Acampamentos         | 35   | 30   | 13   | 14   | 20   | 27   | 22   | 10   | 17   | 5    | 3    |
| Ocupações            | 180  | 200  | 238  | 230  | 205  | 200  | 194  | 169  | 143  | 43   | 29   |
| Ações de resistência | 13   | 15   | 18   | *    | *    | *    | *    | *    | *    | *    | *    |
| Prisões              | 88   | 89   | 99   | 143  | 184  | 80   | 228  | 263  | 197  | 107  | 69   |

Fonte: Organizado pelo autor com base em dados da Comissão Pastoral da Terra. Cadernos Conflitos no Campo de 2010 a 2020.

\* Dados não catalogados.

Pelos dados apresentados na tabela 2 entendemos que o resfriamento das lutas no país concretizaram-se na última década, ao observarmos a queda substancial nos números de acampamentos e ocupações em concomitância à criminalização da luta pela terra e no crescimento violento dos casos de assassinato dos sujeitos camponeses.

Esse cenário faz-se visível no Brasil nos últimos anos de maneira contraditória em âmbito federal tanto no governo do PT – uma vez que agregava em sua proposta inicial a reforma agrária – quanto na sua continuidade e exacerbação no governo de Michel Temer, bem como no agravamento desse processo no atual governo (milícia) de extrema-direita que destina todo apoio a burguesia nacional e a dita ‘classe média’, aos conservadores “de bem” e fundamentalistas religiosos – com representação na bancada 5B do legislativo; sendo amplamente nocivo numa incessante perseguição às classes camponesa e operária.

Fica patente ainda na tabela 2 que os dados sobre as prisões oscilaram numa amplitude dos números e em suas ligeiras quedas, mas ainda são altos dado o teor injusto e abusivo das prisões nas quais o maior quantitativo, em 2019, foi encontrado na região Norte com 71 pessoas encarceradas, que correspondem em aproximadamente 75% do total de 107 prisões, ao passo que somente no estado do Acre foram registradas 31 prisões.

Sendo assim, Bogo (1999) aponta que torna-se imprescindível aos movimentos sociais do campo uma atuação consciente em meio às instâncias e as organizações da sociedade atual, e para além desse propósito, seus sujeitos devem estar atentos às armadilhas que os inimigos lhes preparam para lhes desmoralizar e destruir. Urge, desse modo, um direcionamento estratégico dos esforços dos movimentos de luta para a realização social dos camponeses na terra, uma vez que “[...] a luta pela terra está assentada no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre possibilidade histórica do retorno a terra” (FELÍCIO, 2006, p. 216).

Sérgio (2008) aponta que somos desafiados a apreendermos esta realidade para além das aparências, e de que a geografia nos possibilita fazer uma leitura de como as relações sociais vão sendo concretizadas no espaço agrário, e que acontecem na sua essência sempre de modo desigual e contraditório, sendo que:

A dinâmica dos movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária, é campo privilegiado nos estudos da Ciência Geográfica porque coloca em xeque na sociedade capitalista a propriedade privada da terra revelando uma das maiores contradições da reprodução do espaço. A experiência dos movimentos sociais que envolve submissão/contestação revela que no capitalismo existem classes que contestam a ordem estabelecida e acreditam na possibilidade de construção de um espaço de reprodução da vida, que significa vislumbrar a superação da própria hegemonia do espaço da mercadoria (SÉRGIO, 2008, p. 33).

Mediante este panorama, ressaltamos que diante da postura política da classe camponesa no enfrentamento aos ditames estabelecidos pelo capital, salientamos que os movimentos sociais do campo emergem desse processo, sendo os sujeitos sociais a eles vinculados (principalmente os próprios camponeses) que constituem, na resistência, as lutas sociais territorializadas no campo brasileiro.

### **2.3 Território: categoria ratificadora da análise geográfica sobre a atuação dos movimentos sociais no campo brasileiro**

Entendemos que a luta de classes expressa no campo evoca o território enquanto categoria analítica que nos auxilia a pensar, de forma mais pertinente, o campesinato e suas múltiplas dinâmicas face às recorrentes situações de contrários estabelecidas entre capital/trabalho em seus espaços. Ao pensarmos criticamente a

geografia agrária ancorada nesta leitura categorial, apreendemos que a mesma vem sendo refletida pela realidade social do campo que é produzida historicamente. Por isso:

[...] o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho, é, portanto, uma produção humana, logo espaço de luta, de luta de classes ou frações de classes. Por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se no campo do poder, sendo, pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir histórico. (OLIVEIRA, 2016a, p. 20-21).

Desse modo, nos debruçamos em contribuições teóricas que nos revelam o território enquanto produto da sociabilidade antagônica da luta de classes que se reproduzem no atual modo de produção<sup>6</sup>, e que encontram-se num constante cenário de disputas pela terra; ao passo que no contexto do campo brasileiro ela é representada de um lado pelo processo de mundialização do capital por capitalistas e rentistas, reafirmando o latifúndio enquanto propriedade privada e, por outro lado, pela reafirmação da vida e do trabalho dos camponeses que, ao se oporem às determinações do capitalismo, seguem defendendo a terra pela manutenção de sua reprodução social.

Oliveira (2004) adverte que o território vem se configurando como síntese contraditória e enquanto totalidade no ciclo completo de produção, distribuição, circulação e consumo do capitalismo na atualidade, articulado por mediações políticas, ideológicas, dentre outras reguladas pela ação do Estado, em que:

O território é, assim, efeito material da luta de classes travadas pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Essas lutas, para o autor, constituem-se nas relações sociais que são produzidas diante da continuidade da lógica contraditória de avanço das forças produtivas que historicamente configuram especificamente o território. Dessa forma, “o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da socialização contínua

---

<sup>6</sup> Compreensão esta que se distingue de outras em relação ao território, pois para autores como Claude Raffestin e Michel Foucault o território é exclusivamente sinônimo de poder.

da natureza” (OLIVEIRA, 2004, p. 40), ao passo que ele não é objetivado ‘em si’ próprio, mas diante das relações sociais e políticas de classes que produzem o espaço geográfico.

Entretanto, é perceptível que na materialização do real concreto, a realização monopolizadora do poder exercido pelos principais entes políticos e econômicos – que condicionam a garantia do sistema capitalista – acontece de forma constante, visto que mesmo sendo o ‘poder’ emanado da sociedade, ele se expressa na desigualdade social entre classes, mantendo-se tanto ideologicamente quanto concretamente para a garantia do ‘motor’ – que produz riquezas e as concentra – em pleno funcionamento.

Nesse sentido vale destacar que, ao vislumbrarmos o território, não podemos concebê-lo de forma isolada enquanto recorte da realidade estabelecida no mundo, mas enquanto concretude das disputas travadas ante a uma hegemônica reprodução das relações sociais de produção, sejam elas de cunho social e/ou econômico – ao passo que aqui propomos evidenciar como elas são engendradas no contexto do campo – e que estão situadas na totalidade das dinâmicas que são constituídas de maneira desigual no espaço geográfico sob a lógica das investidas monopolizadoras do capital.

Na observância da realidade concreta, Marx (1984) assinala que os trabalhadores, ao se encontrarem subjulgados às engrenagens do capital, ao serem expropriados da terra e dos instrumentos produtivos, acabam dispostos a vender aquilo que lhes resta: a sua força de trabalho, ao passo que:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção [...] em que grandes massas humanas são arrancadas subita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. (MARX, 1984, p. 262).

Ao nos referirmos às particularidades dessa realidade no campo, a terra constitui-se enquanto cerne das disputas sociais de classe que territorializam-se diante da expansão desordenada e desigual do modo de produção atual, visto que concordamos com Paulino (2006)<sup>7</sup> ao ponderar que:

---

<sup>7</sup> Recorrendo à análise feita por Martins (1995).

Dentro da propriedade capitalista, a terra constitui-se em objeto de negócio, seja pelo fato de consistir em instrumento de exploração do trabalho alheio, logo, de extração de mais-valia, seja pelo fato de ser mantida como instrumento de especulação, em outras palavras, reserva de valor. [...]. Quanto à propriedade camponesa, constitui-se em terra de trabalho, estando a exploração restrita ao regime de trabalho familiar; assim, essa não se configura como instrumento de acumulação do capital, mas de sobrevivência da família (PAULINO, 2006, p. 30).

Tratando dos interesses específicos das classes pelo uso da terra, a autora acima elucida os conceitos de terra de trabalho *versus* terra de negócio apontados por Martins (1998), visto que conforme este autor a terra de trabalho está vinculada à realidade camponesa, sendo a terra garantia de reprodução da vida e do trabalho dos seus sujeitos sociais, lógica esta que se distingue da terra de negócio, caracterizada pelos mecanismos especulativos e de controle dos grandes latifundiários, podendo estes serem capitalistas ou não, e que extraem a renda da terra.

Em relação ao campo brasileiro, Martins (1988) nos aponta que historicamente a propriedade privada da terra tem dimensionado as relações sociais na prevalência dos interesses econômicos e políticos da classe capitalista, edificando assim uma estrutura de poder que domina e limita a participação democrática das diferentes classes sociais, especificamente a classe trabalhadora, à medida que essa construção política alimentada na sociedade brasileira seria ruída se sua base fosse alterada, destruída, em que seria possível o desaparecimento de um dos empecilhos para o progresso dos sujeitos que povoam o campo no país. Dessa maneira, “a propriedade territorial constitui mediação essencial da organização política brasileira” (MARTINS, 1988, p. 67).

Thomaz Júnior (2008, p. 328) salienta que a concentração do poder de classe na propriedade privada da terra no Brasil expõe toda uma trajetória quinhentista de conformação do latifúndio que referencia e configura a terra e todo o seu tecido social, ao garantir a inexistência concreta de políticas públicas de Reforma Agrária e projetos de Estado e/ou de governo que privilegiem os interesses dos sujeitos que produzem o campo, na medida que ao se consolidar o projeto ordenado pelas grandes corporações de mercado no campo, a concentração fundiária tende a aumentar-se e, ao mesmo tempo, a expropriação social de milhões de famílias camponesas e de trabalhadores que vivem ameaçados diante dos interesses dos entes capital e Estado, contexto este que torna inevitável o conflito social, visto que:

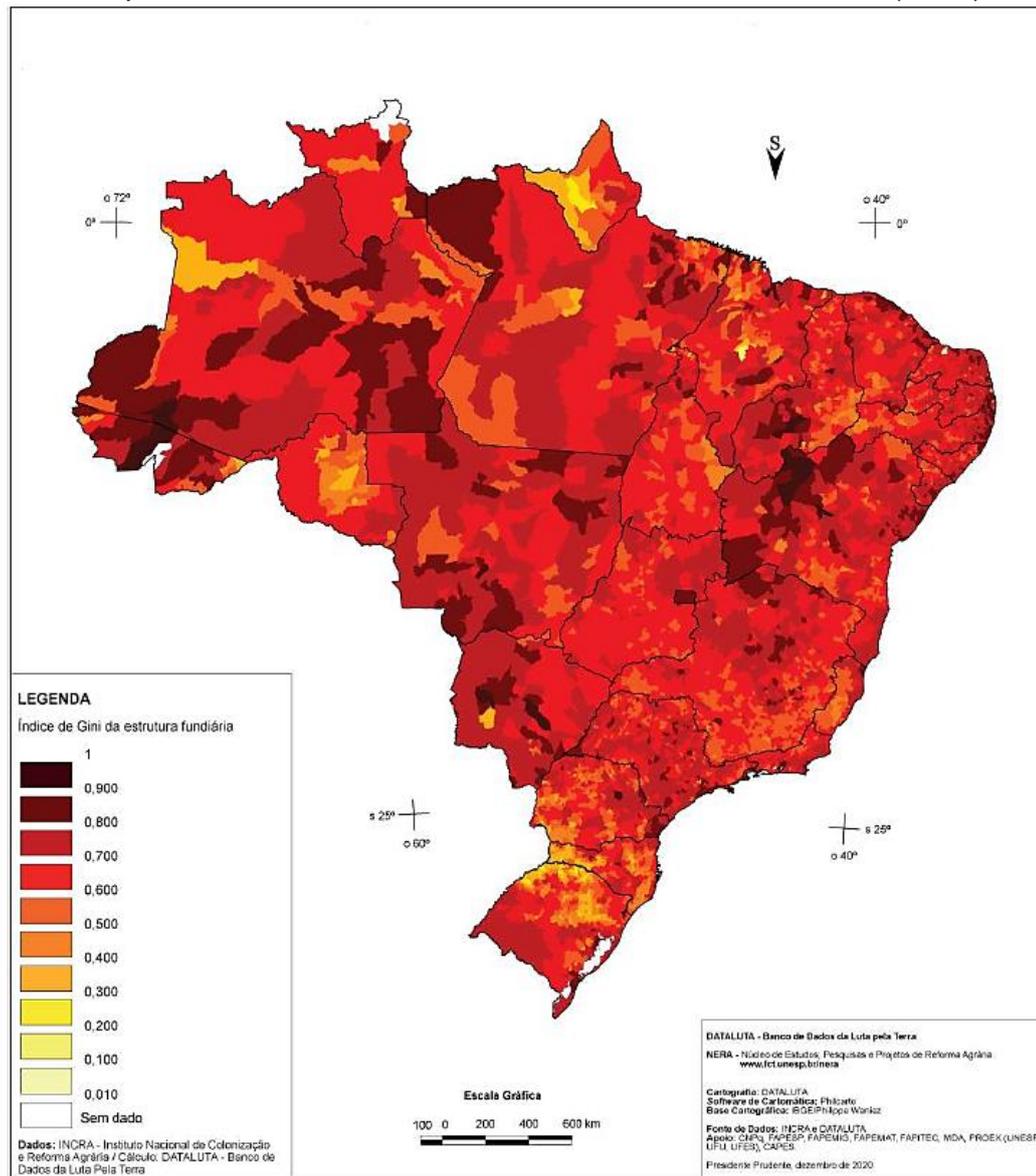
As mutações no universo do trabalho reavivam as disputas territoriais e complexificam a própria estrutura das classes sociais. Isto é, reunimos, no conceito de universo do trabalho, os diversos mundos do trabalho (singulares, separados e desconectados), que nada mais indicam do que a crescente fragmentação do trabalho ou, mais propriamente, a fragmentação da práxis social do trabalho. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 329).

Derivando-se dos conflitos de classe o território vem sendo configurado segundo Oliveira (1999) numa territorialidade concreta, sendo produto histórico da totalidade, ao tempo em que Marques (2008) destaca que essa territorialidade vai movendo-se atualmente pelo conflito entre a *territorialidade camponesa*, concebendo a terra como valor de uso, base da reprodução familiar e da vida *versus* a *territorialidade capitalista*, concebendo a terra subsumida a condição de ser troca, mercadoria.

Destacamos que na atual conjuntura, as disputas territoriais intensificaram-se em nosso país, visto que dentro das tentativas de expansão do capital no campo, a exemplo das titulações de terra concedidas pelo Estado, é perceptível que estas não garantem de forma efetiva o direito do camponês de ter a posse da terra para a reprodução da sua vida e do seu trabalho, uma vez que o sistema do capital, ao compreender a terra enquanto reserva de valor, tenta de todas as formas, desde o aparato legal e até mesmo da violência, aproveitar-se das brechas expressas nos processos de concessão da terra – que estão envoltos em questões culturais, ambientais, dentre outras – ao invadir os espaços do campo e atentar contra os trabalhadores que nele vivem para o atendimento de suas determinações.

A manutenção desses propósitos destrutivos instaurados pelo sistema econômico, no espaço e no tempo, acabam por reificar as situações de miséria concretizadas nas trincheiras de reprodução da vida e do trabalho social, posto que os camponeses, ao se posicionarem contrários às desigualdades que ampliam-se, tensionam e produzem o território diante da relação contraditória em que encontram-se – evidenciada pelo mapa 2 – na grande e complexa estrutura fundiária brasileira.

Mapa 2 – Índice de Gini da Estrutura Fundiária do Brasil (2019)



Fonte: Relatório DataLuta Brasil (2020)

As informações expressas no mapa<sup>8</sup> revelam a manutenção da concentração fundiária, provocadora dos conflitos territoriais e das desigualdades entre as classes sociais no campo brasileiro. Essa discrepância reflete-se nos números ao apontarem que enquanto o grande latifúndio equivale a 0,91% dos estabelecimentos rurais do país, correspondente a 45% do território nacional, as pequenas propriedades presentes em áreas equivalentes ou inferiores a 10 hectares de terra abrangem,

8 Oriundas do levantamento de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) disponíveis em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/estrutura-fundiaria.html>>. Acesso em 25 mar. 2021; equiparados às informações do estudo feito pelo Comitê de Oxford para Alívio da Fome (OXFAM) do Brasil em 2016, disponível em: <[https://oxfam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-terrenos\\_desigualdade-brasil.pdf](https://oxfam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf)>. Acesso em 25 mar. 2021.

aproximadamente, menos de 2,3% do território brasileiro, aglutinadas em 2.352.433 de pequenos estabelecimentos (RELATÓRIO DATALUTA BRASIL, 2020).

Destaca-se que a desigualdade na distribuição de terras em nosso país vem se aprofundando pela aliança entre Estado e Capital amparada por diversos mecanismos, a exemplo da Medida Provisória (MP) 910/2019 que perdendo validade fora substituída pela PL nº 2633/2020 visando propiciar a regularização de terras públicas, beneficiando latifundiários que por vezes as invadem por atos vis e criminosos de grilagem – realizados contemporaneamente até mesmo por sofisticados sistemas de georreferenciamento – oportunizando que a titulação destas terras esteja sob posse da classe dominante do campo, proposta esta que reforça a privação do acesso à terra aos sujeitos expropriados.

Por meio deste cenário atual que reproduz-se historicamente, Santos (2009) destaca o território como uma importante categoria geográfica para nos situarmos no entendimento das modificações estabelecidas no campo em meio à dialeticidade entre classes sociais, e da necessidade de superação do sistema atual pela territorialização da luta da classe trabalhadora que está no campo, e até mesmo dos camponeses e proletários que reproduzem-se na cidade, ressaltando que:

[...] o território é compreendido como dimensão concreta dessa luta da classe proletária e do entendimento do campesinato que na subordinação cria formas de emancipação. Somente a partir de uma retomada social que tenha uma significação para a classe proletária e camponesa. Unicidade de ações frente ao processo político no sentido de fortalecimento da consciência de classe é que pode-se almejar uma perspectiva de transformação da sociedade e romper com as amarras determinantes dos poderes constituídos pelo capital e do Estado burguês. Só a partir daí é possível se pensar numa leitura mais justa do território e da apropriação deste por parte daqueles que vivem do trabalho. Acredita-se em uma verdadeira emancipação da classe operária e camponesa (SANTOS, 2009, p. 298-299).

Acrescido a isso, Mendonça (2004)<sup>9</sup> assinala que o território vem a ser uma categoria essencial aos geógrafos diante da materialização concreta da relação contraditória capital/trabalho, visto que o trabalho na histórica subsunção ao capital precisa ser libertado, levando em conta que é necessário o desvendamento e a

---

<sup>9</sup> Cabe destacar que este autor, bem como Thomaz Júnior não entendem o campesinato como classe, mas como categoria da classe trabalhadora. Todavia, são autores que contribuem no debate sobre a produção do espaço agrário brasileiro, principalmente no que refere-se aos conflitos entre capital *versus* trabalho no campo.

oposição à leitura ‘universal’ do capital ao território, na busca de que a essência da realidade social estabelecida territorialmente pela ação política e do movimento popular e social possa seguir em frente, levando em conta que as manifestações da classe trabalhadora precisam estar unidas ao instrumental técnico de estudos e pesquisas na busca da construção política de uma realidade social emancipatória.

Em confirmação a esta perspectiva, Bombardi (2006, p. 19) afirma que os camponeses, ao conquistarem e permanecerem em frações do território, promovem a realização de sua condição social que advem das lutas e enfrentamentos de classe, posto que a autora compreende que estas conquistas resultam da organização, da consciência, da unidade e dos interesses da classe camponesa, destacando que ao entendermos o sentido da luta pela reprodução do campesinato, esta nos leva à compreensão da luta pela terra e, conseqüentemente, à necessidade da reforma agrária de forma justa ao sujeitos que precisam se reproduzir na terra. Dessa maneira:

A permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16).

Para além disso, em uma leitura crítica sobre a realidade do campo em sua totalidade, vale considerar que mesmo ao acatarmos a importância da reforma agrária, a luta da classe camponesa não pode limitar-se a ela; também deve pautar-se pela superação do modo de produção. Posto isso, não nos atamos só na questão agrária, mas avançamos naquilo que é central: o conflito entre capital *versus* trabalho.

Os movimentos sociais do campo, nesse entendimento, são fundamentais para que as nuances do modo capitalista de produção não venham a demarcar mais ainda as relações estabelecidas nos seus territórios, uma vez que os interesses da produção do valor negam os interesses dos sujeitos do campo. Nisso, a resistência torna-se central para que os camponeses que ainda não conquistaram a terra venham a ocupar os seus espaços, e os que nela estão possam ter sua autonomia de ser social realizada. É no contexto da luta que os camponeses encontram o horizonte da justiça social a plenificar-se e, nessa perspectiva, tornam-se historicamente sujeitos revolucionários que não se omitem ante à ‘força’ avassaladora do capital.

## **2.4 Mobilizações territoriais pela libertação da classe camponesa na América Latina**

Ao nos assentarmos na leitura sobre os enfrentamentos sociais que são produzidos no contexto da questão agrária brasileira, cabe considerar que estas lutas encontram-se, historicamente, inscritas nos principais movimentos revolucionários – que existiram e/ou resistem até os dias atuais – na América Latina, e que foram fomentados pela classe camponesa; trajetória esta que nos impulsiona a elucidar como as ações renitentes desempenhadas pelos sujeitos do campo são materializadas em meio aos entraves estabelecidos pela dialética capital/trabalho em nível continental.

Sinalizamos que este debate não despreziona a ação política desempenhada pelos demais movimentos que lutam por melhores condições de vida aos sujeitos que encontram-se numa situação social periférica – como aqueles que estão nos espaços das cidades – mas pontuamos que a classe camponesa vem resistindo por muito tempo às determinações instauradas pelo sistema capitalista, e essa realidade vem promovendo notórios rebatimentos na produção territorial da América Latina.

Dessa maneira, nos debruçamos em algumas reflexões que destacam o papel seminal dos movimentos sociais do campo no continente latino-americano – inclusive aqueles situados no território brasileiro e que, ao mesmo tempo, articulam-se além fronteiras – que resistem às adversidades estabelecidas pelo modo de produção atual, e que buscam alternativas concretas para que os sujeitos que vivem no campo possam constituir espaços de vida e de trabalho na finalidade da destruição dos mecanismos de exploração (seja os neoliberais e/ou totalitários) que reconfiguram-se socialmente no sistema capitalista em crise.

Vale destacar que está longe de nossa intenção afirmar que a dimensão cultural do campesinato não é necessária, pelo contrário, a cultura faz parte dos processos de resistência social estabelecidos no campo e merecem reconhecimento. Contudo, para além dessa questão, o processo da luta de classes no campo faz-se oportuno e central, uma vez que para a garantia dos modos de vida nos seus territórios, é preciso que os enfrentamentos às determinações do capital sejam traçados pela garantia das condições objetivas de reprodução social, sendo elas pela terra, pela água, por trabalho, saúde, educação, entre outras demandas, que ao mesmo tempo contemplam os demais aspectos da vida social camponesa.

De acordo com Ramos (2003), ao pensarmos a América Latina na ciência geográfica, perpassamos pela análise social e histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista, haja vista que na formação territorial do continente pautada nos moldes de modernização trazidos pelas expedições colonizadoras, suas determinações proporcionaram conflitualidades que foram de encontro aos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos até então produzidos pelos povos que aqui viviam, e que conseqüentemente vieram a desarticular a autonomia integral desses sujeitos históricos, ao passo que o ordenamento territorial hegemônico pelos colonizadores desbravou as fronteiras para o processo de urbanização, da organização produtiva de grandes latifúndios, e do uso predatório dos recursos naturais, realidade esta fundamentada na propriedade privada e na acumulação do capital.

Em decorrência desse processo de exploração nas relações sociais estabelecidas em nível continental, e que Galeano (2002) aponta sua realização não somente pela extração de recursos naturais, mas também na exploração de “braços baratos” que eram até mesmo escravizados, Ramos (2003) destaca que emergiram inúmeros movimentos sociais do espaço agrário latino-americano – sendo eles compostos em uma grande diversidade étnica, a exemplo de indígenas, quilombolas, dentre outros – que vão configurar processos de luta reivindicando tanto a posse e demarcação de suas terras, mas também dos seus territórios, enquanto espaços constituídos à reprodução histórica, social, cultural, econômica, política etc. dos seus sujeitos.

Evidentemente, esse processo de luta tem seus antagonistas, que dentro desta dinâmica são aqueles setores das sociedades nacionais da América Latina que vivem da estrutura moderno-colonial montada. Os antagonistas desta luta são as forças políticas e econômicas que se sustentam no latifúndio, no agrobussines e na indústria de gêneros agrícolas. A conquista de direitos por parte das populações camponesas, indígenas e de afro-descendentes passa pelo confronto político (e literal) contra essas forças. Não é por acaso que esses movimentos figuram como [...] mais atuante (em quantidade) na América Latina. (RAMOS, 2003, p. 28).

Sader (2007) evidencia que os movimentos sociais foram estratégicos às lutas e resistências travadas contra os projetos neoliberais do Estado e do Capital na América Latina, uma vez que os objetivos do neoliberalismo têm sido processados ao longo do tempo de forma cruel, como uma ‘máquina’, na expropriação de direitos

essenciais, atingindo diretamente os setores aos quais as mobilizações de luta social estão inseridas. Ao levantarem-se contra essa lógica perversa, o autor destaca que:

Foram os movimentos sociais – do EZLN ao MST, dos movimentos indígenas equatorianos aos bolivianos e aos piqueteros – os maiores protagonistas das lutas populares durante mais de uma década. Foram os principais responsáveis pela perda de legitimidade e pela queda de tantos governos no continente – de Sanchez de Lozada a de La Rua, de Lucio Gutierrez a Fujimori – assim como pela derrota eleitoral de Menem, de FHC, entre outros. (SADER, 2007, p. 1).

Dentre os vários e importantes movimentos sociais de luta camponesa da América Latina, destacamos brevemente a trajetória de dois deles: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), mais conhecido como Movimento Zapatista, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo ambos integrantes da Via Campesina<sup>10</sup>.

O Movimento Zapatista, segundo Simonetti (2007) tem sua origem no início de 1994, no Sul do México, posto que homens e mulheres armados e de rosto coberto, durante a madrugada, ocuparam dezesseis municípios do estado de Chiapas, e divulgaram aos meios de comunicação mundiais, bem como ao povo mexicano em geral serem membros do EZLN, informando naquele momento que estariam travando uma luta pelas causas sociais do país.

Depois de 12 dias de combate do movimento com o exército nacional, houve uma trégua, mediada por Dom Samuel Ruiz, Bispo de San Cristóbal e indicado pelos Zapatistas para dialogar com o governo. Desdobramentos desse processo resultaram em uma negociação envolvendo discussões e direcionamentos sobre reforma política, direitos indígenas e sociais (SIMONETTI, 2007, p. 126). Nesse sentido:

O levante Zapatista veio como resposta as perversas transformações ocorridas no país e com as comunidades indígenas, desde os anos 40, uma vez que camponeses e índios foram negligenciados ao se privilegiar o grande capital e poucos proprietários de terra. (SIMONETTI, 2007, p. 126).

---

<sup>10</sup> A Via Campesina, surgida em 1992, é uma expressão concreta da organização de inúmeros movimentos sociais do campo espalhados pelo mundo, que lutam em defesa dos direitos da classe camponesa, dentre eles a soberania alimentar, a preservação da natureza e sua biodiversidade, a luta pela terra etc., posto que movimentos de luta no campo latino-americano, principalmente brasileiros como o MST, a CPT, entre outros tantos, fazem parte de suas articulações sociais e políticas.

Desde então as ações dos Zapatistas causaram grande impacto no México, e foram tomando notoriedade em nível internacional, uma vez que realizam grandiosas manifestações de vários pontos do país para que suas lutas sejam almejadas, à medida que a extrema organização do movimento e sua forte pressão pelas demandas sociais proporcionaram uma ampla visibilidade de seus enfrentamentos às imposições da relação Estado/Capital no país.

O MST é um outro importante movimento social voltado às causas camponesas e que vem atuando até os dias de hoje no território brasileiro. Simonetti (2007) destaca que o movimento surge entre o fim da década de 1970 e 1984, tendo por característica a realização de inúmeras ações na ocupação de terras públicas e/ou privadas, bem como de prédios públicos como INCRA, órgãos institucionais do governo, dentre outros; realizando também grandes caminhadas e manifestações em várias partes do território nacional ao denunciar as desigualdades sociais que são reproduzidas no país, e socializar sua proposta de reforma agrária. Nesse sentido:

A importância do MST na sociedade brasileira se deve, em grande parte, a forma como o movimento desenvolve ações visando dar visibilidade à luta pela terra. Até então, comunidades indígenas, camponeses e trabalhadores rurais estavam em luta no interior do país, no campo e pouco se sabia sobre as situações de exclusão, violência e assassinatos. O MST trouxe para a cidade, para a mídia e academia esta luta. A sua organização assumiu uma dimensão extraordinária graças a sua organização interna e de suas práticas territoriais e políticas, que foram sendo construídas ao longo da sua formação e trajetória. A capacidade de organização e de integração de novos Sem Terra nessa luta, bem como as grandes manifestações, grandes caminhadas, ocupações de prédios públicos e praças, mostra a singularidade desse movimento na sociedade brasileira. (SIMONETTI, 2007, p. 128).

Mas é preciso considerar, conforme Sader (2007), que no desenrolar dos processos de atuação dos movimentos sociais do campo no continente, também surgiram dificuldades que impossibilitaram um avanço significativo das suas ações de luta, a exemplo da fragmentação dos movimentos em causas individuais que estabeleceu-se na Argentina – bem como em tantos outros países, do apoio dos movimentos sociais brasileiros e uruguaios aos seus respectivos governos, sem obterem mudanças significativas por meio do Estado e sem criarem uma potente alternativa política que desencadeia, até hoje, entraves à confluência da luta dos setores progressistas da sociedade latinoamericana contra as nuances do modo

capitalista de produção. Para o autor, Bolívia, Equador e Venezuela possuem exemplos históricos de tentativas pela união das lutas sociais e políticas contrárias ao projeto neoliberal.

No que concerne à realidade brasileira, as experiências que constituíram-se em um recente momento histórico do país na aproximação dos movimentos sociais do campo com o aparato institucional do Estado, revelaram que mesmo com as intenções dos representantes do poder nacional em destinar parcas concessões de direitos aos sujeitos do campo, mudanças mais amplas não se realizaram efetivamente, como as que referem-se a regularização fundiária, uma vez que o aparato estatal conformou ações conciliatórias para a garantia da manutenção da propriedade privada nas mãos dos grandes latifundiários, que extraem renda e lucro da terra em nível nacional e da vinculação desse processo ao mercado mundial na geração do valor pela esfera produtiva e financeira do capital. Dessa forma:

[...] a bandeira de luta dos movimentos sociais na América Latina não pode se limitar a institucionalidade – esta até pode servir de instrumento, em um determinado momento, mas não substitui a luta histórica dos trabalhadores assalariados e camponeses, cujo desdobramento principal remete a transformações estruturais e substanciais na sociedade. (SOUZA, 2008, p. 155).

Pelas ponderações levantadas por Souza (2008) não basta somente uma crítica pautada na antiglobalização e no anticapitalismo, pois em nível prático a realidade aponta conquistas superficiais e aligeiradas para as classes oprimidas condicionadas a uma vinculação conciliatória com o capitalismo, posto que é necessário o avanço de estratégias que superem esse modelo que vem definindo, de maneira destrutiva, as relações sociais cotidianas.

Conforme a autora supracitada, essas questões também dizem respeito a defesa da reforma agrária, ao passo que mesmo sendo uma importante política social para a melhoria concreta da vida dos trabalhadores camponeses, principalmente aos sem-terra, em países que possuem grandes extensões de concentração fundiária, “não deve constituir-se na finalidade absoluta dos movimentos sociais, já que significaria, uma certa adaptação ao capitalismo, e se distanciaria dos princípios revolucionários tão apregoados pelos teóricos marxistas” (SOUZA, 2008, p. 156).

Em alinhamento a esta compreensão, Nogueira (2011) adverte que os movimentos latino-americanos são originados ou expandidos, diante de um contexto

de crise do capital, no interior de sistemas políticos que excluem e degeneram grupos sociais e instituições de caráter progressista e emancipatório, aos quais sofrem pela situação de corrupção de partidos e representantes políticos que desempenham práticas autoritárias e são incapazes de viabilizarem as demandas sociais reveladas na atualidade histórica de intensas mudanças no mundo do trabalho. Sendo assim:

A emergência política desses sujeitos organizados em movimentos sociais que protagonizam, hoje, conflitos territoriais na América Latina, nos leva a considerar as distintas territorialidades que emergem das suas lutas como componentes fundamentais das dinâmicas espaciais/geográficas em curso no nosso continente. Nesse sentido, compreender a atuação desses movimentos significa compreender a sua dinâmica territorial o que nos coloca ante a análise das diferentes relações de poder e dos conflitos por território entre essas organizações de classe, o Estado e os representantes do grande capital. (NOGUEIRA, 2011, p. 97).

Por meio destas reflexões acrescentamos que, mesmo diante dos constantes ataques sofridos pelos movimentos sociais na conjuntura política ao qual vivemos de crise do capital e dos seus rebatimentos sobre o trabalho, as suas ações no contexto da luta de classes são legítimas e necessárias, à medida que as mobilizações que realizam precisam ser evidentes, resistentes e libertárias – visto que a seguir elucidaremos a trajetória de lutas e ações desenvolvidas pela CPT – diante dos desdobramentos da crise societal que se instaura hodiernamente, uma vez que no seu caráter desigual, visa destruir vidas pela prevalência do lucro.

## **2.5 Travessias históricas da CPT na luta pela reprodução social do espaço agrário no Brasil**

Diante da histórica organização territorial dos movimentos sociais no espaço agrário latino-americano, torna-se plausível elucidar a contribuição de variados grupos sociais e organizações que compõem as trincheiras da luta revolucionária estabelecida no continente, estes que apontam os seus anseios por um mundo mais justo no enfrentamento às desigualdades exacerbadas ao longo do tempo, e que são reproduzidas pelo modo capitalista de produção.

À luz desta perspectiva, nos pautamos em analisar notáveis processos que configuram as contradições expressas no espaço geográfico em âmbito latino-americano, visto que partindo da realidade concreta da CPT, tratamos de algumas

particularidades da luta social no campo brasileiro, e que nos auxiliam a compreender a importância da atuação dos movimentos sociais camponeses no contexto da questão agrária.

Uma das organizações que compõe historicamente a formação social e territorial do campo brasileiro é a denominada Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), popularmente conhecida como Igreja Católica, haja vista que em sua trajetória desde a invasão portuguesa nos territórios indígenas em meados do século XVI, na extração dos recursos naturais para exportação e na exploração da força de trabalho, torna-se evidente sua presença no interior do processo de colonização europeu por meio da ação catequética dos padres jesuítas, ao passo que a aproximação da Igreja com a dominação do poder político nos períodos colonial, império e república fizeram com que sua influência ideológica e material<sup>11</sup> se consolidasse no cotidiano societal do país.

Quase sempre vinculada ao poder dominante, as igrejas buscaram adequar os sujeitos sociais às normas das sociedades nas quais eles se encontravam. Mas, contraditoriamente, ao longo da história, são diversos os movimentos de cunho religioso que se engajaram nas lutas pela terra e pelo direito ao trabalho humano com dignidade. (MENEZES NETO, 2007, p. 331).

Menezes Neto (2007) assevera que no período pré-64 com a surgimento das Ligas Camponesas<sup>12</sup> no Nordeste brasileiro houve, mesmo na disputa da Igreja e dos comunistas pela organização das lutas no campo, aproximações concretas entre comunistas e católicos na defesa da reforma agrária para os camponeses, mesmo para aqueles que encontravam-se na condição do assalariamento e que viviam nas periferias urbanas. Cabe ressaltar, segundo o autor, que nessa mesma época se sistematizaram conflitos no seio da própria Igreja, uma vez que a ala conservadora do clero<sup>13</sup> apoiou o golpe de 1964.

---

<sup>11</sup> Que percorre desde seu espaço no calendário de feriados nacionais e até mesmo no controle de propriedades fundiárias no país, principalmente urbanas, as quais a ICAR exerce domínio até os dias de hoje.

<sup>12</sup> Estas que “[...] são um tipo de organização do campesinato que data de muitos séculos. As mais célebres, pelo papel que desempenharam e pelas guerras a que deram origem, durante quase cem anos (séculos XV e XVI) foram as Ligas Camponesas da Alemanha. (JULIÃO, 1962, p. 13). No Brasil, segundo Andrade (1986), as Ligas Camponesas surgiram principalmente pela articulação entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os Sindicatos Rurais, embora que essa articulação foi abalada em âmbito ideológico, levando o PCB e as Ligas a lutarem em frentes distintas.

<sup>13</sup> Esta que era contrária a toda forma de emancipação humana pela via da luta social, uma vez que desprezava as condições precárias de reprodução da vida das classes exploradas da sociedade brasileira, e que também obedeceu a denominada “restauração romana” que, conforme Mainwaring

Sobre esse processo histórico, Teixeira (2003) pondera que diante das mobilizações populares no campo e na cidade os militares brasileiros, assustados, viam nelas uma “ameaça comunista”, sendo que a partir daí as forças reacionárias passaram a se organizar no país seja na aquisição de armas, campanhas na imprensa, financiamento de candidatos a deputados, até mesmo em ações de cunho religioso advindas dos EUA. Nisso, os grupos militares estruturaram-se e traçaram estratégias robustas, agregando para si políticos, intelectuais, empresários etc. com a finalidade de preparar o golpe militar visando acabar com todo o movimento popular constituído até então, ao passo que:

O golpe militar aconteceu em 31 de março de 1964. A ditadura instaurou um clima de perseguição, de prisões ilegais, tortura, mortes, com o total desrespeito às liberdades formais, que, antes, bem ou mal funcionavam. A partir do golpe, as instituições políticas funcionavam só de fachada; todo cidadão era considerado suspeito ou conivente com a “subversão”. Atos institucionais, decretados pelas autoridades introduziram medidas arbitrarias, como cassação de mandatos, de direitos, perdas de cargos, intervenções nos sindicatos. O Ato Institucional mais grave foi o de número 5, de dezembro de 1968: o Congresso foi fechado, os partidos políticos ficaram sem nenhuma possibilidade de ação, as organizações ficaram sob intervenção, muitos líderes foram presos e torturados, a censura e a repressão tornaram-se mais violentas. (TEIXEIRA, 2003, p. 17).

Nesse contexto perverso que ascendeu-se contra as classes operária e camponesa em nosso país, principalmente na segunda metade do século XX, diante da construção de ações gestadas pela ditadura militar direcionadas a partir de 1964, perpassando pelo ato institucional nº 5 de 1968 - aos seus desdobramentos até o ano de 1985, as mobilizações sociais da ala libertária da Igreja Católica no Brasil foram voltadas não somente aos objetivos de perpetuação da ação religiosa, mas, também, pela necessidade que parte da Igreja teve de atuar politicamente, debruçando-se nas causas e demandas da classe trabalhadora na busca pela materialização da justiça social, sendo, portanto, contrárias às desigualdades sociais produzidas no país, bem

---

(1989), foi difundida por uma carta apostólica em 1980 pelo Papa João Paulo II e reforçada pelo então Cardeal Joseph Ratzinger, atual Bento XVI, este que condenou veementemente a relação de membros da Igreja ao marxismo, perseguindo os posicionamentos críticos da ala libertadora do clero e reprimindo a atuação da Igreja em questões sociais; ao tempo em que, conforme Löwy (1991, p. 29) essas ações do mais alto escalão da Igreja estavam muito próximas do ideário semi-fascista em sua tríade: Tradição, Família e Propriedade - renovadas no Brasil a partir de 2018 nos preceitos políticos de Deus, pátria e família do atual presidente da república.

como, na oposição ao truculento regime militarizado que instaurava-se naquele contexto social.

Esse movimento realizado pela Igreja libertadora – inspirado nas mudanças estruturais promovidas pela Igreja no Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela realização do Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) em Medellín, Colômbia (1968) – na “luta pela justiça e pela paz, por meio de greves, marchas etc., foi considerado o caminho necessário para o encontro com o reino, e a omissão, ou mesmo a indiferença, posições insuportáveis que nesse sentido deviam ser extirpadas” (IOKOI, 1996, p. 46). Vale ressaltar que:

É nesse contexto que o chamado cristianismo social ganhou corpo nas pastorais operárias e em organizações políticas e humanitárias, inicialmente influenciadas pelos humanistas franceses, como padre Lebreton, Chardin, De Lubac, dentre outros. Porém, no decorrer das décadas de 50 e 60, leigos passam a se comprometer com trabalhos sociais, que, posteriormente tomariam uma outra feição, vinculada às lutas políticas de cunho socialista. Começava a surgir o alicerce para a Teologia da Libertação. (MENEZES NETO, 2007, p. 332).

Em relação à vinculação da ala libertadora da Igreja Católica aos processos de organização dos movimentos sociais, Gohn (1997) acrescenta que:

Os movimentos populares que se destacaram e se tornaram conhecidos internacionalmente foram os que estavam sob o manto protetor da Igreja católica em sua ala progressista, da Teologia da Libertação, conforme já assinalado e de amplo conhecimento público. A religião é de modo geral um valor muito importante na vida do homem pobre latino-americano [...] A Igreja católica sempre teve uma presença marcante na América Latina, dentro da correlação das forças sociopolíticas existentes (GOHN, 1997, p. 229-230).

Podemos destacar que, por parte dos padres libertários, era preciso revisitar e compreender a discussão comunal na sua aproximação com os ensinamentos cristãos inscritos no Novo Testamento da Bíblia Sagrada na promoção da paz e na defesa da justiça social; uma vez que essa ação não tratava de “[...] instrumentalizar a fé e o Evangelho para fins políticos, mas de resgatar as dimensões sociais presentes na fé e no Evangelho muitas vezes encobertas por um tipo intimista e privatizante de compreensão da fé e do Evangelho” (BOFF, 1980, p. 215).

Löwy (1991) aponta que a Teologia da Libertação, em uma compreensão religiosa que ancora-se em conceitos marxistas evoca, como os comunistas, a

necessidade da luta contra o capital na libertação da sociedade. Segundo o autor, quando a teologia liga seus fundamentos aos do materialismo histórico-dialético, sinaliza que é possível pensar a transformação social formulando uma perspectiva teológica da práxis revolucionária.

Dessa maneira, os intelectuais clérigos e/ou leigos católicos foram se aproximando à análise teórica revolucionária de Marx, e reinterpretando-a para que a comunidade católica pudesse aceitar esta teoria – afastando da pomposa compreensão tradicionalista da Igreja – e vinculando-a com uma nova teologia que pregavam na intenção de contribuir com o socialismo. Nesse processo:

A América Latina, mergulhada em um ambiente de miséria e exploração, foi o centro geográfico para o encaminhamento dessa nova teologia. Foi nesse continente que perguntas indigestas mexeram com os dogmas de muitos religiosos. A questão fundamental foi constatar que aquela organização social marcada pela pobreza não estava nos projetos de Deus e que a Igreja mostrava-se inerte e, muitas vezes, colaborava com a realidade injusta presente no cotidiano dos latino-americanos. (MITIDIÉRO JÚNIOR, 2008, p. 77).

Goirand (2009) destaca que parte considerável da Igreja Católica, afinada aos preceitos da Teologia da Libertação, fomentou e colaborou com mobilizações pautadas pela dignidade dos pobres e humildes diante do momento político, situação esta que contribuiu na composição progressiva da oposição da ICAR ao regime militar instalado naquele período, visto que esse processo não aconteceu de forma imediata dados os conflitos ideológicos no interior da própria Igreja.

Na contestação da propriedade privada concentrada pelo grande latifúndio nas mãos de poucos sujeitos – defendidos pela ditadura, posto que a concentração de terras proporcionava poder e dominação – os movimentos sociais foram duramente reprimidos pelo regime militar<sup>14</sup>, sendo que a presença atuante da ‘Igreja Viva’ nesse contexto<sup>15</sup> foi fundamental para que as lutas não fossem abatidas por completo pelo poder ditatorial da época. Observa-se que o conflito fica evidente na medida em que a própria igreja era grande proprietária fundiária. A compreensão então é que a

---

<sup>14</sup> Uma vez que o discurso e as ações dos movimentos eram vistas pelos militares como a expansão do comunismo no Brasil, e que colocavam em risco o “direito” à propriedade privada que garantia a concentração de terras.

<sup>15</sup> Haja vista que, conforme Menezes Neto (2009), o Estado investiu em programas de “desenvolvimento” para a Amazônia, na expansão da fronteira agrícola no centro-oeste e na modernização da agricultura, processo este que impulsionou um movimento de ‘migração para o oeste’ e que foi tensionado por conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários.

terra não pertenceria a Deus ao ser utilizada pela igreja para arrecadar riqueza, mas que deveria lhe pertencer para saciar a fome das famílias pobres, aproximando-se com os fundamentos da reprodução social camponesa.

Ressalta-se que nesse mesmo período começa a ocorrer no mundo a derrocada dos “anos gloriosos” do capital, evidenciando sua crise estrutural na década de 1970 dada a impossibilidade de deter a queda da taxa de lucro. Nesse período, segundo Menezes Neto (2007), foi minada no Brasil a política do “milagre econômico” e ao mesmo tempo – diante da efervescência dos movimentos que contestavam a ditadura – proporcionou também o enfraquecimento do poder dominante dos militares no país.

Mediante esta conturbada realidade, e diante dos propósitos de atuação da ala libertadora da Igreja junto aos movimentos de luta social, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fundada por Dom Hélder Câmara<sup>16</sup> em 1952, direcionou algumas de suas organizações próximas como a Comissão Justiça e Paz, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) este surgido em 1972, dentre outras organizações e agentes de pastoral, também conhecidos por leigos(as), para que trabalhassem diretamente com as causas sociais e que contribuíssem no combate às injustiças que se expressavam no país, evidenciando o “rosto de uma igreja comprometida com o povo e com os pobres” (TEIXEIRA, 2005, p. 19).

Integrante a estes movimentos reivindicatórios à causa camponesa e de negação ao projeto capitalista, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma das inúmeras organizações da ICAR no Brasil tendo sua origem em 1975<sup>17</sup> posto que parte da Igreja, ao visualizar as realidades de desigualdade materializadas no acesso à terra, tiveram a iniciativa de fundarem uma pastoral que optasse ‘preferencialmente pelos pobres’<sup>18</sup>, apoiando estes sujeitos nas áreas em que eram vítimas de injustiças

---

<sup>16</sup> Este que transitou, segundo Mitidiero Júnior (2008), entre a ala progressista e libertadora da ICAR, sendo que a primeira criticava tanto o capitalismo quanto a Igreja conservadora e o comunismo, defendendo o ‘Estado de bem estar social’ como alternativa de desenvolvimento social; e a segunda constituía uma crítica radical a forma hierárquica da Igreja, ao desenvolvimento defendido pelos teólogos progressistas, e ao Capital como um ‘pecado’ diante da obra divina, posto que Dom Hélder ao mesmo tempo em que denunciava as injustiças sociais e criticava o capitalismo, apontava “soluções” ancorando-se nas teses desenvolvimentistas. Mesmo assim, faz-se contundente acrescentar que “[...] Dom Hélder é reconhecido, pelos mais diferentes setores da Igreja e da sociedade civil, como um dos motores das transformações ocorridas na Igreja latino-americana.” (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 82).

<sup>17</sup> E influenciada diretamente pelo trabalho desenvolvido pelo CIMI ao passo que, segundo Poletto (1997), sua criação estabeleceu-se no Encontro Pastoral da Amazônia Legal realizado em Goiânia em 1975, contando com o apoio de Bispos como Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino.

<sup>18</sup> Temática esta reforçada pelas orientações pastorais do CELAM de Puebla, no México, em 1979.

ao construírem um trabalho de base com teor político, prático, coletivo e de participação popular. Sobre a gênese da CPT no país, Stédile e Fernandes (1996) afirmam que:

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, em Goiânia, foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas. [...]. De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo (STÉDILE; FERNANDES, 1996, p. 19-20).

Stédile e Fernandes (1996, p. 20) destacam que a CPT proporcionou a aplicação da Teologia da Libertação na prática, uma vez que trouxe uma significativa contribuição à luta camponesa sob o prisma ideológico por meio de padres, religiosos e até mesmo pastores evangélicos como luteranos e metodistas que dialogavam com os camponeses sobre a necessidade destes sujeitos organizarem-se à medida que, conforme os autores, a Igreja deixou de trabalhar com a deturpada pregação do “espera que tu terás terra no céu” e seguiu uma postura inversa ao comunicar ao camponês que “Tu precisa te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra”, sendo que a CPT foi muito importante na conscientização dos camponeses sobre a centralidade das lutas.

Conforme Poletto (1985) na criação da CPT, tinha-se o intuito da realização de:

[...] um serviço à causa dos camponeses e trabalhadores rurais, serviço de apoio às lutas, aos seus direitos, vendo neles o esforço humano de construção de uma sociedade nova, superando o capitalismo. À luz da fé em Jesus Cristo, vê nestas lutas a construção do Reino de Deus [...] (POLETTTO, 1985, p. 17).

Diante da colaboração de importantes teólogos da libertação como Gustavo Gutiérrez, Joseph Comblin, Leonardo Boff, Frei Betto, Ivo Poletto, Antônio Canuto, do Bispo Dom Tomás Balduino – este que impulsionou o trabalho da Pastoral principalmente no Centro-Oeste e Norte do país – entre outras, a CPT definiu suas ações articuladas de maneira ecumênica, posto que conforme Medeiros (1989) e Dallagnol (2001) a Pastoral não queria ser uma Organização não governamental (ONG), nem promover um projeto próprio de reforma agrária, mas almejava estimular

as ações dos agricultores no interior da questão agrária, perpassando analiticamente na realidade conjuntural e na crítica ao poder dominante.

Nesse sentido, a CPT surgiu proporcionando com que os enfrentamentos à situação caótica daquela época se intensificassem sem fragmentações – diante da diversidade de compreensões ideológicas que agregava, como as postuladas pelo marxismo – visto que nesse processo a Pastoral muito colaborou com o fortalecimento das lutas sociais e, dentre outras coisas, com o fim do regime militar e no surgimento do MST no Paraná entre os anos 1970 e 1980.

Iokoi (1996) e Caldart (2000) também destacam as contribuições da CPT, colocando que esta pastoral foi crucial à organização de luta dos trabalhadores camponeses, ao tempo em que apontam as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)<sup>19</sup> como o lugar da trincheira social do campesinato, visto que lá se encontravam e para a luta organizavam-se. Foram nesses espaços que a Teologia da Libertação fez-se concreta na articulação, conforme Menezes Neto (2007), aos novos movimentos sociais como o MST, a novos grupos partidários que emergiam na época, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e com novos sindicatos, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No seu movimento pastoral, respaldado em vários objetivos em prol da luta social, a CPT contou ainda com a contribuição dos bispos que, ao reunirem as discussões que levantaram na 18ª assembleia da CNBB realizada no ano de 1980 em Itaici-SP, organizaram o documento nº 17 da sua conferência intitulado “Igreja e problemas da Terra”, sendo este um dos documentos de destaque do episcopado brasileiro na crítica à histórica concentração latifundiária no Brasil e um dos mais incisivos na defesa pela transformação social.

O documento constitui-se em três seções: a realidade dos fatos, a fundamentação doutrinal (sendo que nessa seção os bispos aproximaram-se da discussão realizada por José de Souza Martins quanto ao que o sociólogo define o uso contraditório da terra como de trabalho x de negócio) e o compromisso pastoral, posto que os Bispos convergiam no documento teologia e ciência, na defesa pela

---

<sup>19</sup> Originadas em meados da década de 1960 e influenciadas pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e pelo Movimento de Evangelização Rural (MER) ambas surgidas entre as décadas de 1950 e 1960 – sendo a última advinda das ações da Juventude Agrária Católica (JAC) e da Ação Católica (AC) organizadas na década de 1920 – visto que a Igreja libertadora participava ativamente das ações destes movimentos. Vale ressaltar que as CEB's atuam até hoje, tanto em espaços urbanos ou do campo no território brasileiro.

reordenamento justo da terra destinado ao trabalho realizado pelas famílias camponesas, à medida que:

Este documento está voltado para a problemática da posse de terra em nosso país. Não é um estudo sobre a Agricultura, nem sobre a questão técnica da produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1980, p. 1).

Pelos pontos levantados no documento, segundo Medeiros (1993) *apud* Gonçalves (2012), a CNBB voltou-se principalmente à defesa da reforma agrária, sendo esta contemplada por uma política de combate às injustiças sociais, dentre elas a fome, observando também a situação econômica, social e política que assolava o país; defendendo ainda a desconcentração da propriedade fundiária para a ampliação da produção de alimentos direcionadas a toda a população, bem como a distribuição equitativa de renda, no interesse de que logo a democracia tornasse real.

Nesse intuito a CPT, conforme Novaes (1985) expandiu sua ação pastoral principalmente nas áreas de conflito, onde promovia junto as comunidades rurais celebrações, vigílias, caminhadas, e atuava até mesmo no trabalho com a terra agrícola e na formação de assentamentos, sendo que diante dessa realidade a Igreja da libertação passou a estar mais presente no espaço agrário e acompanhando suas lutas, à medida que:

[...] o trabalho da CPT convergiu com outras atrações pastorais de alguns padres e bispos em outras regiões do país, como foi o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão e Goiás. Rapidamente se expandiu por todo o Brasil e em 1979 já eram 15 as suas regionais. (MEDEIROS, 1989, p. 113-114).

Por entre estes anseios e enfrentamentos, percebemos uma extensiva e intensa ação da CPT em várias trincheiras do território brasileiro, assim como a importância das suas mobilizações voltadas pela causas sociais principalmente em relação à questão agrária no país, ao passo que a seguir elucidaremos a trajetória da Pastoral da Terra junto ao histórico movimento de luta camponesa no Centro-Sul da Bahia.

### **3 ESPAÇO/TEMPO DA TERRITORIALIZAÇÃO DA CPT NO CENTRO-SUL DA BAHIA**

Na análise do movimento da realidade concreta que produz o espaço agrário brasileiro, não podemos desconsiderar sua dimensão histórica, uma vez que esta nos permite compreender, na totalidade, como o espaço geográfico vem se configurando de maneira desigual ao longo do tempo por meio das determinações sistêmicas do capital, uma vez que ao nos ancorarmos na perspectiva da relação espaço/tempo, vislumbramos como os territórios camponeses em nosso país foram constituídos, desde outrora, por intensos conflitos que materializaram a expropriação dos sujeitos do campo mediante a apropriação da propriedade privada da terra, do trabalho e dos instrumentos produtivos para a realização do modo de produção capitalista.

Esse processo nos aponta que a luta de classes, expressa territorialmente, possui um vasto conteúdo social e histórico que repercute na produção dos espaços do campesinato brasileiro, visto que diante da contradição capital/trabalho no campo, as mobilizações de luta social estabelecidas nesse contexto são advindas de diversos segmentos da sociedade, seja por parte dos próprios camponeses ou de seus companheiros(as) vinculados(as) a instituições educacionais, religiosas, partidos políticos, sindicatos, dentre outros.

Na contestação à chamada modernização, os movimentos sociais do campo se inserem nas disputas históricas tensionadas pela oposição de classes antagônicas, visto que a classe camponesa utiliza-se da terra para a reprodução da vida na terra de trabalho, e a classe dominante, sob os auspícios do capital, se apropria da terra e de sua produção para a obtenção de renda e lucro.

Diante desta leitura, pautamos nossas reflexões sobre a importância dos movimentos sociais inseridos na territorialização dos conflitos e contradições do capital no campo brasileiro, posto que nos situamos nesse processo histórico por meio das ações de luta social da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Centro-Sul da Bahia – contextualizando-a num contexto maior de atuação dos movimentos de luta pela terra na região – procurando destacar a sua trajetória desde sua gênese, percorrendo os momentos notórios de mobilização, suas dificuldades, conquistas, dentre outros expressivos aspectos que nos apontam a relevante contribuição da Pastoral para que os sujeitos do campo pudessem, mesmo na adversidade, lutar pela reprodução de sua condição social e de classe no Centro-Sul Baiano.

### 3.1 Geografia Histórica dos movimentos sociais camponeses no Centro-Sul Baiano

No intento de compreendermos a produção do espaço agrário no Centro-Sul da Bahia, precisamos situar as ações sociais do campo que compõem as trincheiras da luta pela terra nesse processo, apontando as formas concretas de enfrentamento das classes que produzem territorialmente o campo em nível regional, e elucidando a histórica contribuição dos movimentos sociais camponeses, estes que ao longo do tempo se organizam na disputa pela terra de trabalho na qual o campesinato se reproduz socialmente.

Nesse sentido, nos reportamos a alguns momentos marcantes dessa trajetória histórica de lutas que, à luz da realidade concreta, nos levam ao entendimento de como estão sendo estabelecidas as disputas territoriais no Centro-Sul Baiano; que não sucedem de maneira periodizada, mas diante do processo histórico e contraditório de expansão do capital no espaço.

Uma das mais antigas e notáveis batalhas ocorridas na região configurou-se nos conflitos entre invasores portugueses – que estavam em busca de conquistar o ‘Sertão da Ressaca’<sup>20</sup> – e indígenas, cujo ápice foi efetuado no “banquete da morte” no qual Mongoiós, Imborés e Pataxós foram dizimados pelos seus adversários por meio de envenenamento. Diante dos interesses antagônicos destes sujeitos para a utilização da terra:

A ocupação do solo não ocorreu sem lutas. Os nativos que ocupavam o Sertão da Ressaca (Mongoiós, Imborés e Pataxós) reagiram à ocupação do solo pelos invasores, em conflitos armados que, em relação aos Pataxós, perdurou até o século XX. Foram lutas que terminaram por liquidar a população Mongoió e Imboré, em verdadeiro genocídio. (MEDEIROS, 2003, p. 23).

Na violência “da vitória<sup>21</sup> ou da conquista obtida pelos portugueses contra os índios” (TANAJURA, 1992, p. 44) que o bandeirante português João Gonçalves da Costa, segundo o príncipe alemão Maximiliano de Wied Neuwied, “apossou-se do território e fundou o “arraial”, que ficou denominado Conquista” (WIED NEUWIED, 1940, p. 410). Essa conquista – feita sob a base do controle de grandes porções de

---

<sup>20</sup> Para um aprofundamento sobre a conquista do Sertão da Ressaca ver Sousa (2001).

<sup>21</sup> Atribuída à Nossa Senhora das Vitórias, que é até hoje padroeira do município de Vitória da Conquista.

terra na expropriação, no assassinio e exploração das populações que vieram a reproduzir-se na condição de pobreza – que encaminhou a formação do núcleo urbano de Vitória da Conquista. Esse processo, num entendimento mais amplo da produção do capital, aponta que:

[...] o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertos só se convertem em vendedores de si mesmo depois de terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e ferro (MARX, 2013, p. 789).

É *mister* destacar que estas lutas desdobraram-se ao longo do tempo em outros espaços do Centro-Sul Baiano, perpassando por processos de colonização e de constituição de inúmeros municípios, estes oriundos principalmente dos mais antigos como Vitória da Conquista, Caetité, Rio de Contas, entre outros; realidade esta resultante de um desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista no antagonismo das classes sociais. Assim, este contexto é “[...] a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital” (SMITH, 1988, p. 16).

Souza (2010a) aponta que a expansão do capitalismo no campo do Centro-Sul Baiano tem grande repercussão a partir do final da década de 1970, quando a atuação do Estado constituiu-se no objetivo de inserir essa área na produção regional do café brasileiro, sendo esta realização produto do desenvolvimento desigual e combinado do capital no espaço agrário.

Conforme a autora supracitada, com o avanço da produção cafeeira, as terras onde viviam milhares de famílias camponesas – que utilizavam as terras, muitas vezes, de forma comunal – passaram a ser reclamadas por pretensiosos ‘proprietários’, situação esta que gerou vários conflitos entre classes antagônicas como entre posseiros/proprietários, sem-terra/empresas capitalistas, camponeses/Estado, trabalhadores/policiais e jagunços etc.; uma vez que inúmeros camponeses recusaram-se em sair dos seus territórios nos quais viviam por diversas gerações, até mesmo há séculos, ou vieram a lutar pela terra enquanto condição fundamental para a reprodução da vida social no campo.

Vale considerar que esse processo de luta pela terra se insere num movimento mais geral de expansão do capital no campo brasileiro pela divisão social e territorial do trabalho, como ocorrido no Centro-Sul da Bahia, que também assume um papel na divisão do trabalho como produtor de produtos primários, posteriormente transformados em *commodities*, levando a valorização das terras, a expansão no campo e novos conflitos.

Para tanto, pode-se destacar as diversas experiências de reprodução camponesa no sudoeste da Bahia, como a luta dos posseiros de Matas de Pau-Brasil, em Barra do Choça; dos posseiros atingidos pela construção da Barragem de Anagé, no município de mesmo nome; dos camponeses que participaram da ocupação de terras que deram origem aos assentamentos Amaralina, União e Etelvino Campos (em Vitória da Conquista); bem como a chegada dos movimentos de luta pela terra – o desencadear de vários processos de ocupação de terras na região: a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas áreas de acampamentos e assentamentos; como também do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) nas comunidades camponesas de Caçote e Poço da Vaca e outras; além da reprodução camponesa em áreas localizadas no entorno do urbano de Vitória da Conquista, com destaque a comunidade de Lagoa das Flores, onde centenas de famílias sobrevivem, há mais de 50 anos, do cultivo de hortaliças. Acrescenta-se ainda a reprodução camponesa no Distrito de Quaraçu, em Cândido Sales, onde o cultivo de mandioca e seus derivados garantem a sobrevivência de centenas de famílias. Com estes exemplos, pode-se considerar que a luta dos camponeses pela terra e para nesta permanecerem, os enfrentamentos perante o Estado e os projetos do capital resultam em novos indicativos para se pensar a luta de classes que caracteriza o campo brasileiro na atualidade. (SOUZA, 2010a, p. 36).

Dessa forma, os projetos vinculados ao desenvolvimento da produção capitalista no espaço agrário não foram consolidados de maneira homogênea. Por isso, ressalta-se a leitura da totalidade para compreendermos as contradições sistematizadas na exploração do capital sobre o trabalho no campo e as estratégias de resistência política dos camponeses nesse contexto.

Em relação ao Nordeste, esse desenvolvimento foi materializado no discurso do planejamento, concebido de maneira abstrata e que nega as desigualdades sociais, à medida que “[...] as atividades concretas de planejamento e seus resultados correspondem aos projetos sociais de classes e grupos específicos” (MARANHÃO, 1984, p. 86). Sendo assim:

[...] o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. Pode operar,

exatamente neste sentido, na mudança da forma da mais-valia que deve ser reposta para continuidade do ciclo (OLIVEIRA, 1985, p. 24).

No que refere-se ao processo de planejamento para o desenvolvimento da produção capitalista que se modernizava e mundializava no espaço agrário, Souza (2010a, p. 37) assinala que no campo brasileiro foram feitas seleções de áreas produtivas, ao passo que o Estado burguês brasileiro encaminhou mudanças estruturais para a consolidação do seu projeto nacional desenvolvimentista (LISBOA, 2007, p. 72).

Diante dessa realidade, o Centro-Sul da Bahia passou a receber investimentos do Estado para que fosse realizada a “integração” dessa área produtiva à região produtora de café do planalto brasileiro, incorporada à produção dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O café, ao consolidar-se no campo paulista, agrega outras áreas como o Vale do Rio Paraíba e segue até ao estado do Paraná. Essa expansão da fronteira agrícola encaminhou-se mediante as demandas do modelo produtivo para a garantia de reprodução ampliada do capital. (SOUZA, 2010a, p. 37).

Segundo a autora acima, os investimentos do Estado, nessa região, foram determinantes na criação da infraestrutura necessária ao avanço da produção cafeeira, sobretudo por meio das vias de circulação e de comunicação, ao tempo em que várias terras são tituladas na região, inventários são retomados depois de décadas, visto a valorização das terras enquanto fonte de exploração e especulação. Nesse processo:

A expansão territorial da cultura cafeeira não pode ser compreendida, apenas por uma ótica que situe os problemas e os interesses localizados somente em seu próprio âmbito. As causas concretas da descentralização do café do País estão vinculadas ao próprio movimento da acumulação em direção a outros setores e regiões, em sua trajetória de incorporação dos espaços. Um elemento essencial na estratégia atual do capital em busca do espaço econômico nacional é a sua ação cada vez mais ampliada no setor rural [...]. [...] A intervenção do Estado, tanto a nível nacional quanto a estadual, é decisiva no sentido de propiciar as condições econômicas, financeiras e administrativas que solidificam a opção de investir no campo como algo vantajoso. Neste sentido, o PRRC – Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais é uma expressão da ação governamental de forma a contribuir para o avanço do capitalismo no campo, dentro das características assumidas no patamar atual da acumulação. (SANTOS, 1987, p. 44).

Em consonância a isso, Souza (2010a) assevera que o governo do estado baiano também contribuiu com incentivos para a expansão da cultura cafeeira, que encontrava-se principalmente nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, financiamento este que após um período passaram a ser assumidos pelos produtores. Daí então estabeleceram-se constantes tentativas de expulsão dos camponeses de suas terras, em sua maioria por meio de grilagem pautada pela expansão cafeeira. Nesse processo, a titulação das propriedades ao serem impostas em caráter obrigatório, facilitaram a expulsão dos camponeses da terra para a conformação de uma nova lógica produtiva, pautada numa racionalidade individualizada e produtivista que diferenciava-se dos valores camponeses produzidos historicamente na terra. Medeiros (2003, p. 32) arremata apontando que:

[...] a agressão a economia camponesa familiar foi intensa. As terras se valorizaram, pequenos proprietários foram induzidos a vender suas glebas, algumas propriedades foram subdivididas, outras foram concentradas. Famílias de posseiros e de “agregados” foram desalojados de suas terras de trabalho.

Estas análises, ancoradas na realidade concreta de expropriação dos camponeses no Centro-Sul Baiano para a realização da reprodução ampliada do capital pela via da produção cafeeira não são unânimes, posto que conforme Souza (2010a) uma parte das abordagens acadêmicas colocam que com a implantação do pólo cafeeiro e do acelerado crescimento urbano de Vitória da Conquista, parte significativa da população camponesa sai da terra para buscar “novas” oportunidades na cidade.

Todavia, na observância das contradições inseridas no processo histórico, Souza (2010a) coloca que na realidade as famílias não dispunham dessa alternativa quando foram retirados de suas terras ou de outras pertencentes à fazendeiros, onde desenvolviam atividades não capitalistas de produção, a exemplo da parceria e da meia. Na expansão do cultivo do café, e com a pretensão de ainda adquirir substanciais recursos do Estado, os fazendeiros investem nesta produção monocultora dispensando grande quantitativo da força de trabalho camponesa, ao mesmo tempo em que várias terras de posseiros, onde reproduziam a vida na terra de trabalho, são reclamadas pelos seus “proprietários” (SOUZA, 2010a, p. 39-40).

Com a “chegada do café” e a titulação de terras, muitas áreas que antes eram utilizadas, por décadas, pelas comunidades camponesas passam a ser disputadas por posseiros e os ditos “proprietários” que se valiam de documentos, muitas vezes, duvidosos na comprovação das referidas terras. Um desses exemplos mais significativos ocorreu nas terras denominadas Matas de Pau-Brasil, localizadas entre os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, em que posseiros habitavam a terra há décadas e cuja propriedade passa a ser reclamada por um suposto “proprietário”. De acordo com documentos arquivados na Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Matas de Pau Brasil, comunidades camponesas faziam o uso da terra desde o século XIX, e o pretenso “dono da terra” reclamou o “direito de propriedade” no final da década de 1970, o que acirrou num forte conflito de classe na região. (SOUZA, 2010a, p. 40).

A respeito desse conflito, a pesquisa realizada por Leite (2015) pondera que em 1972, época em que as terras vinculadas ao perímetro delimitado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) para o monocultivo do café no Centro-Sul da Bahia passam a ser valorizadas, Germano de Souza Neves passou a organizar investidas para apoderar-se das Matas de Pau Brasil por meio da expropriação dos posseiros que ali viviam, à medida que num primeiro momento os camponeses estabelecidos naquelas terras, ou parte deles, não se recusavam a sair, desde que fossem devidamente recompensados, situação esta que fez o “falante” grileiro” ameaçar os lavradores, pois estava determinado a construir naquela extensa área, de 5.614 (cinco mil, seiscentos e quatorze) hectares, a Agropecuária Pau Brasil Ltda.

Os camponeses de Matas de Pau Brasil antes da expropriação, segundo Leite (2015), mantinham relações de produção agrícola e de comercialização com Vitória da Conquista e Barra do Choça, haja vista que produziam uma diversidade de cultivos como: banana, milho, feijão, aves e ovos; e a venda do excedente dessa produção servia para a reprodução social dos sujeitos que ali viviam, como na construção de casas, currais, chiqueiros etc. Vale ressaltar que, conforme as pesquisas de Souza (2008) e de Leite (2015), em 1976 o Instituto de Terras do Estado da Bahia (INTERBA) no processo de nº 411/76, declarou as terras de Mata de Pau Brasil como terras devolutas, confirmando o uso legítimo da terra pelos posseiros que ali estavam há quase um século.

No processo de intensa diminuição das terras devolutas na região, bem como na expansão da pecuária e do cultivo do café, os posseiros não estavam dispostos a sair de suas terras sem um devido ressarcimento, ao passo que “[...] o grileiro começou a pôr em prática as ameaças que vinha fazendo.” (LEITE, 2015, p. 96),

traçando estratégias para retirar os posseiros da terra, principalmente na destruição de roças, impactando seriamente as condições materiais de vida dos camponeses de Matas de Pau Brasil.

Nesse contexto histórico, como afirmado por Leite (2015), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista (STTR) fundado em 1972, esteve dando suporte à luta dos posseiros contra os ataques que estes vinham sofrendo disponibilizando seu advogado na defesa dos posseiros, à medida que as disputas pela terra ocorreram vinculadas ao poder judiciário, este que agindo de forma inerte, impulsionou alguns posseiros vinculados às CEBs a procurarem apoio com os agentes pastorais da Diocese. Entretanto:

Mesmo contando com o apoio das Comunidades, os posseiros continuaram sendo agredidos por Germano de Souza Neves, seus jagunços e as forças policiais, que volta e meia se deslocavam para as Matas do Pau Brasil, a fim de amedrontá-los e intimidá-los com ameaças e prisões que se intensificaram a partir de 1976. (LEITE, 2015, p. 103).

Estas ameaças e ações, feitas com armas (pistolas, facões etc.) pelo grileiro e seus jagunços por meio da destruição de roças, espancamento de posseiros, contavam ainda com o aparato policial para prisões políticas – estas asseguradas pelo AI-5 – tensionando conflitos entre o grileiro e os posseiros, que também ergueram-se armados na defesa de suas vidas e da terra camponesa. Nessa situação, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), as CEBs e a CPT Nordeste III<sup>22</sup>, bem como outros sujeitos importantes da época, a exemplo do advogado Ruy Medeiros, estiveram na luta junto com os posseiros.

Com o incentivo das Comunidades de Base, os posseiros na luta realizavam vários trabalhos coletivos sendo que, como vislumbra a figura 1, um deles ficou conhecido como adjutório:

---

<sup>22</sup> No tópico 3.3 enfatizaremos melhor o trabalho histórico da CPT nas Matas de Pau Brasil. A CPT Nordeste III, fundada em 1976 e desde então atuante nos estados da Bahia e Sergipe, quem naquele momento estava na luta com os posseiros, visto que a CPT do Centro-Sul da Bahia fora criada posteriormente.

Figura 1 – Casa construída por Adjutório em Matas de Pau-Brasil (1970)



Fonte: Arquivo pessoal de João Pereira Gomes *apud* Leite (2015)

Por meio do trabalho adjuto os camponeses reuniam-se para ajudar alguém necessitado de auxílio na realização de uma atividade que não era possível ser feita somente com sua família, posto que, ao mesmo tempo, as ações adjutórias eram expressões comunais de resistência às investidas de expropriação (LEITE, 2015, p. 112). Cabe salientar que:

[...] a partir de determinado momento da luta, os posseiros passaram a responder com os mesmos tipos de práticas com que o grileiro os atacava. Se Germano de Souza Neves derrubava a cerca de um posseiro, este se reunia a outros posseiros e destruíam uma cerca do agressor. Uma roça de posseiro destruída desencadeava uma reação por parte dos demais posseiros, procurando gerar o mesmo impacto nos benefícios do grileiro. Assim, os posseiros vivenciaram o desenvolvimento de uma consciência coletiva que, de forma dialética, se relacionava com a materialização de práticas bem distintas das que mantinham nas primeiras iniciativas expropriatórias, muito marcadas por formas de resistências individuais. (LEITE, 2015, p. 113-114).

Na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, o grileiro Germano de Souza Neves passa a ter dificuldades para encontrar aliados. Decorrente disso, os conflitos se sucederam de maneira acelerada a partir de 1978, na intensificação de prisões ilegais e libertação de posseiros, na ruptura entre as comunidades e o Sindicato Rural, cuja diretoria passou a posicionar-se de maneira conservadora, bem como nas reuniões promovidas entre representantes do poder judiciário local, da Delegacia Regional e

do Batalhão da Polícia Militar<sup>23</sup> em vista da resolução do conflito, sendo que ambas não lograram sucesso (LEITE, 2015, p. 125).

No decorrer dos anos (1979, 1980) o grileiro e seus pistoleiros permaneciam com seus ataques cada vez mais duros, à medida que os posseiros mantinham-se resistentes e unidos cada vez mais, sendo que “os trabalhadores já não acreditam nas ‘autoridades’ nem na ‘justiça’, e acham que só unidos e com disposição de permanecerem no local vencerão a luta.” (CÁLICE, 1980, p. 3). Nesse propósito, os posseiros somavam-se aos demais movimentos de luta dos trabalhadores pelo país – como a greve dos trabalhadores do café em Vitória da Conquista no mês de maio de 1980 – realizados no contexto de crise do regime militar e de abertura política no país (LEITE, 2015, p. 135).

Souza (2010a) aponta que após mais de uma dezena de anos com disputas, prisões arbitrárias dos camponeses, destruição de seus roçados, ameaças e inúmeras privações, os posseiros conseguiram em 1981 o reconhecimento de parte da propriedade por meio de negociação mediada pelo INTERBA, ao passo que ficaram com mais daquilo que exigiram anos atrás, 120 alqueires regionais<sup>24</sup> (FIFÓ, 1977), e a outra parte ficou com a Agropecuária Pau Brasil Ltda, realidade esta que acabou legitimando a grilagem nas terras dos posseiros, deixando nítido o papel mediador do Estado ao garantir os interesses das classes dominantes.

Vários outros conflitos e lutas estabeleceram-se na região, como o ocorrido na fazenda São Domingos. Souza (2010a), partindo de arquivos documentais disponibilizados pela CPT, pontua que a fazenda foi doada pelo seu antigo proprietário em testamento a três escravos libertos, posto que seus descendentes permaneciam na terra e dela tiravam sua sobrevivência, até que surge um “proprietário” reclamando sua posse. Nesse processo, nem os posseiros e nem o pretense proprietário possuíam documentos da terra, dilema que desencadeou-se em diversos confrontos entre posseiros e grileiros até que parte das famílias foram assentadas, permanecendo na terra até os dias de hoje.

Podemos destacar que o contexto de consolidação da propriedade privada no Centro-Sul da Bahia na mão dos latifundiários, intensificado com a produção do cultivo

---

<sup>23</sup> Visto que, conforme Leite (2015), seu comandante tratava o conflito em questão enquanto caso de segurança nacional, presumindo a ação do exército contra os ‘subversivos’, para ele, os posseiros de Matas de Pau Brasil.

<sup>24</sup> Aproximadamente 2.323 (dois mil, trezentos e vinte e três) hectares.

do café – ao contar com incrementos técnicos, garantiu a extração de capital constante e o aumento da produção e da produtividade do trabalho – levando os camponeses expropriados da terra, pela via da mobilidade do trabalho, a comporem as periferias das cidades da região, sendo que Vitória da Conquista destaca-se nesse processo, uma vez que sua população urbana cresceu exponencialmente ao longo da segunda metade do século XX e nos primeiros anos do século XXI em relação a rural. Destaca-se que:

Muitos trabalhadores perderam suas terras porque as venderam muito barato, foram morar no Alto Maron e, mais miseráveis que antes, são obrigados ao trabalho de 10 a 12 horas diárias deslançando pela febre do café. Queixa-se a população urbana de falta de água – Conquista possuía cerca de 80 mil habitantes no Censo de 70 e final da década estima-se em 160 mil. Como desapareceram as pequenas propriedades, com elas também foram embora os gêneros de subsistência. As verduras, as frutas, o feijão o milho e a própria farinha estão praticamente extintos da região. A própria carne do boi outrora mais abundante e por isso mais barata, com o aprimoramento da pecuária leiteira aumenta de preço: um quilo de carne estava custando por volta de 70 cruzeiros enquanto a diária média do trabalhador rural não chegava a 45. (MEDEIROS, 1979, p. 23-24).

Corroborando essa leitura, Santos (1987) analisa a expansão da cultura cafeeira sinalizando o processo de proletarização dos camponeses mediante o predomínio do trabalho assalariado<sup>25</sup> nas lavouras de café, ao passo que destaca a ampliação da exploração do trabalho temporário nessas lavouras. Para o autor, o resultado da proletarização dos camponeses e da degradação das suas condições de trabalho no campo (através do surgimento e disseminação de trabalhadores boias-frias) propiciou aos trabalhadores do café situados em Vitória da Conquista e em Barra do Choça a organizarem no início de 1980, a Greve dos Catadores de Café.

Santana (2016) pontua que a greve durou dez dias, reunindo em torno de 14 mil trabalhadores, e para além destes mobilizou advogados, sindicatos e outros setores da sociedade, colocando como pauta reivindicatória o aumento da remuneração e a melhoria das condições de trabalho nas lavouras de café. Segundo a autora, a greve foi deflagrada no “pique” da colheita, tempo em que as fazendas

---

<sup>25</sup> Mesmo que seja vislumbrado pelo autor, na época, um crescente assalariamento dos camponeses na região, cabe ressaltar que sistematizou-se, ao mesmo tempo, a manutenção de outras relações sociais de trabalho “que não apenas o trabalho assalariado; mas também a reprodução de relações não-capitalistas de produção, onde o campesinato pode ser melhor compreendido” (SOUZA, 2008, p. 441).

mais precisavam de força de trabalho, e acreditava-se que no período da colheita a pressão sobre a classe patronal seria mais eficaz, uma vez que diante do risco de sofrerem perdas na safra, cederiam às reivindicações.

Destaca-se que a greve só foi deflagrada e divulgada depois de uma pré-assembleia em 13 de abril de 1980, ao observarem a viabilidade do movimento de acordo com a lei. Além de auxiliar os trabalhadores para a obtenção de conquistas, a greve serviu ainda para apontar a estes sujeitos sobre sua importância no processo produtivo (SANTANA, 2016, p. 66).

Vale ressaltar também que o movimento conduziu suas ações grevistas de forma autônoma ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, haja vista que a diretoria do Sindicato na época, conforme Medeiros (2002, não paginado), “[...] era nitidamente reacionária e mantinha o sindicato dentro das “atribuições” delegadas pelo regime<sup>26</sup>”. Todavia, Santana (2016) destaca que sendo inevitável a participação legal do Sindicato nesse processo, os trabalhadores recorreram a outros órgãos sindicais, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que pressionaram o Sindicato Rural, mesmo este com posicionamentos de direita, a promover uma assembleia que discutisse sobre a greve.

Não satisfeito com essa situação, o Sindicato manifestou-se descreditando o movimento grevista, prejudicando dessa forma as negociações trabalhistas junto à Delegacia Regional do Trabalho. Acrescido a isso, a demora na divulgação da greve e o desconhecimento das reivindicações pelos demais setores da sociedade foram dificultando a convergência de apoiadores, ao passo que fazendeiros e reacionários aproveitaram-se dessa oportunidade para realizar uma contrapropaganda (SANTANA, 2016, p. 69).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na concretização do movimento reivindicatório, a greve foi deflagrada no dia 11 de maio de 1980 pelo Sindicato e pela FETAG e considerada legal pela Delegacia Regional do Trabalho. (SANTANA, 2016, p. 69).

Santana (2016) destaca que o comando de greve mobilizou os trabalhadores de Vitória da Conquista e Barra do Choça para participarem do movimento, das suas assembleias; mas sofria também pela ação policial que disponibilizava transporte aos

---

<sup>26</sup> Referindo-se à ditadura militar.

trabalhadores que não participavam da greve para trabalharem nas fazendas no período da paralisação, dilema este que somado a falta de recursos, articulação e apoio político, intimidou e desmobilizou lideranças do comando.

Diante destes problemas, dentre outros, conforme Medeiros (2002) na realização de Assembleias em Vitória da Conquista e Barra do Choça no dia 22 de maio de 1980 a greve findou-se com a avaliação das suas vantagens e desvantagens, à medida que:

[...] as avaliações que foram conseguidas tiveram resultados significativos, pois os patrões cederam em itens como a assinatura de Carteira, igualdade de salários entre homens, mulheres e menores acima de quatorze anos, pagamento de hora-extra, caminhões com cobertura e segurança mínima para o transporte, escola em fazendas com cinquenta ou mais empregados, adicional de insalubridade para quem aplicava defensivos agrícolas e outros pontos. Mas os trabalhadores consideraram que a vitória maior foi que eles saíram mais organizados e muitos despertaram para a importância da união e da luta (SANTOS, 1987, p. 132).

Santana (2016) ressalta que apesar do rápido movimento reivindicatório, seus desdobramentos situaram no sentido da necessidade de conscientização política dos trabalhadores enquanto classe social que deve estar na luta, ao passo que a greve foi/é referência para a atuação dos movimentos sociais na região e no país, tanto em seu aspecto formativo quanto prático.

Entretanto, de acordo com Souza (2010b) os conflitos foram intensificados nas décadas de 1980 e 1990, visto que em relação à Vitória da Conquista os trabalhadores assalariados e camponeses foram ocupando os espaços periféricos da cidade e, sem as condições objetivas para a reprodução da vida no mercado de trabalho urbano os sujeitos do campo, por meio da luta pela terra, passaram a enxergar alternativas de retorno ao campo, contexto este que torna-se mais evidente na região com a organização dos movimentos sociais, bem como de partidos de esquerda dentre eles o PT, até então engajado nas causas da luta pela terra.

Essa realidade foi forjando um território de disputa na oposição de classes, em que, conforme Souza (2010a) de um lado os trabalhadores assalariados e camponeses, partindo da luta pela terra, buscavam maneiras concretas de voltarem à terra para garantirem sua condição social; e do outro lado latifundiários e empresas capitalistas de várias regiões do país territorializam-se no Centro-Sul da Bahia – estas muitas vezes contando com o aparato do Estado como o grupo de banqueiros

Armênios, que ao visarem recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), fixaram-se na região mediante a aquisição da Fazenda Santa Marta. Posteriormente, este grupo empresarial ficou em dívida com o Estado, e a área foi ocupada para fins de reforma agrária, sendo que esse processo aconteceu no ano seguinte à implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária. A ocupação dessa fazenda, transformada um tempo depois no Assentamento Amaralina, ocorreu por camponeses que viviam nas periferias da cidade (SOUZA, 2010a, p. 43-44).

No ano de 1991 fora ocupada uma outra área – onde anteriormente funcionava a Superintendência do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (SUDIC) – no decorrer da Semana Santa, levando a área a ser denominada Assentamento Paixão. Essas terras foram ocupadas pelos trabalhadores por conta da não utilização da área para produção estando destinada ao Centro Industrial dos Imborés, mas que não conseguiu atingir os patamares do “desenvolvimento” industrial definido pelo Estado, posto que acabou sendo ocupada em uma pequena minoria pelas indústrias. Depois de muita luta realizada pelos ocupantes, as terras foram desapropriadas na finalidade da reforma agrária (idem, p. 45).

Também nesse contexto houve a implantação do Assentamento União na antiga sede do IBC, visto que parte das 27 famílias assentadas vieram da fazenda Santa Marta. Contudo, sendo a área relativamente pequena, algumas famílias foram assentadas, e outras seguiram na luta pela conquista da terra – conforme apontado na figura 2 – mediante novas ocupações como as que ocorreram nas fazendas Mocambo, Lagoa e Caldeirão (idem, p. 45).

Figura 2 – Despejo de posseiros do Assentamento União (1990)



Fonte: José Silva - Jornal A Tarde/Arquivos da CPT Sul/Sudoeste da Bahia

Souza (2010b) arremata colocando que diante das demandas pela terra por parte dos camponeses e trabalhadores assalariados *versus* dos proprietários fundiários e capitalistas, foram alimentados novos conflitos de classe no Centro-Sul da Bahia em uma nova proporção com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) regional Sudoeste, sendo a terceira do Estado da Bahia. Suas ações foram constituídas na região, conforme a autora, por meio da organização de ocupações de terra, de acampamentos e no acompanhamento dos assentamentos como Amaralina, União, Etelvino Campos (Paixão), sendo a luta deste último elucidada na figura 3:

Figura 3 – Luta pela Terra na Ocupação de Posseiros na Fazenda Paixão (1991)



Fonte: José Silva - Jornal A Tarde/Arquivos da CPT Sul/Sudoeste da Bahia

Com a gênese das lutas dos sem-terra na região:

[...] a partir de 1994 que a ação do MST adquire maior significado. A primeira ocupação de terra realizada diretamente pelo movimento ocorreu na Fazenda Mocambo, localizada no município de Vitória da Conquista, em agosto de 1994. (SOUZA, 2010b, p. 53).

Esta ocupação, expressa no conflito entre proprietários e pistoleiros *versus* acampados, resultou na morte de dois trabalhadores acampados. Em 1995, os trabalhadores com o movimento ocuparam a fazenda Lagoa e Caldeirão, e no enfrentamento com jagungos e suas armas conseguiram assentar 120 famílias (SOUZA, 2010a, p. 45-46).

Nesse contexto, conforme Souza (2010b) foram organizados no Centro-Sul da Bahia vários assentamentos vinculados ao MST, sendo eles os Assentamentos

Conquista do Rio Pardo, Mutum, Olho D'água, Cipó, Cedro, Baixão e Pátria Livre no município de Vitória da Conquista; Assentamento Boa Sorte e Recreio no Município de Ribeirão do Largo; Assentamento Cangussu em Barra do Choça; Assentamentos Marcha Brasil, Zumbi dos Palmares e Riacho das Palmeiras no município de Iguai; Assentamentos Primavera e Cama de Vara no município de Encruzilhada, e o Assentamento Maria Zilda no município de Cordeiros.

Para além dos assentamentos vinculados ao MST, a pesquisa de Souza (2008) destaca alguns dos acampamentos<sup>27</sup> organizados pela regional Sudoeste do MST na Bahia e sua trajetória histórica de lutas, sendo estes: Acampamento Santa Luzia em Encruzilhada, Acampamento Roseli Nunes em Itambé e Itapetinga, Acampamento Olga Benário no distrito de Veredinha em Vitória da Conquista, Acampamento Ojerfeson em Anagé, Acampamento Guerreiros da União em Poções, Acampamento Lamarão em Brumado, Acampamento Elzir Meira em Ribeirão do Largo, Acampamento Treze de Abril em Maiquinique, entre outros. Por meio da luta pela terra:

[...] as famílias depositam a esperança de um futuro melhor para os filhos. Visam ao trabalho e à possibilidade de viver dignamente na terra. A ocupação de terras é a estratégia principal do MST, e essa se faz como forma de forçar o Estado a tomar uma posição frente à política pública de assentamento de população, em direção a uma medida efetiva em prol da realização da reforma agrária, que ainda se encontra distante de acontecer. Assim, buscam fazer cumprir a Constituição Federal, portanto, diferente do discurso midiático (favorável às elites) que coloca a ação do MST (e de outros movimentos que realizam ocupação de terras improdutivas) como "ilegal" ou mesmo como "ato terrorista" (SOUZA, 2010b, p. 80).

O MST, mesmo diante das armadilhas perpetradas na aliança entre o Estado brasileiro e o capital, principalmente nos governos ditos progressistas (assunto no qual retomaremos no próximo capítulo), continua na resistência pela reforma agrária enquanto política que efetivou/pode efetivar o acesso à terra para milhares de trabalhadores, seja no Centro-Sul Baiano ou em outras regiões do país, bem como produzindo alimentos, formando seus membros por meio de um método educacional próprio, dentre outras estratégias seminais para a reprodução social do campesinato brasileiro.

---

<sup>27</sup> Estes acampamentos podem ter sofrido processos de expropriação, organização de novas ocupações ou tornaram-se até mesmo assentamentos, visto que a pesquisa de Souza foi realizada há uma década atrás.

Além do MST, Souza (2010b) aponta que outros Movimentos Sociais de luta pela terra ou de permanência nela articulam-se na região, a exemplo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que surge no Centro-Sul da Bahia nos anos 2000 e atua em dezenas de comunidades rurais da região, sejam elas áreas de Matas ou da Caatinga. Os objetivos do MPA ancoram-se nas mobilizações para que os camponeses possam permanecer em suas terras frente às ações do capital na compra de terras – como vem acontecendo com o cultivo do Eucalipto na região; posto que “entre os princípios camponeses defendidos pelo MPA estão: a terra, o trabalho e a família” (idem, p. 82-83).

Souza (2010b) ressalta que o MPA desenvolve parcerias com vários outros segmentos sociais, como a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) atuante nas comunidades camponesas dos espaços semiáridos, levando até elas as possibilidades de convivência com os períodos de seca por meio do desenvolvimento de tecnologias simples e consonantes às condições ambientais locais, a exemplo das cisternas rurais.

O MPA, no propósito de fortalecimento da agricultura camponesa, também desenvolve um trabalho com as sementes crioulas por meio de um banco de sementes, fazendo com que a produção agrícola seja preservada e ao mesmo tempo freando a propagação de sementes transgênicas, disseminadas pelas empresas multinacionais que tornam a agricultura mundialmente dependente. (SOUZA, 2008, p. 541). Para além disso:

Em termos organizacionais, o MPA atua por meio da articulação de setores, cujos princípios são o setor de produção – que objetiva incentivar a produção camponesa; o setor de educação – com o qual o movimento vem discutindo, nacionalmente, a implantação de uma educação camponesa com viés crítico; o setor de gênero e poder – em que se discutem as relações existentes entre o homem e a mulher; e o setor de formação – de caráter fundamentalmente político, realiza o trabalho de massa, a articulação com as comunidades. (SOUZA, 2010b, p. 85).

Na diversificação do trabalho social no campo entre a produção de diversos cultivos e a criação de animais, a reprodução camponesa é efetivada na terra. Acrescido a isso, os costumes dos camponeses mais antigos são passados para os mais novos, sendo estes da mesma família ou companheiros da mesma comunidade. Evidentemente, no bojo das transformações ocorridas no campo essas relações

adquirem novas configurações uma vez que na região, antes dos cercamentos das terras comunais – motivados pela expansão das relações mercadológicas – a produção de alimentos e a criação, dentre outros trabalhos eram, sobretudo, socializados e realizados livremente na terra, uma vez que esta produção não estava sujeita à lógica capitalista da propriedade privada, mas estava situada na lógica comunal da vida camponesa, ao passo que:

Após a chegada do café no Sudoeste, essa racionalidade camponesa foi cedendo lugar à lógica de mercado, aos cercamentos e à produção individualizada. Com o processo de valorização e titulação das terras, os camponeses foram obrigados a cercar e titular as terras (os que conseguiam), outros tantos foram expulsos de suas terras de trabalho. A criação de cabras e bodes, que fazia com que o município de Anagé fosse conhecido como “capital das cabras”, foi cedendo lugar aos cultivos do mercado. Com os cercamentos, a produção de cabras, que eram criadas soltas, torna-se mais difícil, e os camponeses passaram a buscar outras possibilidades na criação e na produção (SOUZA, 2010b, p. 87).

Diante dessa realidade, Souza (2010b) salienta que o MPA luta pelo resgate dos princípios do campesinato, para que estes materializem-se na melhoria das condições sociais das comunidades rurais. Cabe ressaltar que, conforme a autora, o MPA também incentiva, por meio de reuniões, encontros etc., a diversificação e alternância da produção e criação para o sustento da reprodução social durante o ano, contexto este contraposto com a produção especializada de um cultivo e a uniformidade da paisagem, que despreza a fartura e a variedade da roça camponesa.

Destaca-se ainda que, para o MPA, a conscientização de classe e a luta política dos sujeitos do campo são essenciais para a garantia da permanência do território camponês no enfrentamento aos projetos do capital.

Essas ações desempenhadas pelos movimentos sociais camponeses na região nos apontam o movimento histórico da luta de classes no campo, e que repercutem em várias estratégias constituídas seja por meio da permanência camponesa na terra, ou nos esforços dos acampados (assalariados e camponeses) em tornarem-se assentados para que, no trabalho na terra, se reproduzam socialmente, mesmo que ainda inseridos num processo de subsunção/reprodução de relações sociais que produzem territorialmente o espaço agrário no Centro-Sul da Bahia (SOUZA, 2010a, p. 46-47).

Deste modo, a luta pela terra pode ser considerada a única e fundamental possibilidade para o campo brasileiro, no que pesem as reais condições daqueles que vivem do trabalho – os produtores diretos. Assim, representa a condição de sobrevivência e de trabalho para os camponeses que mantêm suas pequenas porções de terra e da busca de novas terras para aqueles que não a dispõem. Com a conquista e manutenção da terra, pode-se evidenciar uma nova realidade no campo e a não homogeneização de paisagem, bem como nas relações de produção e nas formas de organização social. A terra camponesa, portanto, representa a possibilidade de apropriação do produto do trabalho, dos instrumentos de trabalho e da terra; em que, ainda que subordinada à lógica capitalista de produção, os camponeses resguardam certa autonomia, conduzindo a realização social pelo trabalho. (idem, p. 49).

Sendo assim, torna-se imperativo o entendimento do movimento social do campesinato em nosso país não como isolado do processo geral de acumulação mundializada do capital, mas que tem sido processualizado nos meandros contraditórios do atual modo de produção com seus rebatimentos principalmente na realidade de maior dificuldade na ação desses movimentos mediante os processos de expansão do capital no campo nas últimas décadas, da criminalização e perseguição, caracterizando um recuo histórico na luta dos movimentos sociais, sobretudo de suas ações mais radicais como a ocupação de terras.

Ao mesmo tempo, como visto neste tópico, os camponeses permanecem se reproduzindo no tempo e no espaço, ao passo que inseridos na luta de classes estes sujeitos sociais, mesmo estando sujeitados à lógica capitalista por meio do assalariamento – e até sob a condição crítica da informalidade ou do trabalho cativo – contestam esta lógica, ainda que de maneira limitada e pela via da resistência. Nesse contexto, faz-se necessário acrescentar as ações estabelecidas historicamente pela CPT e suas relevantes contribuições na territorialização das lutas camponesas no Centro-Sul Baiano.

### **3.2 A gênese da territorialização da CPT no Centro-Sul da Bahia**

Ao considerarmos a atuação dos movimentos sociais na produção dos espaços camponeses, entendemos que se faz salutar nos debruçarmos na trajetória da CPT no contexto da luta de classes estabelecidas historicamente nas trincheiras do campo no Centro-Sul da Bahia, posto que as ações políticas da Pastoral foram/têm sido de

grande importância nos processos de permanência e resistência territorial dos sujeitos camponeses na busca de libertarem-se da lógica desigual do capital.

Nessa leitura, fomentamos nossa análise partindo da gênese do processo histórico de territorialização da CPT no Centro-Sul Baiano, instituído em meio a constantes transformações políticas, econômicas, culturais e sociais sistematizadas no espaço agrário brasileiro, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Essas transformações foram marcadas pela violência ideológica e repressiva da ditadura militar e pela expropriação camponesa da terra de trabalho pelo avanço do capital no campo, visto que os sujeitos camponeses sustentaram-se na luta de classes para defender sua condição social, seja nos espaços periféricos da cidade ou no campo, encontrando apoio em diversos segmentos e sujeitos da sociedade, dentre os quais a Igreja Católica.

Goirand (2009) sinaliza que o papel da Igreja Católica foi crucial na estruturação da oposição aos regimes autoritários, bem como na formação e politização dos militantes que organizaram os movimentos sociais, visto que a partir de 1968 – com a conferência dos bispos latino-americanos em Medellín definindo sua “opção pelos pobres” – a ICAR em diversos países cede espaço ao debate e a ação política que até então não existia, sendo que em grande medida por influência da Teologia da Libertação, passou a estabelecer apoio às causas sociais.

Löwy (1991) chama a atenção que nessa realidade um significativo grupo de leigos e clérigos passam a trabalhar na Igreja elaborando documentos e planos pastorais, formando dessa ação um corpo de intelectuais que difundiam e dialogavam com as pesquisas e discussões acadêmicas elaboradas pela sociologia e economia marxistas. Ainda conforme o autor supracitado, a chegada de padres europeus na América Latina proporcionou com que estas discussões e produções teóricas advindas da realidade de desigualdades fossem motivando ações que se comprometessem politicamente com os mais pobres. Em relação a esse processo, Mosconi (2003) destaca que:

A Igreja Católica viveu, na época, um tempo fecundo de renovação e transformação. Nos anos 1962-1965, acontecera em Roma o Concílio Vaticano II, que mexeu tão positivamente na vida da Igreja. Tocou-me muito a audiência com o Papa Paulo VI, poucos meses antes da viagem para o Brasil. Éramos 17 padres, inclusive Padre Virgílio, de diferentes dioceses da Itália, destinados a vários países da América Latina. O papa quis saber de cada um de nós em qual lugar iríamos trabalhar. Entregou pessoalmente, a cada um de nós, a carta encíclica

*Progresso dos povos* que acabava de publicar e nos fez três recomendações: a) Testemunhar Jesus Cristo, b) Opção preferencial pelos mais pobres, c) Ajudar as dioceses a por em andamento as orientações do Concílio. (MOSCONI, 2003, p. 54, grifo do autor).

Com a chegada dos padres europeus, sobretudo italianos, no Centro-Sul da Bahia a atuação da Igreja Católica cresceu, posto que nesse contexto o trabalho dos padres “[...] era movido por uma forte motivação de fé cristã e de propagado amor ao povo, sobretudo aos pobres” (MEDEIROS, 2003, p. 28).

Medeiros (2003) coloca que esse trabalho impulsionou a juventude da região, que formou, a partir de 1968, grupos de jovens que se interessavam pelas causas sociais. Nesse período também foram criadas as CEBs, nas quais os padres italianos partiam do povo, dos pobres, e não envolviam-se em políticas partidárias locais, à medida que ao contarem com uma equipe de jovens militantes, organizaram várias ações sociais, entre elas escolas de alfabetização relacionadas com as questões sociais e políticas.

Em relação às CEBs, Macedo (1986) elucida que suas ações consistiam na reunião de grupos da vizinhança e de parentesco, sobretudo no campo, que se organizavam em comunidades, ao passo que debruçavam-se em temas religiosos e, paulatinamente, incorporavam uma perspectiva emancipatória às suas aspirações, em que refletiam sobre a realidade concreta e formavam entre seus membros uma consciência crítica e política diante das situações de opressão que sofriam, entendendo a necessidade de mudanças na sociedade.

Essas ações – que no Centro-Sul da Bahia estabeleceram-se inicialmente em Vitória da Conquista e foram se espalhando pelas comunidades camponesas da região (Capinal, Inhobim, Vila do Café, entre tantas outras) – realizaram segundo Medeiros (2003) o maior trabalho de conscientização e organização popular havido até então, e que estão guardados até hoje na memória de quem viveu este notável processo histórico, uma vez que as CEBs buscavam uma atuação popular e autônoma, mesmo diante da influência que recebia institucionalmente da Igreja. O autor ressalta também que:

As CEBs começaram nos bairros mais pobres da cidade (Rua da Corrente, Pedrinhas, Cruzeiro, Jurema e depois em outros) e, aos poucos, se espalharam pela zona rural. O trabalho das comunidades ajudava os participantes, e em consequência o povo em geral, a ter

um conhecimento objetivo da realidade, no seu aspecto social, econômico e político. (MEDEIROS, 2003, p. 29).

Dessa maneira, segundo Goirand (2009) tanto na periferia das cidades quanto no campo, a politização dos militantes foi motivada por padres que muito contribuíram para a articulação da luta social, visto que para a autora as CEBs foram espaços propícios para que os sacerdotes, vinculados à proposta da Teologia da Libertação, constituíssem momentos de socialização e politização que prezavam pelos valores de participação, respeito e justiça.

A novidade dessas ações se situava na motivação que o povo sentia em estar no centro das lutas enquanto sujeitos, ao passo que inicialmente essas ações encontraram dificuldades – pois o povo nunca tinha sido tratado como importante nas discussões e ações políticas mobilizadas em sociedade – mas com muito esforço deram resultado mediante a organização de lutas comuns e o engajamento teórico/prático de diversos sujeitos na realidade (MEDEIROS, 2003, p. 29).

Diante dos dilemas impostos aos sujeitos camponeses, padres, leigos e demais pessoas das comunidades junto com outros companheiros da sociedade – que identificavam-se com as lutas camponesas diante das injustiças expressas territorialmente – enfrentavam as situações contraditórias de frente organizando os trabalhadores rurais na luta pela terra, seja no embate direto com os grileiros e proprietários fundiários ou com atos religiosos que vinculavam-se aos conflitos de classes no campo, como aconteceu em Matas de Pau Brasil.

Foram tempos difíceis, de muita tensão, ameaças, perseguição, calúnia, prisões arbitrárias. Não era fácil manter a calma necessária e, ao mesmo tempo, firmeza e coragem. Lembro que rezávamos muito, pedindo discernimento, sabedoria para agir conforme o plano de Deus. Certa vez, o bispo Dom Climério, sabendo da prisão arbitrária e injusta de alguns posseiros do Pau Brasil, mandou os sinos da Catedral tocarem o dobre de finados, caso muito raro. O povo ia se perguntando quem havia morrido. Nas missas do domingo seguinte, Dom Climério fez declarações corajosas: “A justiça está morta, posseiros são presos arbitrariamente, a consciência da cidade não pode calar. É preciso acordar, resgatar a dignidade e ética.” (MOSCONI, 2003, p. 76).

Mosconi (2003) aponta que diante da união entre as comunidades que a luta foi sendo sustentada, contando sobretudo com pessoas conscientes e corajosas como o Advogado Ruy Medeiros, que esteve sempre ao lado dos trabalhadores durante o

andamento dos conflitos por terra e do movimento grevista, seja por meio de reuniões, debates públicos, avaliações etc.

Nesse movimento, a Teologia da Libertação inspirava tanto a dimensão religiosa das comunidades quanto as ações de luta social que agregavam pessoas ligadas diretamente à Igreja Católica ou aquelas que constituíam outros setores da sociedade, sendo que a palavra libertação era muito visada e criminalizada na época pela ditadura militar, que havia banido seu uso nas escolas e nos meios de comunicação. Entretanto, nas comunidades a palavra era utilizada bem a vontade tanto pela via do debate quanto na realidade concreta, e as comunidades contavam com o amparo da CNBB, que na época esteve muito comprometida com as causas sociais do povo brasileiro (MOSCONI, 2003, p. 60).

A atuação da Igreja Católica junto aos mais necessitados, mediante a análise de Mosconi (2003), revelou uma tradução fiel da Bíblia, proporcionando uma compreensão do que deve ser a Igreja no mundo atual. Para o autor, os estudos e atos clássicos da Igreja eram insuficientes diante das rápidas transformações na realidade concreta, como alertava o Concílio Vaticano II, visto que ao partir da situação de pobreza reconhecia-se o mundo desigual, questionava suas barreiras e acordava as “energias” sociais dos trabalhadores por meio da Teologia da Libertação, que enfrenta reações de preconceito e ódio gestadas por atos reacionários e conservadores, tanto dentro quanto fora da própria Igreja.

O trabalho das comunidades, ao visarem a superação dos obstáculos sociais impostos pelo capital, vinculavam o evangelho às necessidades de uma nova sociedade. Para tanto, os padres e leigos buscavam exercer sua fé e atualizar a boa nova de Jesus no apoio à vida das pessoas exploradas e oprimidas do mundo, sempre tomando como referencial as orientações da Igreja no Brasil e da Teologia da Libertação, que se materializava em nosso país e de um modo geral na América Latina. Nesse processo:

O estudo do Evangelho que fazíamos baseava-se no método ver-julgar-agir. É um estudo meditativo, muito ligado à realidade socio-econômico-político-cultural. Também a realidade pessoal, familiar e a vida da comunidade eram levadas em conta. Este método serviu muito para superar uma leitura ingênua ou superficial do Evangelho, ou para não cair em discussões inúteis. Por trás do estudo do Evangelho aparece um grande anseio: como ser seguidores/as de Jesus Cristo dentro das situações concretas que estávamos vivendo? E é daí que nasce uma prática transformadora e libertadora. (MOSCONI, 2003, p. 81).

Esse método, segundo Macedo (1986), era realizado mediante discussões entre pequenos grupos que, por meio de uma análise da conjuntura, debruçavam-se nos problemas mais graves aos quais vivenciavam e fomentavam ações, cujo interesse era a superação desses problemas, à medida que nesse espaço religiosos e leigos buscavam aprofundar a leitura de determinada situação envolvendo questões voltadas a fé e aos fundamentos religiosos às questões políticas e sociais.

Mosconi (2003) destaca que esse método, na convergência entre fé e vida, não foi fácil de ser firmado na Igreja Católica, uma vez que outras concepções dogmáticas da própria Igreja se contrapõem às inspirações de libertação, situação esta que tensiona conflitos por dentro da instituição religiosa. Conforme o autor muitos cristãos queriam “ficar só no espiritual”, e entre os outros mais comprometidos, havia aqueles que se utilizavam do evangelho de maneira oportunista, posto que esse contexto colocava em risco as posições teórico-metodológicas constituídas na Igreja pela tendência libertadora até então.

Esses dilemas estiveram relacionados a tantos outros, como ressaltado por Leite (2015) no duro golpe sofrido pela Igreja no dia 21 de outubro de 1977 na supressão do programa radiofônico “A Voz da Diocese”, que agregava em sua programação o quadro “A Voz das Comunidades” e que somavam-se com o jornal “O Animador” cuja capa encontra-se exposta na figura 4:

Figura 4 – Capa do Jornal O Animador de Fevereiro de 1975



Fonte: Arquivos da CPT Sul/Sudoeste da Bahia

Estes meios de comunicação davam oportunidade às comunidades de refletirem sobre os problemas que rondavam o cotidiano da vida no campo e na cidade, ao tempo de propor alternativas que superassem as calamidades reproduzidas socialmente. A respeito do episódio de censura ao programa de rádio, Mosconi (2003) pondera que:

O objetivo não era atizar ódios e conflitos, como alguns acusavam, mas somar forças para construir uma sociedade justa e fraterna. Para isso denunciava alguns males que vinham acontecendo e que travavam esse sonho tão bonito, como a questão dos posseiros de Pau Brasil, as injustiças e explorações sofridas pelos trabalhadores do café, o prejuízo que sofrem os plantadores de abacaxi do Saquinho, enganados pela propaganda e depois abandonados, ficando endividados com o Banco do Brasil. (idem, p. 77-78).

Todavia, mesmo diante dos ataques direcionadas por proprietários fundiários, empresários capitalistas, conservadores religiosos, reacionários, políticos e militares contra as populações camponesas da região, estando ela no campo ou na periferia, o trabalho das comunidades continuou acontecendo e se disseminando.

Consonante a isso, Mosconi (2003) arremata colocando que a luta era expressada tendo os “pés no chão”, com “fé em Deus e pé na tábua”, visto que estes termos marcaram a vida de quem envolveu-se naquela realidade, proporcionando aos sujeitos que trabalhavam na comunidade ter uma visão crítica do mundo – seja em nível pessoal-social ou local-global – de maneira consciente, atenta, objetiva, pautada numa ação transformadora pois, segundo o autor acima, sem isso não se faz história.

No movimento histórico de territorialização dessas lutas sociais que se estabelece a gênese da CPT no Centro-Sul da Bahia. Conforme o depoimento da entrevistada 1, uma das fundadoras da Pastoral na região, as ações pastorais foram iniciadas entre os anos de 1980 e 1982, sendo que até então a equipe da CPT que atuava no Centro-Sul Baiano trabalhava em todo o Nordeste III (estados de Bahia e Sergipe) e diante da sua crescente demanda, constituiu-se uma equipe de trabalho que viesse a assessorar mais de perto os conflitos no campo em nível regional.

Segundo a entrevistada 1 a CPT do Centro-Sul da Bahia, denominada num primeiro momento de Comissão Rural Diocesana, teve seu surgimento atrelado às ações das CEBs, uma vez que as ações de âmbito religioso desenvolvidas nas comunidades precisavam ser intensificadas, a exemplo dos círculos bíblicos, à medida

que a Comissão passou a direcionar as ações das comunidades em âmbito político e social, principalmente daquelas localizadas no campo.

A respeito desse processo, o Entrevistado 2, que foi um dos fundadores da CPT no Centro-Sul da Bahia, acrescenta que a Pastoral é um ‘serviço’ da Igreja de inspiração ecumênica, sendo que ao partir de Vitória da Conquista:

A Comissão Rural Diocesana surge em 1980 na esteira da luta dos posseiros do Pau Brasil e da Greve dos catadores do café, quando era Bispo dom Clímério. Participaram da criação Padre João e Padre Ângelo (Equipe de padres italianos da paróquia das Graças), Dr. Ruy Medeiros, Irmã Estela, Miraldo entre outros. A Equipe se estrutura a partir de 1982 com a chegada de Dom Celso e a constituição de uma equipe composta por padres e leigos/as comprometidos com as lutas camponesas. Minha chegada e integração à Equipe da Comissão se deu em março de 1982, junto com Irmã Eci, Noeci, José Novais, Exupério, Diacísio, padre Rafael e padre Getúlio, Marlene e outras lideranças camponesas da região. Destaque para a sequência da greve do café, disputas sindicais (Sindicato de Trabalhadores Rurais) e em Conquista, Cândido Sales e principalmente Encruzilhada; conflitos de terra, ocupação do canteiro de obras da barragem de Anagé em construção, ocupação da fazenda Amaralina e I.B.C. (Entrevistado 2. Entrevista concedida em 04 de agosto de 2020).

Ao perpassar por outros recantos da região, a CPT na época – conforme o entrevistado 3 – também passa a atuar no contexto diocesano de Caetité com a colaboração do bispo Dom Alberto, uma vez que:

A região vivia um cenário de muitos conflitos. Eram os conflitos nos garimpos, grilagem de terra em várias regiões, camponeses já vinham sendo assassinados, a mineração de urânio já começava a se apresentar como potencial causadora de conflitos retirando famílias da terra, camponeses em dificuldade com a produção. Então esse cenário na década de 80 foi o chão que fez com que a CPT surgisse na diocese como uma forma de dar voz as comunidades que não tinham voz. Isso em plena ditadura. A CPT passou também a contribuir para organização dos camponeses/as ajudando na implantação de inúmeros sindicatos como forma de juntar a categoria. (Entrevistado 03, Entrevista concedida em 11 de agosto de 2020).

Conforme Medeiros (2003) a difusão e crescimento das comunidades eclesiais rurais e urbanas, bem como da CPT na região tem sua base no trabalho dos padres italianos, entre eles Luís Mosconi, Virgílio, Afonso, José, João Pedro; bem como de outras pessoas importantes como Edivanda Teixeira, Conceição Nascimento, Maria do Carmo, Railda Santos, Maria da Conceição, Lelinha, Doginha, Mariano, Dorivaldo, Dalva, Geraldo Pinto, Irmã Ana Stela e Irmã Eci, Zé Pereira, Floriza, Lindaura, João

da Corrente, João de Alvina, Maria de Jesus (da Estiva), Júlia Nunes (Lagoa de Timóteo), Ulisses (Barrocas), Ovídio (Pretinho), Daniel Piccoli, Noeci Salgado, entre tantos outros.

Destacamos também outros sacerdotes e leigos que historicamente atuaram junto às comunidades e com a CPT na região, a exemplo dos Frades Capuchinhos, em especial o Frei Adriano Cognigni nos municípios de Vitória da Conquista, Anagé e Belo Campo, o Padre José Vasconcelos (Pe. Vasco), Padre Gerson Bittencourt, Padre João Cardoso (atualmente Bispo de Bom Jesus da Lapa), Padre Aldo Lucchetta em Riacho de Santana – fundador da Escola Família Agrícola (EFA) na região, Padre Armando Buccioli em Candiba (atualmente Bispo de Livramento de Nossa Senhora), e dos Bispos Dom Climério de Andrade e Dom Celso José em Vitória da Conquista, Dom Eliseu Maria Gomes e Dom Alberto Guimarães Rezende em Caetité, além daqueles que se engajaram fortemente na luta pela terra como José Novais, Exupério, Diacísio, Anelina Marinho, Marlene, e muitos outros.

Vislumbra-se que alguns destes sujeitos estão vinculados, direta ou indiretamente, até os dias de hoje nas trincheiras da luta social camponesa, sendo que ela adquire novos conteúdos no espaço agrário ao longo do tempo histórico. Dessa maneira, buscamos elucidar o surgimento da CPT no Centro-Sul da Bahia não como um fato isolado e distante da nossa realidade, mas compreendendo-o no movimento da luta de classes na região, que possui uma origem e percorre um itinerário social de enfrentamentos ao projeto do capital nos territórios camponeses, sendo a atuação da CPT fundamental na construção desse processo.

### **3.3 Itinerário das lutas sociais e suas aproximações na história da CPT no Centro-Sul da Bahia**

Diante da histórica trajetória de lutas no campo do Centro-Sul da Bahia, que perpassam pelo surgimento da CPT na década de 1980, percebemos que estas estabeleceram-se tanto antes quanto depois da criação da Comissão na região, à medida que a realidade de conflitos no campo propiciaram com que fossem ampliados os esforços da Igreja Católica no apoio às ações dos movimentos sociais pela garantia da reprodução camponesa por meio da luta terra e pelo trabalho. Mas é preciso considerar como a CPT constitui-se na totalidade das mobilizações sociais em defesa das classes proletária e camponesa em conflitância com as classes dominantes,

diante do avanço das determinações repressivas e contraditórias das relações capitalistas.

Para tanto nos reportamos a alguns momentos relevantes de mobilizações populares no Centro-Sul Baiano que nos auxiliam na compreensão da realidade revelada nas suas desigualdades, ao tempo de destacarmos os desdobramentos desse processo referentes à luta pela terra, por água, por trabalho, educação, saúde, dentre outras demandas que são indispensáveis à condição humana e que são reivindicadas por meio dos movimentos sociais, nos quais a Igreja Católica de modo geral e mais especificamente a CPT fizeram/fazem parte.

Medeiros (2003) aponta que a Igreja Católica, a partir de 1961, fundou em todo o país o Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>28</sup>, sendo que este movimento chega em Vitória da Conquista em 1962 sob coordenação das Professoras Edivanda Teixeira e Zildete Guimarães. O trabalho do MEB foi desenvolvido no interior do município ancorando-se no método de alfabetização de Paulo Freire, atingindo principalmente as pessoas mais sofridas da sociedade.

Por meio de uma educação inovadora, que superava o formato de ensino da escola regular, o MEB tinha como proposta a vinculação da dimensão pedagógica ao cotidiano da vida dos camponeses e assalariados, ao passo que:

[...] O projeto social deixava bem claro que somente um povo unido conseguiria atingir seus objetivos. As celebrações que organizavam eram participativas, nelas as pessoas perdiam a inibição de mostrar suas dores, vivendo assim o Evangelho na sua essência transformadora. As oferendas eram frutos e instrumentos do trabalho árduo, como foice, enxada, produtos da terra, servindo de testemunho do mundo daquele povo sofrido, mas não vencido. Víamos os olhos brilhantes de cada rosto maltratado pelo sofrimento, na esperança de serem ouvidos e respeitados. (TEIXEIRA, 2003, p. 40).

Entretanto, conforme Medeiros (2003), as ações do MEB foram realizadas por um espaço curto de tempo, uma vez que elas desvelavam a realidade e conscientizavam as pessoas sobre as desigualdades que viviam, ação esta que não foi bem vista pelos conservadores da época e que não sobreviveu às imposições do golpe militar de 1964.

---

<sup>28</sup> Segundo Teixeira (2003, p. 39) criado pela CNBB e obtendo apoio, na época, do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação em relação ao Estado da Bahia.

Mesmo diante do cenário sombrio do golpe, a Igreja Católica continuou firme na defesa das causas populares, como no contexto das lutas em Mata de Pau Brasil. De acordo com Leite (2015) nos primeiros meses de 1977, membros da CPT do Nordeste III estiveram nas terras em disputa, e posteriormente visitaram a área em conflito, enviando informações à imprensa da capital baiana sobre o que vinha acontecendo, denunciando as truculências do grileiro que se dizia ‘dono’ das terras e que, por meio da violência – inclusive contando com o aparato das forças policiais, buscava o domínio da área destruindo a produção dos camponeses, visando desmobilizar estes sujeitos e expropriá-los.

Tendo o apoio de leigos, padres e do Bispo de Vitória da Conquista na época, Dom Climério, os posseiros de Mata de Pau Brasil seguiam na luta. Leite (2015) ressalta que diante do conflito ter sido arrastado por muitos anos, a Igreja estimulou um debate junto à sociedade e posicionou-se por meio de um Comunicado Diocesano, em meados de 1977, defendendo a socialização da propriedade rural entre os sujeitos que nela trabalham, se utilizando até mesmo de argumentos jurídicos para justificar sua posição em vista de colaborar com a opinião pública, para que esta estivesse ao lado dos posseiros. Em um trecho do referido comunicado, a Diocese de Vitória da Conquista buscava:

[...] ver respeitados os direitos fundamentais que a Lei assegura a nossos irmãos, posseiros do Pau Brasil — enquanto não houver sentença contrária à posse tranquila e contínua a que os mesmos vinham usufruindo desde tempos remotos, segundo é notório e publicamente reconhecido pelos habitantes da região (DIOCESE, 1977, s. p.).

Em resposta ao Comunicado Diocesano, o grileiro questionou a cobrança de Laudêmio por parte da Igreja e a agitação feita pelo Bispo que, ao estar ao lado dos posseiros feria as “leis da terra e do céu” (NEVES, 1977). Dessa forma, Germano de Souza Neves objetivava criminalizar a Igreja e os movimentos sociais que nela encontravam base, contexto este que proporcionou oposições entre o grileiro e o principal líder da Igreja Católica de Vitória da Conquista (LEITE, 2015, p. 128).

Na perseguição do grileiro contra os posseiros, principalmente por meio de prisões ilegais realizadas pelo Delegado Regional, o Bispo Dom Climério pediu que fosse tocado o dobre de finados pois a Igreja estava de “luto”, visto que os sinos tocaram até no momento em que os presos foram libertos. Para a Igreja, aquela

situação era revelada enquanto um caso “típico de abuso de poder, de arbitrariedade policial e de desrespeito aos direitos humanos e à Lei do País” (DIOCESE, 1978).

Posteriormente a este episódio, Leite (2015) verifica que Dom Climério passa a atuar na luta de maneira mais cautelosa, sem contudo deixar de apoiar os posseiros de Mata de Pau Brasil, sendo a Comissão Diocesana Justiça e Paz quem tomou a frente das ações da Igreja diante do conflito, contando ainda com o apoio de demais segmentos da sociedade civil, como dos Grupos de Jovens da Diocese, da FETAG, do Centro dos Estudantes Universitários e Secundaristas de Conquista (CEUSC) e até mesmo do DCE da Universidade Federal da Bahia (UFBA) de Salvador, dentre outros.

Nesse processo, a Comissão Justiça e Paz organizou várias ações, a exemplo do Ato Público realizado no dia 09 de fevereiro de 1979, mobilizando “cerca de 2.000 pessoas, entre posseiros, moradores dos bairros periféricos, estudantes e populares em geral [...] na Praça Barão do Rio Branco, no centro de Vitória da Conquista [...]” (DIMENSÃO, 1979) e a Semana de Oração em Apoio aos posseiros de Mata de Pau Brasil, entre os dias 18 a 24 de março de 1979<sup>29</sup>, contando com atos religiosos e políticos nos quais participaram posseiros, padres e políticos de esquerda “para pedir a Deus que o conflito seja resolvido pacificamente e com justiça.” (COMISSÃO, 1979, s.p.), ao passo que as disputas findaram-se em 1981.

Naquele período a Igreja também esteve presente na greve dos trabalhadores do café de 1980. Santana (2016) pontua que a greve é oriunda das Comunidades de Base, em que discutiu-se num primeiro momento a situação dos boias-frias e posteriormente as questões mais gerais sobre o trabalho no campo referentes ao assalariamento temporário e fixo. Nesse processo, segundo a autora, o trabalho das CEBs pautava-se em assessorar os trabalhadores para um movimento reivindicatório, que tivesse seu ápice em um dissídio coletivo, greve, ou outra ação que tornasse a luta concreta por melhores condições de trabalho. Ao partirem desse propósito:

Nas reuniões, conduzidas pelos trabalhadores e assessores convidados, eram discutidas as condições de trabalho e a elaboração de uma pauta reivindicatória. As articulações do movimento pretendia reunir o maior número possível de trabalhadores e fazer com que a

---

<sup>29</sup> Ao tempo em que o grileiro, segundo o Jornal Dimensão (1979), continuava tentando criminalizar a Igreja, chamando o Bispo, os Padres e leigos de subversivos colocando que estes iriam promover a luta de classes e o comunismo.

luta durasse o tempo suficiente para que vitórias significativas fossem alcançadas. (SANTANA, 2016, p. 66).

Um outro importante conflito em que a Igreja Católica esteve na luta com os camponeses foi o dos atingidos pela construção da barragem em Anagé, visto que a Igreja passou a atuar naquele momento como Comissão Rural Diocesana. Vale destacar que, conforme Silva (2011) o movimento teve apoio das populações de Sobradinho e Itaparica, que também foram atingidas por barragens e serviam de alerta quanto a forma arbitrária e injusta das ações do Estado diante dos projetos executados, que também foram adotados na construção da barragem de Anagé, obra esta realizada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Silva (2011) coloca que depois das primeiras reuniões articuladas com a Comissão Rural Diocesana, os camponeses que viviam nas áreas onde a barragem seria construída passaram a ter conhecimento de que seriam expropriados e partiram para a mobilização, sendo contrários às negociações feitas pelo DNOCS para com as famílias que perderam suas terras, visto que a luta pela terra aconteceu diante da iminência da obra “limpar a área”.

Após o primeiro momento, os camponeses procuraram a Paróquia de Anagé e a Diocese de Vitória da Conquista, em busca de apoio. O bispo e os padres de Vitória da Conquista, já tendo conhecimento da situação, deram apoio à reivindicação dos camponeses e, junto com advogados e pessoas da sociedade civil, passaram a acompanhar o desenrolar dos fatos. Essa atuação se deu seja com assessorias, como foi o caso dos advogados, seja com a participação nas frentes de luta, nas ações de paralisação das obras, com o objetivo de pressionar os responsáveis para atendimento às reivindicações dos atingidos, sobretudo no que se referia às indenizações. (SILVA, 2011, p. 107).

Nesse processo os camponeses, segundo Silva (2011) num movimento de resistência, contaram com o apoio de entidades da Igreja como a própria Comissão Rural Diocesana (atual CPT), o Bispo de Vitória da Conquista da época Dom Celso José, bem como de demais movimentos sociais, lideranças sindicais, advogados como o Dr. Ruy Medeiros, e das comunidades camponesas da região, ao tempo em que foi montado um acampamento onde se localizava a obra.

Esse movimento de luta dos camponeses de Anagé teve repercussão em toda a região, mobilizando pessoas das cidades vizinhas e até mesmo de outras partes do país, como os padres de Aparecida do Norte (SP) que participaram da conhecida

“Romaria da Terra para Anagé” promovida pela Comissão Rural, e que constituiu-se como um ato religioso e político em defesa dos atingidos, mobilizando em torno de cinco mil pessoas que caminharam de Anagé até a obra para pressionar o DNOCS (idem, p. 103-104). Vale acrescentar que:

A Romaria da Terra para Anagé foi um grande ato que marcou as mobilizações e ações públicas promovidas em apoio aos atingidos [...]. Esse ato foi a maior manifestação em apoio à luta dos camponeses de Anagé e teve uma grande repercussão na época, pois mobilizou centenas de pessoas de várias partes do país e dos diversos segmentos da sociedade. O principal articulador desse ato foi o então Bispo da Diocese de Vitória da Conquista, Dom Celso José, que sempre foi um defensor dos camponeses. Além de atuar sempre em favor dos oprimidos e das mobilizações sociais, sua gestão à frente da Igreja Católica na região foi marcada por muitas ações políticas em apoio aos movimentos sociais e aos setores mais progressistas da sociedade. (SILVA, 2011, p. 104).

Depois dessas mobilizações sociais, conforme Silva (2011), que foi possível estabelecer um diálogo com os responsáveis pela obra, processo esse fundamental para que algumas famílias obtivessem direitos, ainda que estes fossem em parte atendidos, como o pagamento de indenizações pelas casas alagadas pela construção da barragem.

Contudo, de acordo com o autor supracitado, alguns camponeses daquela comunidade tornaram-se “sem terra” e passaram pelo processo de mobilidade do trabalho ao migrarem para as cidades vizinhas para vender sua força de trabalho, outros permaneceram em terras próximas às antigas invadidas pela barragem cultivando a terra no regime de parceria ou meia, sendo pescadores, comerciantes, ou em outras formas de trabalho para garantirem a reprodução da vida.

Esse contexto nos indica as transformações na atuação dos movimentos sociais camponeses, e que expressam as decorrências do resfriamento da luta num contexto mais amplo de retrocesso social, de perseguição dos sujeitos que lutam pela terra, de inserção do Brasil na lógica produtora de *commodities*, de difusão do capital financeiro e industrial cada vez mais no campo, do caráter rentista da terra, da exacerbação da grilagem, inclusive em áreas de reprodução de comunidades camponesas. Dessa maneira, é preciso analisar que a atuação da CPT encontra-se vinculada a um contexto mais amplo do que acontece no campo e na sociedade, inclusive na mudança de rumos dos movimentos camponeses.

Num percurso mais recente das lutas dos movimentos sociais no Centro-Sul da Bahia, a CPT permaneceu engajada na defesa da reprodução camponesa, como na construção de cisternas para as comunidades camponesas semiáridas da região. Malvezzi (2007) aponta que a construção de cisternas teve sua gênese no município de Campo Alegre de Lourdes-BA no início dos anos 1990, uma vez que sindicalistas e agentes de pastoral da CPT buscavam construir alternativas que superassem a falta d'água ao se anteciparem ao fenômeno da seca.

Em relação a conformação desse processo no Centro-Sul Baiano, Jesus (2012) coloca que as ações de construção de cisternas tiveram seu início em 1997, quando o Bispo da época Dom Celso recebeu uma doação para a construção de três cisternas, que foram construídas no município de Bom Jesus da Serra pela CPT sob coordenação do Pe. Vasco. Nesse contexto, foi-se criado o chamado Fundo Rotativo Solidário expresso na construção de cisternas nas casas das famílias camponesas, à medida que estas devolviam uma quantia mensal de R\$ 20,00 até completar o valor gasto na construção, direcionado para edificar outra cisterna na casa de outra família.

Jesus (2012) pondera que a partir desse trabalho a CPT atuou em outros municípios da região, processo este que coincidiu com a elaboração do Projeto Um Milhão de Cisternas (P1MC) de 1999, implementado posteriormente à sua aprovação em três das chamadas Unidades Gestoras Microrregionais (UGMs), em que nestas também são direcionadas as ações da ASA, e que congregam inúmeros municípios da região semiárida. Nesse percurso:

Em 2003, o Pe. Vasco, coordenador diocesano da CPT, sugeriu à Arquidiocese que a paróquia de Cândido Sales fizesse um convênio com a ASA. A sugestão foi aceita e a CPT, por já ter uma maior experiência e conhecimento da situação do campo na região, disponibilizou dois de seus agentes para compor a equipe que foi formada por um coordenador, um gerente e três animadores. Esses animadores são assim chamados, porque são eles que mantêm o contato direto com as comunidades rurais, fazendo visitas, organizando reuniões, cadastrando as famílias nos Programas. (JESUS, 2012, p. 119).

Diante da transferência do Pe. Vasco, a equipe da ASA estabeleceu um convênio com o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB). Todavia, mesmo diante dessa parceria com o CEDASB, a ASA continuou ligada à Igreja Católica, uma vez que por meio dela

mediante as discussões e ações de suas equipes e grupos pastorais, como a CPT, o projeto foi sendo garantido e espalhado na região (JESUS, 2012, p. 119).

Verifica-se também a aproximação das ações da CPT com o MPA, uma vez que segundo Souza (2008) este movimento vem atuando por meio de seus grupos de base – cuja metodologia de trabalho está vinculada com as que são realizadas pelas comunidades eclesiais – promovendo discussões sobre as estratégias para a permanência das famílias camponesas na terra de trabalho, organizando um projeto político que una os sujeitos das comunidades em objetivos comuns, como na melhoria das condições de trabalho na terra que estejam adequadas à sua condição social.

Ainda podemos apreender um outro exemplo concreto da articulação da CPT com os demais movimentos sociais da região efetuado na aproximação de pessoas vinculadas à Igreja com o setor de Educação do MST da Bahia - Regional Sudoeste, posto que de acordo com as pesquisas de Pereira et al. (2008) e Santos (2013) as escolas municipais inseridas nos primeiros assentamentos, Amaralina e Etelvino Campos, contaram com professores ligados às CEBs e à CPT – estas que estão intimamente ligadas aos objetivos educacionais do MST, contexto este que proporcionou uma articulação entre o movimento e os professores que atuavam também nas comunidades.

Cabe ainda sinalizar que, de acordo com o Professor Ruy Medeiros, mesmo a CPT estando ao lado dos movimentos camponeses na região, as contradições internas de organização das suas lutas também se materializaram historicamente, seja nos conflitos ideológicos entre os agentes pastorais e as lideranças camponesas locais, ou na atuação da pastoral que, por vezes, foi construída de maneira secundária.

Diante dessa trajetória podemos observar que, ao passar do apoio às ocupações ou mesmo de estar diretamente organizando e atuando nessas, o movimento pastoral acaba redirecionando suas ações sob a pauta das políticas públicas da agricultura familiar, disseminadas pelo Estado a partir dos anos 2000 e promovidas principalmente pelos governos tidos como ‘progressistas’; cuja essência retira as possibilidades de autonomia dos sujeitos do campo ao lhes colocarem totalmente dependentes às imposições do capital que avança uma vez mais pelo mercado neoliberal sobre a produção camponesa, buscando descaracterizá-la pelo “incentivo” ao plantio de culturas determinadas, submetendo os pequenos agricultores aos empréstimos-endividamentos para o seu trabalho, que correm o risco de

perderem a terra para os bancos no caso da perda da produção, entre outras nuances difundidas enquanto “desenvolvimento” para o campo.

Mediante esse panorama histórico de produção social do campo no Centro-Sul da Bahia percebemos a grande contribuição da CPT, seus esforços e suas dificuldades em consonância aos demais movimentos sociais do campo nos processos de territorialização das lutas dos sujeitos camponeses, que persistem e resistem em meio aos conflitos e contradições inerentes às determinações do capital que reproduz-se no campo sob a lógica do mercado mundializado do agronegócio, situação esta que vem negando a condição social da terra para a prevalência do lucro. Por meio dessas relações, estabelecidas concretamente no espaço agrário, ressaltamos a seguir a atualidade da atuação da CPT no enfrentamento à realidade crítica de reprodução do sistema capitalista na região.

#### **4 A ATUAÇÃO DA CPT NO CENTRO-SUL BAIANO NAS RECENTES CONTRADIÇÕES DO CAPITAL NO CAMPO**

As configurações sociais da luta camponesa manifestam-se nas transformações do espaço ao longo do tempo, à medida que na atualidade seus desdobramentos estão imbricados ao avanço dos conflitos e das contradições do capital, no contexto da questão agrária brasileira e de seus tensionamentos territoriais na oposição de classes, atingindo de maneira implacável a reprodução do trabalho e da vida no campo. Estes dilemas resultam das formas críticas de sociabilidade determinadas pelo modo de produção em curso no espaço social, fomentadas seja por meio de medidas econômicas tomadas pelo mercado neoliberal, de posturas ideológicas conservadoras e fascistas de diversos segmentos institucionais, inclusive os religiosos, que influenciam nos rumos do Estado burguês, entre outros processos.

Nesse cenário, os movimentos sociais do campo têm passado por inúmeros e constantes impasses em meio à busca pela efetivação de seus propósitos políticos, visto que os mecanismos estatais da lei e da repressão armada têm colocado gradativamente os sujeitos da luta camponesa diante de uma hostil criminalização, ao passo que o recuo e o resfriamento das suas manifestações podem desencadear até mesmo, por exemplo, uma mudança de rumos nas suas ações que distanciam-se das pautas comuns e revolucionárias ao encontrarem-se fragmentadas e sob os riscos da desarticulação, sendo estas, dentre outras, consequências deste contexto complexo que vai repercutindo na atuação destes movimentos; mas que mesmo passando por estes obstáculos sob a dimensão da resistência, continuam aspirando uma outra sociabilidade na superação das desigualdades inscritas na realidade concreta.

Posto isso, esta seção vislumbra os recentes processos de atuação da CPT no Centro-Sul da Bahia frente aos antagonismos da crise estrutural do capital e de suas repercussões no espaço agrário em estudo, compreendendo que esta situação constitui-se territorialmente e dialeticamente nas dificuldades cada vez maiores das mobilizações da classe camponesa, ao tempo em que destacamos a materialização destes percalços nas expressões cotidianas de atuação da pastoral na região, bem como suas estratégias de resistência às investidas do sistema capitalista sobre o campesinato nos desígnios de emancipação dos seus trabalhadores e da terra.

#### **4.1 Da contemporaneidade da CPT do Brasil ao Centro-Sul Baiano à "crucificação" da sua atuação no campo**

Na atualidade, os movimentos sociais camponeses são expressões concretas da permanência da questão agrária no Brasil, posto que estes se multiplicaram no decorrer dos anos em várias partes do país e organizam-se socialmente com demandas tanto específicas quanto coletivas que são pautadas diante da reprodução contraditória do capital no campo, sendo estas demandas galgadas pela permanência dos camponeses em seus espaços históricos de realização da vida e do trabalho, uma vez que “[...] o processo de expropriação produziu e continua produzindo uma massa enorme de errantes em busca de trabalho para a sobrevivência” (SILVA, 1999, p. 58).

A resistência social dos camponeses também manifesta as demandas dos sujeitos do campo que ainda não possuem a terra – situação esta que objetiva a territorialização do conflito entre as classes proprietárias e a classe camponesa que expressam ao mesmo tempo a contradição Capital/Trabalho no espaço agrário – sendo a reforma agrária uma alternativa dentre outras para que os camponeses possam garantir seus modos de vida, de trabalho e agirem, no conjunto da sociedade, pela superação do sistema capitalista.

Compondo esse processo entre os inúmeros movimentos sociais camponeses, a CPT – atualmente integrante da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB, articulada com a Pastoral Popular Luterana (PPL) e sendo entidade de apoio vinculada à Via Campesina – vem recentemente atuando nas mais variadas realidades do espaço agrário nacional buscando desempenhar um trabalho contínuo de apoio direto aos sujeitos do campo e suas comunidades, bem como às demais mobilizações de luta pela terra e pelo trabalho em nosso país.

Manifestando-se estrategicamente nos territórios camponeses, sua articulação religiosa e social preconiza como bojo de ação a defesa da reforma agrária e dos trabalhadores do campo, lhes dando suporte para sua organização mediante o contato entre estes trabalhadores e os agentes pastorais do movimento que acontecem, principalmente, nas mediações feitas pelas CEB's espalhadas pelo campo brasileiro.

Segundo as informações disponíveis pelo site da CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2021), suas lutas acontecem em três principais eixos: o primeiro remete-se a direitos: seja pela terra, pelo trabalho em sua dimensão

ontológica, na denúncia do trabalho escravo, pela dignidade da pessoa humana nos seus aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, ambientais: como na produção saudável e livre de agrotóxicos, no combate às queimadas e ao desmatamento, na luta pela valorização/libertação da mulher camponesa, no incentivo à reprodução da juventude camponesa na terra etc.

O segundo eixo é relacionado à questão da Água, seja no contexto da expulsão das famílias de suas terras na construção de barragens, pela defesa dos ribeirinhos, das nascentes dos rios etc.; e o terceiro referente as questões sobre a Terra, como na justiça ao acesso à terra para os posseiros, terra para o trabalho e sustento familiar, contra a exploração, a expropriação e a pilhagem, contra a grilagem de terras, pela quebra do latifúndio, contra a violência no campo e pela reforma agrária. Estes eixos para a atuação da pastoral se materializam através de:

[...] acampamento, audiência, bloqueio, caminhada, celebração religiosa, cerco a construção, concentração em espaço público, encontros, greves de fome, jejum, manifesto, marcha, ocupações de agência bancária, ocupação de prédio público ou privado, romarias, panfletagem, [...] vigílias etc. Essas ações tiveram várias reivindicações e temáticas como as ações contra a construção de barragens, impunidades, injustiças, violências, monoculturas etc., ações que envolvem as questões relacionadas à água, aos indígenas, direitos humanos, ambientais, terra, seca, reforma agrária, saúde, infraestruturas entre outras (DALPERIO, 2013, p. 176).

Dessa maneira a CPT, sob a inspiração subversiva do evangelho que defende a vida e a esperança, busca estar ao lado dos camponeses pobres e explorados que vivem na terra e nas águas, nos campos, florestas e periferias seguindo os preceitos e a prática de Jesus. Nesse percurso, a CPT constitui-se enquanto pastoral que visa uma atuação ao lado dos sujeitos do campo mediante a convivência, apoio, acompanhamento e assessoria<sup>30</sup> (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2021) em conformidade aos objetivos sistematizados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Síntese dos propósitos de ação da CPT no Brasil (2001)

|                         |  |
|-------------------------|--|
| 1. Processos coletivos: | de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção saudável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais); |
|-------------------------|--|

<sup>30</sup> Este escrito é oriundo de um texto redigido em novembro de 1998 por agentes de pastoral da CPT que participaram/participam de suas ações por mais de duas décadas, sendo que sua atual versão foi revista e aprovada durante o 1º Congresso da CPT em Bom Jesus da Lapa no ano de 2001.

|   |   |
|---|---|
| 2. Processos de formação integral e permanente:             | a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade;   |
| 3. Divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças: | sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas e buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra; no rumo da “terra sem males”. |

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2021)

Estes propósitos resultam de uma trajetória histórica do trabalho desempenhado pela CPT com os/nos movimentos sociais camponeses, sendo que, como afirma Poletto (1997), as ações da Pastoral da Terra da sua gênese aos seus primeiros anos estavam mais direcionadas ao contexto amazônico e, conseqüentemente, tiveram pouca repercussão na totalidade do país; à medida que somente do final da década de 1970 e início da década de 1980 que seu trabalho atingiu maiores proporções na constituição das equipes locais, regionais e da Secretaria Nacional, estruturando e articulando a CPT em todo o território brasileiro.

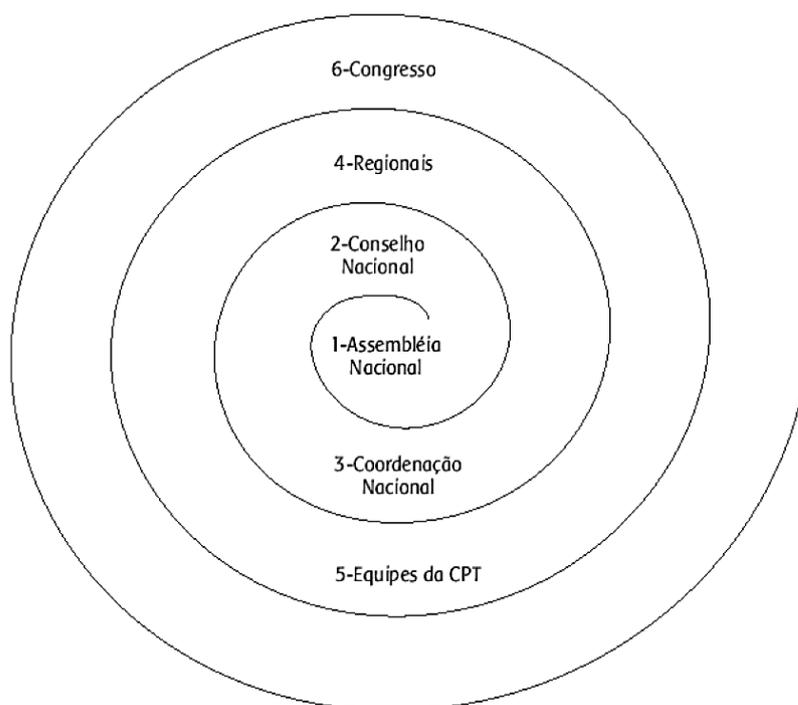
Na sua atual configuração, a Pastoral da Terra está sistematizada por equipes inseridas em 21 regionais, cujas coordenações são eleitas em assembleia anual amparadas por um regimento interno e um Conselho Regional integrado à Coordenação Nacional, esta que por sua vez está vinculada à CNBB e outras igrejas cristãs, como a Luterana, motivando os trabalhos pastorais do país nas suas diversas dimensões, e que são celebrados nos congressos da CPT realizados a cada quatro anos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2021).

De acordo com Gonçalves (2012, p. 45) as equipes da CPT estão junto com as diversas organizações sociais do campo, sendo estas denominadas equipes locais, que acompanham os trabalhadores, famílias e comunidades camponesas de uma área determinada; sendo que estas equipes são compostas principalmente por voluntários que impulsionam, do âmbito local, os trabalhos pastorais por meio de sua atuação nos mais diversos recantos do campesinato brasileiro, ao passo que boa parte das equipes extrapolam as fronteiras paroquiais/diocesanas ao se vincularem diretamente aos regionais – salvo algumas equipes que pautam suas ações em nível diocesano – e ambas estão agregadas à equipe nacional, cuja sede está localizada em Goiânia-GO.

Com base na figura 5 avistamos a composição da CPT, que não é estabelecida nem hierarquicamente nem de maneira verticalizada – como acontece em outros

organismos e instituições eclesiais, pastorais e na própria estrutura clerical da ICAR – mas propondo uma articulação das suas ações pastorais em espiral, demonstrando que os processos de prática política no campo são constituídos em movimento.

Figura 5 – Organização da Comissão Pastoral da Terra no Brasil (2001)



Fonte: Mitidiero Júnior (2008)

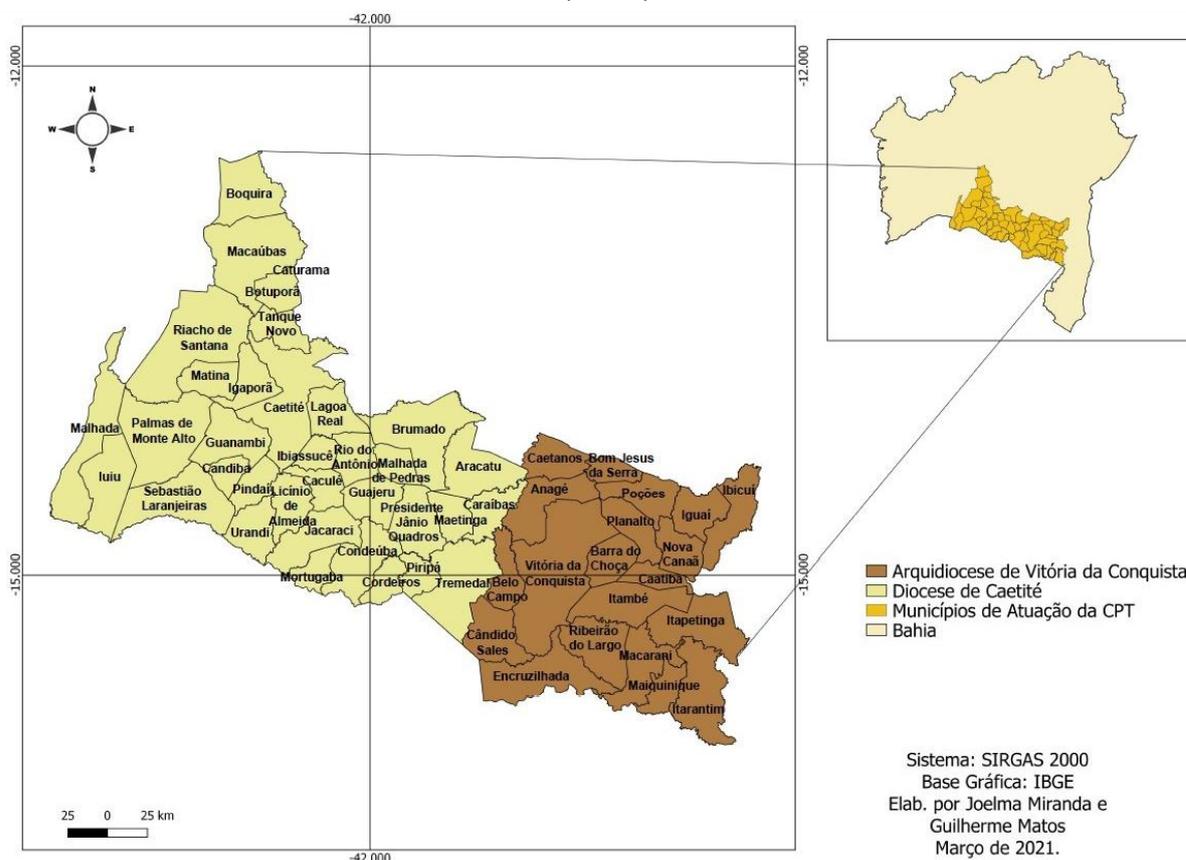
Unida a esta realidade, a Regional da CPT na Bahia é sediada em Salvador, desdobrando-se em três equipes subregionais:

- 1 – Centro Norte: Juazeiro, Senhor do Bonfim e Rui Barbosa;
- 2 – Oeste: Barra, Bom Jesus da Lapa e Irecê;
- 3 – Sul Sudoeste: Caetité, Itabuna/Ilhéus e Vitória da Conquista.

Segundo a equipe da CPT – a terceira entre as supracitadas e atuante no Centro-Sul Baiano principalmente na Diocese de Caetité e na Arquidiocese de Vitória da Conquista – as coordenações dos subregionais são compostas de forma colegiada, com quatro coordenadores/as efetivos/as e três suplentes, agregando-se à luta dos trabalhadores do campo pela terra, pela água e pelo território por meio da formação, informação, comunicação, levantamento documental, articulações e trabalho de base por meio de: assessoria jurídico-popular às comunidades, coletivos e movimentos sociais do campo envolvidos em conflitos e ações judiciais; formações sobre

organização política, conjuntura, meio ambiente, classes sociais, juventude, mulheres, gênero, raça, entre outras; apoio a iniciativas agroecológicas; apoio nas ocupações e mobilizações; denúncia sobre os tipos de violência cometidos contra os sujeitos do campo, incluindo os de raça e gênero; parcerias com organismos nacionais e internacionais militantes na defesa dos direitos humanos; entre outras ações que conforme o mapa 3 são produzidas em vários recantos da região, desde a Zona da Mata ao leste, perpassando pela Caatinga e chegando até mesmo em comunidades geraizeiras do Cerrado baiano à oeste.

Mapa 3 – Áreas de atuação da CPT em nível diocesano no Centro-Sul da Bahia (2021)



Elaboração: Joema Miranda e Guilherme Matos (2021)

Todo o trabalho de atuação dos membros da equipe local da CPT no Centro-Sul da Bahia é historicamente advindo das trajetórias de cada um dos seus integrantes, realidade esta determinante na aproximação destes sujeitos à pastoral; uma vez que alguns deles vivenciaram no campo o trabalho na terra com a família ou sendo meeiros em outras propriedades, sendo explorados por produzirem e destinarem a maior parte da produção na lavoura ao patrão ou ao dono da

propriedade, dilema que se sucedia pois o contexto local não oportunizava outras saídas.

Em relação a aproximação destes sujeitos com a CPT, alguns dos componentes da equipe local descrevem seus percursos de vida até tornarem-se agentes pastorais:

Conheço a CPT desde jovem quando comecei dar os primeiros passos nos movimentos da juventude católica em Juazeiro. Como filho de camponês sem terra, os primeiros encontros que participei que envolvia questão agrária sempre tinha presença marcante da CPT. No ano de 1999 saí de Juazeiro e fui pra Correntina, Técnico agropecuária formado fui trabalhar numa Escola Família Agrícola em Correntina. Lá além do trabalho em sala de aula tínhamos uma presença forte em comunidades com trabalho de base e já me envolvia com grupos que viviam em situação de conflitos com a expansão do agronegócio, continuei fazendo trabalho já em parceria com a CPT Bom Jesus da Lapa acompanhando esses conflitos e num projeto específico que trabalhava a mobilização das populações da bacia do São Francisco num projeto de revitalização popular. Em 2007 surgiu uma vaga para agente na CPT da Diocese de Caetité, me candidatei a vaga e fui escolhido. Aqui estou até os dias de hoje. Então a aproximação com a CPT foi muito desse histórico de luta e resistência junto a comunidades camponesas em situação de conflitos. (Entrevistado 03. Entrevista concedida em 11 de agosto de 2020).

Foi desde o tempo de Escola Família Agrícola – EFA que conheci os agentes da CPT e seu trabalho junto as comunidades. Ir Ida, Angelo Costa e José Coqueiro foram as principais referências ainda nos anos 90. Em 2004 fui convidado a fazer uma assistência técnica na Diocese de Bom Jesus da Lapa, Carivaldo que agente da Diocese de Barra foi que me apresentou, ele foi colega dos tempos de EFA. (Entrevistado 04. Entrevista concedida em 06 de agosto de 2020).

Foi através do CEAS que me aproximei da CPT e pela pessoa da Irmã Eci que foi uma das pessoas que mais se dedicou a vida a CPT na região. (Entrevistado 05. Entrevista concedida em 05 de agosto de 2020).

Vislumbramos nestes relatos que a CPT constitui-se por pessoas com forte ligação histórica e social com o campo sob o âmbito familiar, comunitário, escolar – principalmente por meio das EFAs – cultural, religioso e político, ao passo que as contradições de classe marcam o espaço-tempo destes sujeitos, impulsionando-os a lutar nos movimentos sociais camponeses.

Mais recentemente, os agentes da CPT no Centro-Sul da Bahia desempenham inúmeros ofícios, desde formação direcionada pelos seus educadores sociais até na prestação de assessoria jurídica às comunidades, entre outros oriundos do seu

trabalho de base; e perpassam por momentos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações da equipe que está inserida também nos espaços eclesiais, reafirmando seu caráter pastoral na Igreja. Ainda compartilham entre si e as demais equipes informações sobre os conflitos no campo, analisando com as comunidades os dados obtidos e buscando fazer com que a resistência possa garantir a reprodução social dos camponeses da região.

Diante desse extensivo processo a CPT na sua atuação, percorrida desde sua gênese até na atualidade, vem contribuindo consideravelmente para com as diversas expressões do campesinato no Centro-Sul da Bahia, haja vista que conforme o Entrevistado 2 a pastoral esteve/está presente nos sindicatos de trabalhadores rurais, nos movimentos de luta dos processos de ocupações, fortalecidos com a garantia de posse da terra na desapropriação de dezenas de latifúndios improdutivos, com conquistas históricas como o Programa Luz para Todos e o Água para Todos, seguro safra, renegociação de dívidas, no acesso às tecnologias de convivência com o semiárido (cisternas de captação de água das chuvas, cisterna calçadão, barragem subterrânea etc.), nas denúncias de trabalho escravo e na soltura dos trabalhadores em situação análoga à escravidão, no surgimento de associações e cooperativas que intermediam economicamente a produção dos agricultores locais, da conversão da Educação Rural para a Educação do Campo e da disseminação de EFAs na região, na assistência técnica focada na Agroecologia, entre outras obtensões alcançadas com muitas lutas.

Cabe pontuar, pelos depoimentos dos Entrevistados 3 e 4, que nos trajetos de sua atuação no Centro-Sul Baiano, muitas comunidades despertaram-se ao indagarem sobre as nuances do sistema capitalista e defenderam seus territórios, por exemplo, ao interverem na implantação de empresas que invadiram/invadem suas áreas comunitárias; participam religiosamente da Igreja tendo a missão de auxiliarem e se preocuparem com os irmãos que encontram-se vulneráveis num contexto marcado pela negação de direitos e pela expropriação forjada pelo sistema capitalista; foram incentivadas a se organizarem, produzirem e comercializarem alimentos, ao tempo em que questionam os moldes convencionais da produção agroindustrial que aniquila a natureza e as pessoas, buscando formas ontológicas de se relacionarem com o planeta, com a sociedade, com a terra, a água e os animais etc.

Levam em consideração outras questões como: a obtenção do autoreconhecimento dos povos tradicionais – oriundo da luta pelos territórios de fecho

de pasto que existem na região – estabelecendo na prática a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a amplitude do tratamento sobre a temática feminina e das gerações mais novas no enfrentamento das mulheres e dos jovens pela superação ao patriarcado, posto que um dos membros da equipe observa:

[...] a participação das mulheres como um avanço a ser considerado, visto que a CPT é feliz ao trabalhar com essa temática nas comunidades, onde a grande maioria das mulheres estão dentro das igrejas e das associações (Entrevistado 03. Entrevista concedida em 05 de agosto de 2020).

O movimento pastoral também tem conduzido em nível regional/nacional – com a atuação de seus agentes e colaboração de parceiros – a produção de textos veiculados em panfletos, jornais e cartilhas, dentre elas a publicação anual *Conflitos no Campo Brasil* que é realizada desde 1985 e coordenada pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT, cuja capa da versão mais recente encontra-se exposta na figura 6. O trabalho de pesquisa da pastoral reunido nesta publicação conta com uma significativa quantidade de dados sobre a realidade agrária nacional, concedendo contribuições à sociedade brasileira ao apontar e denunciar a violência derivada dos conflitos agrários expressos nos seus territórios, bem como de vislumbrar os movimentos sociais camponeses na luta e na resistência, ao tempo que desse trabalho a Pastoral da Terra firma-se como um importante movimento de apoio aos demais movimentos sociais do campo (MENEZES NETO, 2009).

Figura 6 – Capa do Caderno *Conflitos no Campo Brasil* (2020)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2021)

Estes estudos no ano de 2020 completaram 35 anos, e para analisá-los realizamos algumas leituras destes cadernos para visualizarmos quais são as suas principais temáticas de pesquisa, no intento de compreendermos as repercussões delas tanto no âmbito acadêmico-científico quanto na produção social e histórica do campesinato nacional. Nesta investigação, apreendemos que são quatro os principais focos de investigação da CPT, sendo eles conflitos trabalhistas: precarização do trabalho, escravidão rural; por terra: disputas pela posse e uso da terra entre camponeses e capitalistas; por água: resistência à privatização dos recursos hídricos, expropriação de atingidos por grandes empreendimentos; e por violência: ideológica e/ou física na criminalização dos movimentos sociais camponeses.

Vale considerar que os estudos da CPT são reconhecidos nacionalmente/internacionalmente, uma vez que são importantes e necessários ao auxiliar tanto a dimensão formativa e de ação dos próprios membros da pastoral, nas pesquisas e estudos desenvolvidos no ensino superior – como nos dados e análises presentes ao longo deste texto – podendo atingir até mesmo a educação básica e outros setores da sociedade para que reflitam sobre as nuances que permeiam a questão agrária brasileira; e na práxis dos movimentos camponeses ao organizarem-se estrategicamente na luta social contra o avanço contraditório do sistema capitalista nos seus territórios.

Estes estudos somam-se às recentes discussões levantadas pela Igreja Católica referentes as desigualdades sociais de classe produzidas no campo brasileiro, em que por meio do Documento 101 intitulado “A Igreja e a Questão Agrária brasileira no início do século XXI” publicado em 2014, a CNBB retoma suas análises realizadas na década de 1980 e as atualiza, apontando a continuidade da concentração fundiária em nosso país e suas repercussões para a vida dos camponeses sejam eles indígenas, quilombolas, assentados, sem-terra, atingidos por barragens, de fundo e fecho de pasto, pescadores, ribeirinhos, em situação análoga à escravidão, entre outros. Por outro lado, a Igreja nunca esteve tão conservadora ao aliar-se aos interesses burgueses, como no seu apoio ao golpe de 2016.

O referido documento mostra o posicionamento dos bispos diante desta realidade<sup>31</sup> – indo ao encontro dos atuais pronunciamentos do papa, que pautam-se pela defesa da natureza encontrada na terra e na vida – ao serem contrários às

---

<sup>31</sup> Cabendo ressaltar que as opiniões acerca desta temática ainda não são consensuais entre o episcopado brasileiro.

mazelas impostas ao campo pelo capitalismo, como no estabelecimento desigual do latifúndio bem como das práticas de grilagem e trabalho escravo; ao passo que por meio deste documento conclama a seus fieis para que unam-se na luta pelos povos do campo, motivação esta que se destaca nos objetivos da pastoral social da Igreja (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2014) na qual a CPT faz parte.

Para Mitidiero Júnior (2008) todo este trabalho permitiu com que a CPT se estruturasse geograficamente em nosso país, sendo que fica em evidência as ações desta pastoral articuladas a uma forma particular de territorialidade: a territorialização dos conflitos na qual o povo oprimido do campo faz parte, pois:

Quando se encontra nos documentos, no discurso e na prática da CPT que sua missão é estar junto, é ser presença, é estar ao lado dos trabalhadores rurais e camponeses, entendo estar aí o apego à territorialidade formada pelos conflitos, fazendo da CPT uma instituição interna à Igreja Católica que se territorializa e se reterritorializa na esteira da questão agrária brasileira. Nesse processo, sua existência pastoral e política é eminentemente caracterizada pela ação territorial desenvolvida cotidianamente pelos quadros da CPT. A ação territorial é o método da Pastoral da Terra. (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 230).

Entretanto, diante do avanço do capital no campo nos últimos anos, várias são as tentativas incessantes de sua territorialização mais efetiva por entre todos os rincões do espaço agrário, seja pela esfera produtiva, industrial e/ou financeira que mobiliza vários entes da classe burguesa – entre eles o Estado – buscando frear as lutas da classe camponesa para atender as demandas do mercado na acumulação mundializada, fazendo com que os conflitos ascendam, segundo Dalpério (2013, p. 244), por meio de diversos mecanismos: violência, prisões, criação de leis e obstáculos jurídicos aos povos do campo, deslegitimação das lutas, entre outros.

Buscando tratar de uma das várias possibilidades de criminalização das lutas sociais do campo brasileiro, a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados publicou um documento na forma de um estudo técnico em fevereiro de 2018, cuja temática intitulada “Os dados sobre a violência “do campo” no Brasil: análise crítica” tem a necessidade de desconstruir e, no campo ideológico, criminalizar o trabalho de pesquisa e de análise realizado por um dos movimentos sociais do país – a CPT, acerca dos conflitos e contradições existentes no campo brasileiro.

De início o documento aponta equívocos, pois o mesmo “identifica-se, em novo levantamento bibliográfico, ser a Comissão Pastoral da Terra a única fonte a, atualmente, disponibilizar, em âmbito nacional, dados sobre a temática” (CONSULTORIA LEGISLATIVA, 2018, p. 4), alegando que a mesma detém o “monopólio informativo” sobre o assunto. É preciso colocar que existem dados oficiais disponibilizados pelo próprio governo federal sobre o campo brasileiro. Entretanto, depois da posse do novo governo em 2019 e com o desmonte do Ministério do Trabalho, estes dados não foram mais apresentados com transparência pois entendem não ser mais necessário os divulgar, uma vez que torna-se de interesse dos empresários do agronegócio aliados ao Estado, por exemplo, em naturalizar o trabalho escravo, inclusive pela via da lei.

Ao destacar as diferenças entre o agronegócio e o campesinato baseando-se nas pesquisas realizadas por Fernandes (2001) e Girardi (2008), o estudo da Consultoria Legislativa evidencia a ação dos movimentos sociais na contramão à lógica capitalista que se territorializa no campo, bem como da reprodução do campesinato nas configurações do modo de produção atual. Contudo, sinaliza que essa visão não condiz com o “verdadeiro campo brasileiro” e acaba negando a luta de classes que existe neste espaço.

Dessa forma, discordamos frontalmente do suporte teórico adotado pela maioria daqueles que se debruçam sobre o tema no Brasil. Em primeiro lugar, preferimos não encarar o “agronegócio” como um modelo específico, mas sim como toda e qualquer operação na cadeia de produção e comercialização de produtos agropecuários e florestais. Assim, por exemplo, a comercialização de produtos advindos da chamada “agroecologia”, para nós, também faria parte do “agronegócio”. Da mesma forma, os produtos advindos de agricultores familiares, entre outros (CONSULTORIA LEGISLATIVA, 2018, p. 9).

Logo em seguida o documento diz que grande parte do desmatamento realizado no país aconteceu em áreas destinadas à Reforma Agrária. Mas o documento não deixa explícito que, na realidade, os desmatamentos são realizados pelos grandes latifundiários onde controlam, por meio da grilagem, as mesmas áreas de terra que deveriam ser convertidas em assentamentos rurais.

Mais a frente, o estudo menciona sobre as pesquisas realizadas pela CPT e questiona sobre os percursos metodológicos desenvolvido pela mesma, afirmando que:

[...] quando se adentra na metodologia utilizada pela Pastoral, é possível perceber que a mesma não estabelece critérios rigorosos de distinção entre a violência “no campo” e a violência “do campo”[...] Ademais, a Comissão se utiliza das mais diversas fontes para obtenção de dados, não havendo uma verificação mais rigorosa quanto à veracidade dos fatos que à instituição são levados (CONSULTORIA LEGISLATIVA, 2018, p. 18).

Contudo, há uma deturpação por parte do estudo da Consultoria Legislativa no tocante ao que a CPT considera ser violência do/no campo. Nesse contexto, desconsidera-se que os dados levantados pela Pastoral são coletados nas áreas de atuação da mesma, ou próximas à ela, em que os casos de violência (assassinatos, ameaças de morte etc.) tenham acontecido. Podemos tomar como exemplo o assassinato de um dos membros do MST do Regional Sudoeste da Bahia, Márcio Matos Oliveira, de 33 anos, que tombou na luta no Assentamento Boa Sorte em Iramaia-BA em janeiro de 2018. Nesse caso, o sub-regional Sul/Sudoeste da CPT Bahia remeteu a ocorrência à coordenação nacional do movimento, que por sua vez adicionou o respectivo caso aos demais de mesma origem publicados no Caderno Conflitos no Campo Brasil do mesmo ano.

Depois de colocar à prova as pesquisas realizadas pela Pastoral numa análise “rigorosa” das ocorrências levantadas pela mesma, o estudo arremata que:

[...] a CPT é instituição ligada à defesa dos menos providos no campo brasileiro e, como tal, não pode ser considerada como uma instituição estritamente científica quanto à análise do tema. É claro, a crença em uma ciência neutra não mais faz parte dos bancos acadêmicos, sendo questões ideológicas presentes em todo e qualquer ser humano, o que, em maior ou menor grau, reflete nas pesquisas que realiza (CONSULTORIA LEGISLATIVA, 2018, p. 24).

O documento, desse modo, aponta que por não ser uma instituição científica, a CPT não deveria ter credibilidade por ser ‘ideológica’ no tratamento analítico dos dados reais. Voltamos a afirmar que o levantamento feito pela Pastoral advém de casos reais e comprovados, com a necessidade de apontar – única e exclusivamente – a barbárie instaurada pelo capital na violência que ocorre contra os sujeitos do campo, ao passo de que as pesquisas realizadas pela mesma são utilizadas pelas Universidades dado o compromisso e a responsabilidade que a CPT tem no trato com as informações que vem disponibilizando.

Os dados obtidos pela CPT são empíricos, coletados *in loco* pelas regionais e, portanto, científicos. Mas, além de apontar esse caráter ideológico de classe (neste caso dominante) que esse questionamento possui, é preciso pontuar a quadra histórica atual, sob a orde da violência e da pós-verdade, de ataques profundos a qualquer entendimento que favoreça a classe trabalhadora. O contrário, é claro, não é verossímil: a pesquisa da CPT é ideologicamente ligada a lógica camponesa; as pesquisas do e para o capital não o são.

Exemplos do reconhecimento acadêmico – tanto em nível nacional quanto internacional – quanto a importância da atuação da CPT na contribuição das pesquisas e na luta em meio a questão agrária brasileira são vindos de muitos professores e pesquisadores universitários, como o Sociólogo Michael Löwy, atual diretor emérito de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique em Paris, na França, que considera:

[...] a CPT ocupando um lugar de vanguarda na denúncia da violência no campo – a cada ano, desde 1985, publica o relatório Conflitos no Campo Brasil referência nacional e internacional sobre os conflitos e a violência que os homens e as mulheres do campo sofrem – e no combate ao trabalho escravo e na defesa jurídica dos trabalhadores do campo – além de contribuir, de forma ativa, à sua conscientização e auto-organização. (LÖWY *apud* CPT, 2019, p. 196).

A presente análise nos possibilita compreender que a CPT, mesmo ameaçada ideologicamente dentro dos processos de criminalização dos movimentos sociais do campo, também ameaça com o desvendamento do real a essência perversa da classe burguesa do campo que, no espaço do Estado, traveste-se na bancada 5B (principalmente a ruralista) do poder legislativo, determinando que sua vontade de acumulação – portanto de manutenção da reprodução do capital no campo – seja perpetuada, mesmo que para isso tenha que destruir os sujeitos sociais existentes no campo e oriundos historicamente dele.

Muito do que vem apontado no documento da Consultoria Legislativa – e reconhecemos que é preciso um estudo minucioso do mesmo, sendo que aqui analisamos seus pontos principais – mostra a tentativa cheia de limites, arbitrariedades e sem lograr êxito, do legislativo brasileiro querer deslegitimar, criminalizar, “crucificar” a atuação da Pastoral, ao tempo em que utiliza-se do seu documento para viabilizar medidas provisórias e leis que beneficiem a classe dominante do campo representada no Legislativo.

Este dilema processualiza-se também no âmbito do Executivo, do Judiciário, e de outros setores da sociedade brasileira – inclusive daqueles que encontram-se por dentro da própria Igreja Católica alinhados à ideologia conservadora e repressiva de ação do Estado, da burguesia e do neofascismo na atualidade, fazendo com que a CPT passe por constantes adversidades, ataques, perseguições etc. no cerne de sua atuação ao lado dos sujeitos do campo.

#### 4.2 Expressões cotidianas das “labutas” da CPT nas dificuldades da luta social no campo do Centro-Sul da Bahia

O cenário de desigualdades sociais instaurado no espaço agrário brasileiro pelas determinações do modo de produção hodierno efetua-se diretamente tanto nas formas de sociabilidade da classe camponesa quanto nas dificuldades dos seus sujeitos sociais em suas lutas diárias, haja vista que das suas ações no antagonismo às investidas do sistema capitalista são emergidos inúmeros conflitos de classe com relação a terra, a água, ao trabalho, entre outras questões que interferem na vida camponesa contrapostas às demandas do mercado.

No Centro-Sul da Bahia, como em várias outras partes do país, esse contexto tem-se intensificado historicamente uma vez que diante do espectro da barbárie societal os conflitos e as contradições sucedem-se de maneira inevitável como apresentado nos dados do quadro 2, pois ao mesmo tempo em que o sistema capitalista em crise encontra ‘brechas’ institucionais e econômicas para manter suas margens acumulativas estáveis, concomitantemente os sujeitos do campo nos movimentos sociais enfrentam cada vez mais obstáculos para a objetivação dos seus propósitos políticos, que pautam-se pelo prosseguimento das relações históricas e sociais camponesas.

Quadro 2 – Conflitos no Campo do Centro-Sul Baiano (2019/2020)

| Tipo de Conflito           | Município         | Nome do Conflito       | Data       | Famílias | Categoria                    |
|----------------------------|-------------------|------------------------|------------|----------|------------------------------|
| Conflitos por Terra (2019) | Guanambi, Caetité | Com. Rio Grande/Fiol   | 18/03/2019 | *        | Pequenos proprietários       |
|                            | Guanambi, Caetité | Com. Invernada/Fiol    | 18/03/2019 | *        | Pequenos proprietários       |
|                            | Caetité           | Com. Curral Velho/Fiol | 18/03/2019 | 80       | Pequenos proprietários       |
|                            | Cordeiros         | Comunidade Renegada    | 03/09/2019 | 34       | Camponeses de fecho de pasto |

|                                |   |  |            |     |   |
|--------------------------------|---|--|------------|-----|---|
|                                | Itambé,<br>Itaju do<br>Colônia,<br>Itapetinga | T. I. Caramuru<br>Catarina<br>Paraguassu                             | 14/03/2019 | 700 | Indígenas   |
|                                | Itapetinga,<br>Potiraguá                      | Fazenda<br>Esmeralda   | 06/08/2019 | 30  | Indígenas   |
|                                | Ribeirão<br>do Largo                          | Fazenda Guarani  | 15/10/2019 | 50  | Indígenas   |
| Conflitos por Terra<br>(2020)  | Caetité                                       | Com. Curral<br>Velho   | 07/05/2020 | 80  | Pequenos<br>proprietários                               |
|                                | Cordeiros                                     | Com. Palmeiras   | 04/06/2020 | 1   | Camponês de<br>fundo e fecho de<br>pasto                |
|                                | Cordeiros                                     | Com. Pedra<br>Branca   | 11/06/2020 | 50  | Camponeses de<br>fundo e fecho de<br>pasto              |
|                                | Licínio de<br>Almeida                         | Com. Taquaril<br>dos Fialhos   | 11/06/2020 | 32  | Posseiros   |
|                                | Piripá  | Com. Queimada  | 04/06/2020 | *   | Camponês de<br>fundo e fecho de<br>pasto                |
|                                | Vitória da<br>Conquista                       | Quilombo da<br>Fazenda Velame  | 24/09/2020 | 1   | Quilombola  |
| Ocupações/<br>Retomadas (2019) | Itapetinga,<br>Potiraguá                      | Fazenda<br>Esmeralda   | 05/08/2019 | 30  | Indígenas   |
|                                | Ribeirão<br>do Largo                          | Fazenda Guarani  | 13/10/2019 | 50  | Indígenas   |
| Conflitos por Água<br>(2019)   |   |  |            |     | Tipo de<br>conflito/Situação                            |
|                                | Pindaí,<br>Caetité                            | Pov.<br>Barreiro/Projeto<br>Pedra de Ferro/<br>Bamin                 | 01/10/2019 | 33  | Uso e<br>preservação/<br>Diminuição do<br>acesso à Água |
|                                | Caetité                                       | Com.<br>Flores/Projeto<br>Pedra de Ferro/<br>Bamin                   | 01/10/2019 | 21  | Uso e<br>preservação/<br>Diminuição do<br>acesso à Água |
|                                | Caetité                                       | Com.<br>Araticum/Projeto<br>Pedra de Ferro/<br>Bamin                 | 01/10/2019 | 18  | Uso e<br>preservação/<br>Diminuição do<br>acesso à Água |
|                                | Caetité                                       | Com. Casa da<br>Roda/Projeto<br>Pedra de<br>Ferro/Bamin              | 01/10/2019 | 18  | Uso e<br>preservação/<br>Diminuição do<br>acesso à Água |
|                                | Caetité                                       | Com. Rancho do<br>Meio/Projeto<br>Pedra de<br>Ferro/Bamin            | 01/10/2019 | 9   | Uso e<br>preservação/<br>Diminuição do<br>acesso à Água |
|                                | Caetité                                       | Com. Olho d'<br>Água dos<br>Pires/Projeto<br>Pedra de<br>Ferro/Bamin | 01/10/2019 | 7   | Uso e<br>preservação/<br>Diminuição do<br>acesso à Água |
|                                | Caetité                                       | Com. Curral<br>Velho/Fiol  | 01/10/2019 | 50  | Uso e<br>preservação/<br>Diminuição do<br>acesso à Água |

|  |                         |  |            |     |  |
|--|-------------------------|--|------------|-----|--|
|  | Caetité                 | Com. João Barroca/Bamin/BML                          | 01/10/2019 | 160 | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Ipirá, Guanambi, Pindaí | Com. Quilombola Antas e Palmitos/Bamin               | 01/10/2019 | 15  | Uso e preservação/ Não cumprimento de procedimentos legais |
|  | Pindaí                  | Com. Tábuas/Projeto Pedra de Ferro/Bamin             | 01/10/2019 | 5   | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Guirapá/Bamin/BML                               | 01/10/2019 | 500 | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Cachoeira de Cima/Projeto Pedra de Ferro/Bamin  | 01/10/2019 | 17  | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Cachoeira de Baixo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin | 01/10/2019 | 30  | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Pau Ferro/Projeto Pedra de Ferro/Bamin          | 01/10/2019 | 10  | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Baixa Preta/Projeto Pedra de Ferro/Bamin        | 01/10/2019 | 19  | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Poço Comprido/Projeto Pedra de Ferro/Bamin      | 01/10/2019 | 27  | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Barriguda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin          | 01/10/2019 | 33  | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Barra dos Crioulos/Projeto Pedra de Ferro/Bamin | 01/10/2019 | 6   | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Piripiri/Projeto Pedra de Ferro/Bamin           | 01/10/2019 | 5   | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Paga Tempo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin         | 01/10/2019 | 50  | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Açoita Cavalos/Projeto Pedra de Ferro/Bamin     | 01/10/2019 | *   | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água             |
|  | Pindaí                  | Com. Tapera/Projeto                                  | 01/10/2019 | 30  | Uso e preservação/   |

|                           |                      |  |            |    |  |
|---------------------------|----------------------|--|------------|----|--|
|                           |                      | Pedra de Ferro/Bamin                             |            |    | Diminuição do acesso à Água                    |
|                           | Pindaí               | Com. Novo Horizonte/Projeto Pedra de Ferro/Bamin | 01/10/2019 | 30 | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água |
|                           | Pindaí               | Com. Brejo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin          | 01/10/2019 | 30 | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água |
|                           | Pindaí               | Com. Rega Pé/Projeto Pedra de Ferro/Bamin        | 01/10/2019 | 8  | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água |
|                           | Pindaí               | Com. Lagoa da Pedra/Projeto Pedra de Ferro/Bamin | 01/10/2019 | 60 | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água |
|                           | Pindaí               | Com. Vargem/Projeto Pedra de Ferro/Bamin         | 01/10/2019 | 30 | Uso e preservação/ Diminuição do acesso à Água |
|                           | Piripá               | Comunidade Bonito                                | 05/06/2019 | 22 | Uso e preservação/ Divergência                 |
| Conflitos por Água (2020) | Cordeiros            | Com. Pedra Branca                                | 11/06/2020 | 50 | Uso e preservação/ Destruição e ou poluição    |
|                           | Vitória da Conquista | Quilombo da Fazenda Velame                       | 24/09/2020 | 1  | Uso e preservação/ Contaminação por Agrotóxico |

Fonte: Cadernos da CPT Conflitos no Campo Brasil de 2019 e 2020.

\*Dados não catalogados.

Esses conflitos são, sobretudo, por terra e por água, sendo produto da organização das classes proprietárias personificadas em fazendeiros, grileiros, empresas capitalistas dos setores energético e mineral, entre outros que apropriam-se da terra e dos seus recursos para fins econômicos – tendo seus interesses subsidiados pelo Estado – atingindo milhares de famílias que por vezes constituem relações seculares na terra de trabalho para a reprodução da vida, visto que a partir do real concreto delineamos algumas dessas contendidas.

Nos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça, Cândido Sales, Encruzilhada, Itambé, Ribeirão do Largo, entre outros, tem-se ocorrido vários conflitos por água principalmente sob as margens do Rio Pardo e seus afluentes. De acordo com o Fórum de Entidades e Movimentos Sociais da região, 90% do volume de águas da Bacia são represadas para irrigação de monoculturas do agronegócio, como café e eucalipto, além da pecuária extensiva, considerado um “sequestro” para as

comunidades locais que utilizam menos de 10% das águas, e que está explicitado na fala de uma camponesa da região.

Assim aqui na nossa comunidade é uma comunidade pequena né com bastante pequenos produtores, só que existe alguns grandes produtores e assim o que a gente enfrentou de dificuldades que uma certa forma o conflito é a grande produção aqui da agropecuária extensiva que ela acaba em algumas situações que agride o meio ambiente né tipo aqui mesmo o uso do dos defensivos químicos, acaba que polui a água né, a gente sabe também que a pecuária extensiva ela tem vários efeitos negativos na comunidade; é um dos principais conflitos. (Entrevistada 08. Entrevista concedida em 25 de março de 2021).

Esses problemas vão se agravando com o desmatamento, com a produção de celulose e carvão para a siderurgia, com a redução das reservas hídricas subterrâneas, desaparecimento de nascentes, perda do volume de água dos rios, sendo isto o avanço do que os movimentos sociais camponeses locais denominam de “Deserto Verde”.

Além disso, o Fórum ressalta a gravidade dos agrotóxicos nos eucaliptais da região na utilização de glifosato (Roundup) da Monsanto/Bayer, um veneno que contamina as águas, o lençol freático e os solos dessas áreas; além do uso da sulforamida para combater as formigas. No que toca ao herbicida químico Roundup, suas substâncias também provocam elevados índices de intoxicação humana, que podem levar também a casos de câncer, lesões respiratórias e cardíacas, entre outras doenças.

Essas práticas predatórias prejudicam a agricultura camponesa, conforme os relatos da equipe da CPT, provocando muitas vezes a expulsão dos seus sujeitos da terra e a redução da produção de alimentos; à medida que com muita atuação das entidades e movimentos sociais da região, leis de restrição à expansão do monocultivo foram implementadas em Barra do Choça, Piripá, Cordeiros, Maiquinique e Itarantim; ao passo que no município de Encruzilhada esse processo ainda não concretizou-se como apontado no depoimento de uma camponesa:

[...] aqui na região do Rio Água Preta [...] que esse rio hoje ele já não é mais fluente e era o rio que abastecia Encruzilhada né, o nosso município há anos atrás, abastecia todos os ribeirinhos porque banha aqui o nosso município; mas decorrente assim de desmatamento né, de outras coisas que o homem vem destruindo, vem fazendo na sua nascente, e o rio não flui mais hoje. Inclusive no nosso município [...] há uns anos atrás as comunidades fizeram né, do município todo,

fizeram um levante e arrecadaram assim assinaturas da população, porque no nosso município tem uma área muito extensa de plantio de eucalipto e isso acaba acarretando alguns problemas né pro município como infertilidade do solo e tantas outras coisas que vem ocasionando; então algumas pessoas de comunidades se reuniram, coletaram essas assinaturas e a gente deu início a uma Lei de Iniciativa Popular [...] que ela foi levada até a Câmara, mas até hoje não temos resposta com relação a ela. Essa Lei faria com que o plantio de eucalipto, monocultivo de eucalipto na região não se estende mais, então esse era o intuito dela. (Entrevistada 09. Entrevista concedida em 26 de março de 2021).

Através das entrevistas com camponeses e integrantes da equipe da CPT, verificamos que outros conflitos por terra e água na região envolvem os municípios de Caetité, Pindaí e Guanambi. Desde o século XVIII seus solos – em especial os de Caetité – foram visados pela exploração mineral como acontecia na exploração do ouro na Chapada Diamantina, e que ampliaram-se entre 1900 e 1980 com a exploração de Ametistas por alemães. No período da ditadura militar há uma intensificação da exploração com a descoberta do minério de ferro, estendendo-se até o município de Licínio de Almeida por uma subsidiária da Vale do Rio Doce, a Urandi S.A. Com a privatização da Vale, novas explorações voltam-se para a extração do Urânio, em que um grupo empresarial do Cazaquistão com nome fantasia no Brasil de Bahia Mineração S.A – conhecida também como Bamin – confrontou-se diretamente com as comunidades camponesas locais ao se apropriar das suas terras para a mineração.

Nesse interim, os conflitos tomam maiores proporções como a exemplo da negação ao reconhecimento público das Comunidades Tradicionais Quilombolas de Antas e Palmito, que foram reassentadas em uma pequena área de comodato e com pouca reserva de água na Comunidade de Guirapá, município de Pindaí. Esse reconhecimento não foi concretizado por manobras jurídicas perpetradas pela Bamin, que, por sua vez, consegue atingir seus objetivos através da miséria, da violência, da grilagem, da expropriação dos sujeitos históricos, da espoliação dos recursos naturais, dentre outras formas destrutivas, ao tempo em que não cumpre com as devidas indenizações às comunidades.

Os sujeitos dessas áreas, como tantos outros que socializam a vida no campo como explicitado pelo entrevistado 7, tinham historicamente o costume da solta de gado, plantação de diversos cultivos nas lavouras entre outros trabalhos realizados na terra que eram apropriados de forma coletiva. Com a especulação das terras,

fazendeiros cercaram paulatinamente as mesmas e as venderam para a Bamin, prática contestada pelas comunidades como a de João Barroca, distrito de Brejinho das Ametistas em Caetité, uma vez que várias destas terras são devolutas e de uso tradicional, contexto este que gera conflitos fundiários entre os empreendimentos de mineração e as comunidades camponesas da região, sendo que:

[...] o grande centro desse conflito envolve a área onde vai ser construída a barragem de rejeito porque essa barragem de rejeito ela vai ficar sobreposta a vinte e três nascentes que atende várias comunidades de Caetité mas principalmente de Pindaí, envolvendo aí várias comunidades rurais do distrito de Guirapá. [...] A Bamin negligencia essas nascentes no estudo que ela faz de impacto ambiental, e usa dados falsos sobre pontos geográficos e referencial dessa área onde ela deveria apresentar o que é a realidade, por exemplo, onde existe altas vegetações, árvores de grande porte existe constando no seu estudo pontos que coloca como se houvesse uma vegetação rasteira com baixa densidade para viabilizar a construção da barragem nesse perímetro né, que para ela seria um espaço adequado porque evitaria tanto custo por estar bem próximo de onde vai haver a exploração mineral; só que isso inviabiliza essas vinte e três nascentes e a água que vai atender as populações de Caetité mas também principalmente de Pindaí que diretamente são, aliás indiretamente, chega a três mil famílias no estudo que a gente fez a partir da Comissão Pastoral da Terra-CPT. (Entrevistado 07. Entrevista concedida em 23 de março de 2021).

Estes projetos objetivam também rebaixar os lençóis freáticos nas áreas cobiçadas pelos empreendimentos de mineração que impactarão tanto na produção dos agricultores locais, que utilizam-se destas águas reunidas em poços artesianos, quanto no consumo das famílias e na comercialização dos alimentos. Um outro agravante é a localização na proposta da construção da barragem de rejeito pelo Projeto Pedra de Ferro da Bamin, pois se houver rompimento desta barragem, como aconteceu em Brumadinho e Mariana-MG, os rejeitos seguirão para a barragem de Ceraíma, que atualmente não tem estrutura para suportar este material, correndo-se o risco de um desastre ambiental e letal que atingiria a cidade de Guanambi-BA, com uma população atual estimada em 90 mil habitantes. Na tentativa de evitar uma tragédia anunciada, a CPT articulada com os movimentos sociais da região promovem formações, ações e campanhas contra esse projeto como mostrado na figura 7<sup>32</sup>:

---

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.integracaobahia.com.br/v1/2019/06/06/contra-construcao-de-barragem-de-rejeito-povo-toma-as-ruas-de-guanambi-em-protesto/>>. Acesso em 28 mar. 2021.

Figura 7 – Protesto em Guanambi-BA contra a construção da barragem de rejeito pela Bamin, junho de 2019



Fonte: Site Integração Bahia (2019)

Vale ponderar que para além dos projetos da mineração, na região segue sendo construída a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) abarcando um trecho de 1.527 quilômetros, com variações de sua concretude, pois alguns estão praticamente finalizados e outros sem nenhuma produção iniciada. A obra com uma década, sendo iniciada em 2011, é financiada pelo Estado sem previsões de conclusão e pretende ligar Figueirópolis-TO a Ilhéus-BA, onde se construirá o Porto Sul, destino principal da produção do agronegócio e do minério extraído pela Bamin em Caetité (Entrevistado 07. Entrevista concedida em 23 de março de 2021).

Estas obras vem gerando transtornos à vida de inúmeros camponeses do Centro-Sul da Bahia como na Comunidade Curral Velho em Caetité – conforme apontado em entrevista por um dos integrantes da equipe da CPT – posto que a construção da ferrovia corta-a ao meio, e por meio de explosivos provoca detonações que danificam as casas, instalações, comprometendo a segurança dos seus moradores, ao tempo em que prejudica a produção agrícola e os modos de vida socializados na comunidade. Diante desse dilema, muitos dos camponeses manifestam-se contrários à obra, e são perseguidos até mesmo por decisões judiciais que asseguram a continuidade das obras, situação esta que mostra a ação do Estado para a circulação do capital e sua realização ampliada no atual modo de produção.

Um outro conflito no campo da região vem ocorrendo na Comunidade Taquaril dos Fialhos, município de Licínio de Almeida-BA. Com trajetória centenária, ela é formada atualmente por 32 famílias que se reproduzem em aspectos sociais, econômicos e culturais; seja na produção diversificada de alimentos (frutas, hortaliças,

grãos, cana de açúcar), na criação de animais, dentre outros trabalhos desenvolvidos em áreas de transição entre os biomas da Caatinga e do Cerrado baiano, possuindo riquezas como água em abundância e biodiversidade (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2021).

Segundo as informações coletadas pela equipe da CPT e por moradores da comunidade situada na denominada Serra do Salto, esta área comporta várias nascentes vislumbradas na figura 8 que desaguam no Rio do Salto e abastecem a barragem do Truvisco, sendo estas águas a única fonte de abastecimento para várias comunidades camponesas locais, bem como para Licínio de Almeida e outros municípios circunvizinhos: Caculé, Rio do Antônio e Guajeru.

Figura 8 – Nascentes da Comunidade Taquaril dos Fialhos, Licínio de Almeida-BA (2020)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Em torno de doze anos Taquaril dos Fialhos e a Serra do Salto vem enfrentando diversas investidas de empresas ligadas à mineração, ao passo que atualmente encontram-se ameaçados por um projeto da Companhia do Vale do Paramirim que pretende instalar um novo pólo de exploração mineral numa área de 12 mil km<sup>2</sup>; sendo que uma vez implantado, o projeto destruirá todo o território da comunidade e afetará o abastecimento de água destinado hoje a aproximadamente 16 mil famílias (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2021); situação esta que vem preocupando os

sujeitos locais, mas ao mesmo tempo os leva a reagir para que todos os afetados sejam contrários ao empreendimento e não permitam sua concretização:

Bom então é o medo nosso é esse [...] é a briga nossa pra não existiu o minero. A gente sempre conversa com algumas pessoa de outras comunidade aí porque na realidade as pessoas parece que não tá se tocando que não vai afetar só nós, diretamente sim, mais i tem a água do rio que abastece nem só nós aqui, vai ser tudo contaminada, creio eu né pelos histórico que gente vê aí de outras mineradora. (Depoimento de camponês da Com. Taquaril dos Fialhos concedido à equipe da CPT, 2020).

Diante dessa problemática em julho de 2020 foi lançada – com a colaboração de várias entidades e movimentos, dentre eles a CPT e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) – a campanha “Em defesa das Nascentes da Serra do Salto” amplamente divulgada pelas redes sociais, compilando também um abaixo-assinado solicitando a feitura de um estudo técnico que envolva a sociedade em sua construção para viabilizar a proteção ambiental e social da Serra do Salto, iniciativas estas que buscam deter os grandes projetos destrutivos do mercado mundializado em seus territórios (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2021).

Cabe ressaltar ainda que estes conflitos têm sido marcados pelos agravantes pandêmicos da Covid-19, circunstância esta que agudiza as contradições no campo, pois se de um lado o capital permanece com sua marcha exploratória no espaço agrário, do outro lado os sujeitos camponeses passam por inúmeros ataques, a exemplo dos que vivem na área de construção da FIOLE e precisam sair do isolamento de suas casas nos momentos de detonação, à medida que sofrem pelos prejuízos tanto materiais quanto de risco de contaminação causados pela obra. Nesse sentido:

Como dinâmica excludente de perpetuação, a criminalização e abandono das famílias rurais manifestaram-se de forma específica em cada momento de nossa história. No entanto, desde a década de 1960 o fenômeno tem assumido a forma de uma crescente invasão neocolonialista no campo pelas grandes empresas ou conglomerados internacionais que passaram a dominar, pela lei do capital, grande parte do território brasileiro. Nesta lógica, o campesinato e suas formas de vida continuam, ainda com mais força, a serem denominadas como atraso ao desenvolvimento do país. Justifica-se, com isso, o abandono histórico do tema Reforma Agrária ao mesmo tempo em que aumentam exponencialmente os conflitos no campo. Daí, o problema sociopolítico até hoje não resolvido em nossa sociedade, criado pelas perseguições e torturas realizadas na ditadura militar, tanto na cidade quanto no campo, nunca pode ser esquecido, justamente porque ele continua atual. (SANTOS, 2014, p. 191).

Nessa conjuntura a CPT no Centro-Sul da Bahia, mesmo ao seguir com suas inúmeras ações vem passando por diversos impecilhos no percorrer das suas “labutas”, pois estas são concomitantes as dificuldades do campesinato na região, tanto pela reprodução social dos seus sujeitos na terra quanto pela organização da luta política dos seus trabalhadores no enfrentamento aos ditames do sistema capitalista.

Indagados se sofrem oposição por parte de algum segmento da sociedade civil, um dos antigos participantes da equipe da CPT chama a atenção de que os primeiros a negarem apoio ao trabalho desenvolvido pela pastoral são muitos dos próprios membros da Igreja, “[...] sobretudo nas últimas décadas quando a Teologia da Libertação passou a ser perseguida pela hierarquia católica e as CEB’s se tornaram “obsoletas e marginais” dentro das atuais estruturas paroquiais” (Entrevistado 02. Entrevista concedida em 04 de agosto de 2020), contexto este, portanto, de diminuição das CEB’s, bem como de bispos, padres, leigas e leigos progressistas em decorrência do avanço do conservadorismo no catolicismo.

Estas oposições, conforme o entrevistado 3, são direcionadas por católicos conservadores que desprezam a ‘Igreja Viva’, por fora dos templos como vem propondo o atual Papa Francisco, e que vai ao encontro dos pobres massacrados pelo atual sistema sob as inspirações do Concílio Vaticano II, propiciando aproximações entre as causas sociais e espirituais no catolicismo. Contrário a estes propósitos, o conservadorismo da/na Igreja “[...] propõe uma igreja fechada numa fé desencarnada da realidade que o povo vive” (Entrevistado 03. Entrevista concedida em 11 de agosto de 2020); contexto este que tem gerado contrastes e divisão por dentro da própria instituição religiosa.

As disparidades existentes no catolicismo são advindas de distintas materializações sociais e históricas da prática religiosa dos seus integrantes, visto que na contemporaneidade seus antagonismos são protagonizados de um lado pela ala da Teologia da Libertação organizada nas Pastorais Sociais – dentre elas a CPT – que visam a superação das desigualdades de classe por meio da justiça social, espelhando-se nos ensinamentos e no testemunho de Jesus que na terra viveu na pobreza e lutou pelos seus, excluídos da sociedade. Baseiam-se ainda nas primeiras comunidades cristãs que viveram literalmente a *práxis* comunal tanto na dimensão da fé quanto na partilha da vida cotidiana, e nas contribuições do movimento teológico

de libertação às lutas históricas das classes camponesa e proletária da América Latina, ao passo que:

As Pastorais Sociais, movidas pela indignação, compaixão e solidariedade, levantam uma voz profética, denunciando não só a indiferença e o descaso dos responsáveis políticos e econômicos, mas também o sistema capitalista, baseado na busca desenfreada do lucro a qualquer preço, que marginaliza e abandona na pobreza e na miséria setores inteiros da população. À sociedade construída sobre a concentração da riqueza e do poder, sobre a concorrência violenta e o individualismo, as Pastorais Sociais opõem uma sociedade integrada a partir dos valores do Evangelho: solidariedade, justiça, igualdade, partilha, uso responsável e solidário dos bens da terra. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2008, p. 83).

Contra-pondo-se a isso, a ala conservadora da Igreja Católica vem agregando em seus espaços as chamadas “novas comunidades” que ancoram-se na Teologia Neopentecostal, cuja base é encontrada nas Igrejas evangélicas protestantes, sendo que ambas consideram apenas a dimensão espiritual dos louvores carismáticos e do culto divino das primeiras comunidades cristãs, sendo que suas práticas também são disseminadas nos territórios camponeses. Desprezam assim os reais problemas da sociedade, provocam impasses às lutas sociais e para além disso, grande parte dos seus sujeitos comungam dos postulados conservadores da direita e as irracionalidades da extrema-direita: autoritarismo, controle, exploração, corrupção, alienação, patriarcalismo, fascismo, fundamentalismo religioso etc. indispensáveis à manutenção dos interesses capitalistas; à medida que suas (im)posturas influenciam/contribuem diretamente nos retrocessos vividos pelo conjunto da sociedade brasileira.

Tal imblóglio faz com que a máxima marxiana de que a religião “é o ópio do povo” torne-se pertinente para pensarmos a unidade dialética da religiosidade no cristianismo, pois ao mesmo tempo em que por séculos a Igreja mantém-se presente e influente no poder econômico opressor da classe burguesa, aproxima-se e contribui nas experiências de atuação política das classes exploradas da sociedade pela libertação dos seus sujeitos sociais. Cabe acrescentar que:

Alguns falaram de crise da teologia da libertação. Há crise quando uma instituição ou um processo é questionado por novas circunstâncias e claramente deixa de responder às expectativas dos novos tempos. Esse não é o caso da teologia da libertação. Não ficou abalada pelos acontecimentos da última década. Alguns achavam que a queda do socialismo provocaria uma desintegração da teologia da libertação.

[...] As teses da teologia da libertação permaneceram todas, independente do destino das sociedades socialistas. (COMBLIN, 1996, p. 352).

Mesmo com a continuidade da teologia libertadora em diversos conteúdos sociais, no campo representados pela CPT, verifica-se também que outros entes da classe dominante se opõem à atuação da pastoral, dentre eles:

Empresas, que de qualquer forma tentam se apropriar dos recursos naturais que deveriam ser comuns a todos os indivíduos de maneira que pudessem ser usados para resolver os problemas de todos e não gerar concentração onde uns ficam com toda riqueza e a grande maioria [...] na pobreza; Os grileiros de terra que tentam se apropriar das terras de uso comum das comunidades e são a todo momento questionados pelo trabalho da CPT – para esses a CPT é sua pior inimiga por que além de questionar defende a terra nas mãos de quem é de direito – os posseiros; O Estado, como grande incentivador e financiador de todos os agentes causadores de violações e principal mentor do desenvolvimentismo que prioriza o capital e nega os direitos das comunidades. Flexibilizador de leis, criador de decretos que retiram direitos das comunidades para favorecer as empresas e latifundiários. Isso em todas as esferas seja municipal, estadual e federal. (Entrevistado 03. Entrevista concedida em 11 de agosto de 2020).

Os “desafetos” para com a atuação da pastoral surgem, para o entrevistado 4, por conta da implantação dos projetos de mineração, do monocultivo do eucalipto e das obras de infraestrutura (FIOL, Porto Sul) na região destinadas a atender o mercado econômico mundializado; processos estes que apropriam-se dos recursos naturais (terra, água, minerais, ar, sol) contidos nas comunidades onde a CPT tem atuado, fazendo com que sua equipe local sempre esteja ao lado dos sujeitos camponeses atingidos pelas iniciativas mercadológicas e opondo-se a elas; ao tempo em que nessa problemática “[...] o Estado quando não é conivente é omissor. Por vezes financia, licencia e não produz a fiscalização devido a empreendimentos que oprimem as populações empobrecidas” (Entrevistado 04. Entrevista concedida em 06 de agosto de 2020).

Para o entrevistado 3 as investidas das empresas, apresentadas na aparência como uma “redenção” para a região, propiciam em sua essência a extração das riquezas da terra convertidas em *commodities* para atender interesses comerciais de outras tantas partes do mundo, deixando somente danos nas comunidades seja na destruição da natureza ou na ampliação da miséria social que direcionam os

camponeses, por exemplo, à mobilidade do trabalho para as periferias das cidades e nelas tornam-se muitas vezes sujeitos da informalidade, dada a escalada do desemprego estrutural.

Os entes proprietários e capitalistas da/na região, nesse processo, atentam contra o trabalho da equipe pastoral devido entenderem “[...] que a CPT traz luz dos reais interesses das empresas nas comunidades” (Entrevistado 05. Entrevista concedida em 05 de agosto de 2020); perseguindo do mesmo modo os demais movimentos sociais locais que, segundo o entrevistado 2, atuam em favor da reforma agrária, da preservação ambiental e pelo direito do acesso dos camponeses aos recursos hídricos, bem como por condições justas de reprodução da vida e do trabalho no campo, pela demarcação das terras indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais, sendo estas ações atingidas pelas ameaças e mortes violentas ocorridas no espaço agrário da região, podendo ser provocadas até pela ação e/ou conivência de latifundiários ‘de fé e de bem’. Diante da perplexidade dessa situação:

Aos “católicos” latifundiários que escravizam o povo de nossa região – eles mesmos alienados, muitas vezes pela conivência interessada ou cômoda de certos elementos eclesiais – pediríamos, se nos quisessem ouvir, um simples pronunciamento entre sua Fé e o seu egoísmo. “Não se pode servir a dois senhores” (Mt 6, 24). Não lhes adiantará [...] patrocinar o “Natal do pobre” e entregar esmolas para as “Missões”, se fecham os olhos e o coração para os peões escravizados ou mortos nas suas fazendas e para as famílias de posseiros que os seus latifundiários deslocam num êxodo eterno ou cercam sadicamente fora da terra necessária para viver. Leiam o Evangelho, leiam a primeira carta de São João e a carta de São Tiago... É fácil [...] encobrir [...] a verdade dos fatos, a realidade. Deus vê. E o povo sabe cada dia mais o que sofre, e não esquece (CASALDÁLIGA, 1971, p. 28).

Dessa forma, os constantes ataques sobre a equipe da CPT e sobre os camponeses na luta pela terra no Centro-Sul da Bahia são simultâneos, ao tempo em que ambos buscam ser renitentes às investidas do Estado e do Capital sobre seus modos de vida e de ação política em defesa da terra de trabalho, pois como “[...] patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (WOORTMANN, 1990, p. 12).

Outros problemas apontados pela equipe local da CPT estão relacionados a questões estruturais e conjunturais haja vista que, por meio dos esclarecimentos do

entrevistado 5, em nível estrutural os diversos organismos de luta social da região, assim como a CPT, não dispõem de uma infraestrutura adequada que por consequência sobrecarrega seus agentes pastorais, e diante da falta de recursos próprios a equipe faz “milagre” com as contribuições financeiras oriundas do exterior, processos estes que muitas vezes levam os membros da pastoral ao desânimo por lidarem com tantos conflitos com muitas perdas e poucas conquistas, a exemplo das dificuldades em colaborar na organização das lutas dos assentamentos e dos raríssimos acampamentos. Posto isso:

Não são poucos os exemplos de homens e mulheres comprometidos com a caminhada pastoral de libertação que relatam tempos de crise, de trevas e de tentações: abandonar o caminho, seguir uma via mais fácil, acomodar-se. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2008, p. 63).

Ao referir-se sobre as questões conjunturais, o entrevistado 4 assevera que muitos dos conflitos emergem do individualismo, do patriarcado e do machismo, todos estes marcados pela constituição da propriedade privada na divisão social e territorial do trabalho, que reforçam as desigualdades tangenciadas no campo e impõem barreiras às suas lutas, pois frente ao fomento do modo de produção hodierno pelo individual, pela divisão do “[...] “cada qual por si” [...] há o drama da desigualdade social, do vício, do abandono, da exclusão. O espírito da luta solidária está sendo golpeado e enfraquecido” (MOSCONI, 2003, p. 198).

Além disso, é na conjuntura brasileira que estão sendo potencializados os atentados aos movimentos sociais do campo. No cotidiano da luta pela terra e pelo trabalho nos territórios camponeses do Centro-Sul Baiano as mobilizações sociais continuam a acontecer, mesmo que diante dos processos de criminalização da luta pela terra que levaram conseqüentemente a um recuo das ações do movimento e as dificuldades na sua articulação, e que são decorrentes da cooptação dos movimentos sociais pelos governos do PT em nível nacional – pois ao mesmo tempo em que ‘apoiavam’ as bandeiras da luta social camponesa, destinaram todo o aparato do Estado pela via da lei para o avanço do agronegócio no país e a criminalização das lutas e reivindicações dos camponeses.

Insatisfeita com a política do consenso realizada pelos governos ditos progressistas, a classe dominante – diante da ‘insaciável’ ânsia do capital em crise de auferir sempre mais valor – produziu o golpe parlamentar/jurídico/midiático de 2016,

que tem seus rebatimentos na massiva desarticulação dos movimentos sociais, sejam eles do campo ou da cidade, situação esta que diante dos seus efeitos catastróficos, agudizou-se na eleição presidencial de 2018 com a ascensão do candidato de extrema-direita que “reza” a cartilha do nazifascismo e vem buscando reproduzi-lo de variadas formas no exercício do seu poder no executivo.

Suas ações giram em torno do apoio incondicional a bancada 5B do legislativo; da sua agressão às populações pobres e periféricas, às mulheres, aos pretos, aos LGBTQIA+, do seu ataque aos meios de comunicação; dos cortes profundos nas políticas públicas de Estado e de governo destinadas às camadas mais pobres do país; da sua apologia à nefasta ditadura militar brasileira instaurada em 1964; do seu oportunismo ao recíproco apoio dos católicos e evangélicos conservadores; do apoio às queimadas e ao desmatamento que destroem a natureza e os territórios indígenas, quilombolas e de outros tantos camponeses para a produção do agronegócio; do apoio à ampliação do armamento das milícias e da violência no campo; da polarização política nacional e da sua instabilidade na geopolítica mundial, entre outras perversidades que recebem apoio dos seus semelhantes.

Estas nuances não são vistas por uma parcela dos brasileiros que o constituem um ‘mito’ dado o aprofundamento da alienação política desta fração da sociedade em nosso país, visto que:

[...] infelizmente, o que se sente, dia a dia, com mais força aqui, menos ali, em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. Mitos que, voltando-se contra ele, o destroem e aniquilam. É o homem tragicamente assustado, temendo a convivência autêntica e até duvidando de sua possibilidade. Ao mesmo tempo, porém, inclinando-se a um gregarismo que implica, ao lado do medo e da solidão, que se alonga como “medo da liberdade”, na justaposição de indivíduos a quem falta um vínculo crítico e amoroso, que a transformaria numa unidade cooperadora, que seria a convivência autêntica (FREIRE, 1977, p. 45).

Não bastasse estas calamidades, no trato com a pandemia da Covid-19 o mandatário do executivo federal e seu governo efetiva práticas eugenistas oriundas de suas irracionalidades ao não imunizar a população por não adquirir vacinas, negar a ciência e suas pesquisas a respeito dos riscos e prevenções diante da circulação do vírus, gerando um caos sanitário de grandes proporções que tem ceifado tragicamente a vida de centenas de milhares de brasileiros – principalmente os que encontram-se

na condição de miserabilidade – criando uma ampla instabilidade social, política e econômica no país; mas que não deixa de compactuar com o papel classista do Estado “[...] porque o Estado garante a ordem – que é, contudo, a manutenção dos privilégios de alguns” (Entrevistado 04. Entrevista concedida em 06 de agosto de 2020).

Na esteira dessas contradições, a equipe local da CPT compreende que o atual governo brasileiro enxerga os movimentos sociais de luta pela terra como “inimigos e terroristas” endossando a atual legislação contrária às mobilizações camponesas, ao passo que essa problemática lhes gera muita preocupação uma vez que os movimentos sociais sempre foram trincheiras de organização e de luta da sociedade. O entrevistado 3 acrescenta que as perseguições do Estado aos movimentos sociais vão contra a própria democracia e o direito dos povos do campo de se manifestarem ante as opressões que vivem no dia a dia, haja vista que as principais transformações, conquistas e ‘gritos’ de liberdade ocorridos no país deram-se pela contribuição/organização dos movimentos sociais.

Especificamente no campo, essa realidade materializou-se a exemplo da conquista da terra de muitos assentamentos de reforma agrária, da realização das políticas de convivência com o semiárido no nordeste e em nossa região, entre outras demandas acessadas através de muitas lutas. Assim, “[...] esse processo de criminalização tira do povo o direito de continuar reivindicando condições para melhoria da vida e até mesmo defender sua liberdade” (Entrevistado 03. Entrevista concedida em 11 de agosto de 2020), um tema que também é destacado pela análise de um outro integrante da equipe da CPT:

Esse tema tem a ver com questões estruturais. Porque os movimentos sociais esbarraram nessa estrutura do Estado de manutenção da ordem, a luta, ficou “limitada” a chegada ao poder. Assim, as questões sobre de quem sempre foi o poder e de quem sempre teve a posse da terra precisam ser aprofundadas. Os movimentos sociais do Pós Ditadura tinham um caráter, a meu ver, bem mais combativos, nesse caso, o que restou dali precisa ser extirpado. Assim, o liberalismo se torna neoliberalismo, o desenvolvimento, neodesenvolvimentismo e tantos outros “neo”. Como não bastasse, agora o fascismo ou neofascismo, qualquer um destes, predestinados a calar todas as iniciativas políticas de outro projeto que não seja o da acumulação e da superexploração. A calar a boca de alternativas ao machismo, pois o homem, o branco, o macho patriarcal é “intocável”. Viver na luta importa enfrentar todos estes aspectos que compõe a estrutura político organizativa da sociedade. A CPT tem pensado muito em alternativas a outro projeto de relações na sociedade. Esta é nossa

vivência. (Entrevistado 04. Entrevista concedida em 06 de agosto de 2020).

Diante dos limites atravessados pela CPT para a territorialização das suas ações, concordamos com os delineamentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2008) ao apontar que na divisão das relações sociais de classe, em que abismos separam poucos ricos dos muitos pobres, haverá sempre um contraste no reconhecimento social do seu trabalho pastoral, pois para alguns ele será reconhecido como libertador, para outros ele será uma ameaça à ordem estabelecida, fazendo com que ele torne-se inviabilizado.

Todavia, mesmo com estes problemas no decorrer de sua trajetória histórica, a CPT por meio da resistência continua firme nos seus propósitos libertários para a terra e seus sujeitos sociais posto que no percorrer das dificuldades que enfrentam, as estratégias em vista da luta pela reprodução camponesa também são traçadas cotidianamente pela pastoral.

#### **4.3 Estratégias utilizadas pelo movimento pastoral em vista da libertação social dos sujeitos camponeses no Centro-Sul Baiano**

As dinâmicas dos movimentos sociais do campo vão sendo efetuadas de acordo com as dinâmicas gerais da sociedade brasileira e mundial, haja vista que em nossos dias as determinações desiguais das relações sociais vão impactando fortemente no encaminhamento das lutas de classe nos territórios camponeses; ao passo que nesse turbulento momento histórico, a atuação da CPT e suas lutas encontram-se posicionadas na dimensão da resistência social.

Observa-se que a resistência nesse processo pode ser exercida como uma alternativa de sobrevivência da luta pela terra e dos seus sujeitos frente aos avassaladores reordenamentos do sistema capitalista no campo, ou podendo estar imbricada às tendências vazias das leituras de mundo pós-modernas dirigidas às formas de sociabilidade do campo, nas quais muitos dos movimentos sociais acabam incorporando seus ideais individualizadores; sendo que compreendemos ser este segundo aspecto da resistência um esfacelamento dos fundamentos centrais/coletivos dos movimentos políticos de luta camponesa, ao passo que para além das fragmentações:

Como, então, pode algum de nós falar de mudança social sem ao mesmo estar preparado, em termos tanto mentais como físicos, para alterar a si mesmo? Inversamente, como poderemos transformar a nós mesmos sem transformar o nosso mundo? (HARVEY, 2004, p. 307).

Diante disso, é necessário que os movimentos sociais camponeses reflitam de imediato sobre seus percursos atuais em seus espaços formativos, verificando os limites contidos na dimensão da resistência e balizando suas estratégias renitentes de ação na totalidade da luta revolucionária ante ao avanço contraditório do capital em seus territórios, uma vez que é inviável a facultação das subjetividades sem a garantia da objetividade social ontológica no real concreto, pois “[...] ao mudar o nosso mundo, mudamos a nós mesmos” (HARVEY, 2004, p. 307).

Feitas essas colocações, nos atentamos sobre as estratégias de resistência agregadas pela equipe da CPT na sua atuação no Centro-Sul Baiano em vista da permanência dos camponeses que historicamente reproduzem a vida na terra, bem como das lutas territorializadas pela terra para aqueles que ainda não a acessaram de maneira plena.

A respeito disso, o entrevistado 2 entende que na construção das mobilizações da pastoral, torna-se sempre plausível questionar a ordem hegemônica capitalista e a contrapor, buscando que as demandas essenciais dos camponeses – terra, água, instrumentos produtivos etc. – sejam asseguradas para a manutenção da sua condição social na terra de trabalho e, para além delas, sendo apoiados com assistência técnica adequada, acesso à educação do campo, moradia, cultura, lazer, dentre outras necessidades.

Além disso, aponta que é preciso uma aproximação dos movimentos sociais do campo e da cidade em seus interesses similares, como no acesso à terra, pois a união – em meio as particularidades das lutas – favorece os objetivos a serem atingidos pelos camponeses e proletários, ao tempo em que os sujeitos do campo possam buscar o fortalecimento específico de suas comunidades num diálogo intergeracional em seus modos de vida, de cultura, de produção saudável de alimentos equilibradas com a natureza, entre outras práticas (Entrevistado 02. Entrevista concedida em 04 de agosto de 2020). Em acordo a essas proposições, o entrevistado 3 destaca que:

Nesse momento [...] é preciso muita articulação, construir o máximo de unidade possível em torno de pautas que entendemos ser comuns, entender que a terra precisa cumprir sua função social e os camponeses e camponesas são os verdadeiros protagonistas. Para

isso defender territórios livres de toda essa ocupação desenfreada pelo grande capital, assegurar o direito a permanência dos/as camponeses/as na terra com todas as condições necessárias a produção (Entrevistado 03. Entrevista concedida em 11 de agosto de 2020).

No seguimento a esta perspectiva, o entrevistado 3 destaca que a equipe da CPT vem atuando e assessorando as comunidades da região em seus processos territoriais de permanência e resistência social, no interesse de que a pequena produção dos agricultores na terra e seu protagonismo sejam respeitados na amplitude das relações em sociedade, ao tempo em que a pastoral motiva os sujeitos do campo a conceberem suas próprias iniciativas de luta.

De igual modo, busca atuar em defesa desses sujeitos frente a ofensiva dos projetos do grande capital – mineração, ferrovias, parques eólicos, produção de mercadorias para o agronegócio etc. – nas suas áreas de reprodução social, pois estes empreendimentos chegam ‘ferindo’ aqueles que vivem nesse contexto. Nesse horizonte conflitante a atuação da pastoral os incentiva, por exemplo, a denunciar as invasões dessas empresas ou qualquer outro tipo de ameaça sofrida.

Consonantes a essas ações, o entrevistado 4 adverte que a formação e a comunicação também são estratégias necessárias e indispensáveis nesse processo renitente, sinalizando que o papel e o compromisso da CPT é de contribuir nas possibilidades de uma ampla reflexão sobre a realidade para a realização das lutas no espaço agrário, como no pensar o papel do Estado na sociedade, de sua vinculação às classes dominantes e de que sua estrutura nega os sujeitos pobres e oprimidos do campo, visto que estes por sua vez não devem reconhecê-lo pois o poder estatal é ente do sistema capitalista ao contribuir com o fundamento desigual da propriedade privada da terra e com seus rebatimentos na dialética capital/trabalho, à medida que a atuação da Pastoral nesse processo:

Significa estar junto à caminhada do povo da terra, estar com o povo e suas organizações [...]. Este “estar junto” acontece igualmente nos momentos de conflito, de ameaça de violência do Estado ou dos latifundiários e seus jagunços. A presença da CPT, através de seus agentes, é extremamente humana e solidária. É aquele caminhar lado a lado, não importando o estado de ânimo, porém, sempre animando e encorajando para a luta e para a busca dos objetivos e do povo mais simples e humilde. (DALLAGNOL, 2001, p. 195-196).

Seguindo este entendimento, o entrevistado 5 salienta que a união e a organização dos sujeitos do campo na região são vitais para que seus combates aos ditames do atual modo de produção possam acontecer e favoreçam suas comunidades, sendo que o acesso ao conhecimento e a informação permite com que seus moradores não sejam ludibriados e estejam atentos aos ataques que possam ter de enfrentar; informações estas que devem ser repassadas entre esses sujeitos, muitas vezes viabilizadas pelo trabalho da CPT que promove encontros formativos com estes camponeses para trocarem experiências e fortalecerem, na coletividade, os seus territórios.

Percebemos, dessa maneira, que a atuação da equipe da CPT é firmada em variadas intervenções, a exemplo da sua articulação, parceria e colaboração com os demais movimentos sociais ligados à luta camponesa desde o Centro-Sul Baiano até sob o âmbito internacional vislumbrados nas figuras 9 a 13, dentre eles o MST, MPA, MAM, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento de Trabalhadores/as Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA), Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), CEDASB, Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste da Bahia etc.; com outros movimentos, pastorais e ações da Igreja: CIMI, Cáritas Diocesana, Grito dos Excluídos<sup>33</sup>; com instituições públicas – Universidades; estendendo seu apoio ainda aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações.

Figura 9 – Participação da CPT no encontro do CEAS em Vitória da Conquista-BA (2019)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

<sup>33</sup> Resultante das discussões da Segunda Semana Social Brasileira entre 1993/1994 e da Campanha da Fraternidade de 1995, ambas organizadas pela CNBB; visto que é construído todos os anos geralmente no dia 7 de Setembro – feriado nacional da Independência do Brasil – por meio de manifestações de rua motivadas pelas Pastorais Sociais da Igreja Católica que contam com a participação e parceria de diversos setores da sociedade: entidades, movimentos sociais, instituições públicas etc. em cuja oportunidade ‘gritam’ sobre as desigualdades enraizadas tanto em nosso país quanto no mundo e a necessidade de derrotá-las através da justiça social.

Figura 10 – Contribuição da CPT na Live Bens Naturais e Soberania Nacional do MAM (2020)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Figura 11 – Reunião propositiva sobre as missões populares na Articulação Popular em defesa do Rio Pardo e Corrente (2020)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Figura 12 – Articulação Estadual frente a expansão da mineração nos territórios baianos (2020)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Figura 13 – Participação da CPT no II Encontro Internacional sobre energias renováveis: Brasil, Peru, Bolívia e Alemanha (2020)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Mesmo diante dos obstáculos impostos pelo momento pandêmico em alguns dos encontros expostos nas imagens acima, fica nítido que as articulações estratégicas dos movimentos sociais camponeses continuam a ser realizadas – evidentemente respeitando as medidas de segurança sanitária – pois para eles não convém ‘esfriar’ por completo suas lutas uma vez que o modo de produção continua operando ao atacar os espaços sociais do campesinato. Para além desses momentos, a equipe da CPT chama-nos a atenção de que:

Outros atores importantes para o trabalho são comunidades tradicionais que não estão inseridas em nenhum movimento mas que é onde o trabalho da CPT mais acontece no sentido de ajudar nos processos de organização para defesa e/ou conquista efetiva de

direitos a terra, água, educação, que viabilizem a vida no campo. (Entrevistado 03. Entrevista concedida em 11 de agosto de 2020).

A esse respeito Martins (1994) assevera que o comunitário, nas particularidades do campesinato, aproxima-se às bases históricas da tradição da Igreja Católica que remonta à época das suas primeiras comunidades – e seus modos de vida em comum – nos anos iniciais da era cristã visto que as comunidades camponesas, mesmo com o aprofundamento das desigualdades na atualidade tentam manter, de algum modo, pela via da resistência junto aos movimentos sociais seus modelos históricos de sociabilidade coletiva.

Uma outra expressiva intervenção social da equipe local da CPT no espaço agrário remete-se aos casos de trabalho escravo da região. Apesar da prática da escravidão ter sido abolida institucionalmente em nosso país, o registro de várias ocorrências de trabalho análogo ao escravo apontam que suas marcas continuam a flagelar os trabalhadores no campo brasileiro, diante desses sujeitos estarem expostos à condição de miséria, do desemprego e da concentração da terra, haja vista que, segundo a Comissão Pastoral da Terra (2021), a exploração e os maus-tratos sofridos por esses trabalhadores são provenientes das práticas de aliciamento, também conhecidas por “gatos”, que encaminham estes sujeitos ao trabalho com jornadas exaustivas nas fazendas, sendo que eles são desprovidos de alimentação digna e água potável, vivem em alojamentos insalubres, sem assistência médica e/ou de primeiros socorros, sem equipamentos adequados para a produção etc.

Diante desse processo, a Campanha “De olho aberto para não virar escravo” criada em 1997 e conduzida até hoje pela CPT tanto em todo o território nacional quanto no Centro-Sul da Bahia, conforme exposto nas figuras 14 e 15, visa combater as ocorrências de trabalho escravo na região sobretudo por meio das denúncias – que são a forma mais eficaz dos órgãos públicos tomarem conhecimento sobre a exploração de mão de obra escrava – visto que desde sua gênese até 2019 colaborou com a libertação de 54 mil trabalhadores que sofriam com os riscos de saúde e de vida ocasionados pela escravidão (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2021).

Figura 14 – Cartaz de divulgação da Campanha da CPT de combate ao Trabalho escravo no Brasil (2020)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Figura 15 – Ação prática da CPT na campanha de combate ao Trabalho escravo no Centro-Sul Baiano (2015)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Todas as denúncias de trabalho análogo a escravidão no Centro-Sul Baiano também são catalogadas anualmente pela CPT no Caderno Conflitos no Campo Brasil, sendo que no levantamento mais recente feito pela Pastoral houve o registro de uma ocorrência no município de Ribeirão do Largo, na Fazenda Guanabara em 30/12/2019, com 3 trabalhadores que foram libertos e trabalhavam em área produtiva de pecuária extensiva.

Essa realidade arcaica e desumana reproduzida na região vincula-se à complexidade dos conflitos e contradições do campo que são refletidos/manifestados pela dimensão religiosa do cristianismo da libertação, sendo a Romaria da Terra e das Águas organizada pela pastoral em nível estadual um dos espaços propícios a esse processo, uma vez que:

Deus revela-se na história do povo que nele acreditou e depositou sua esperança – e isso nos leva a repensar a Palavra a partir de nossa própria história. Trata-se, no entanto, de uma história real, atravessada por conflitos e confrontos; e, como só adentramos consciente e eficazmente nessa história por meio de nossa inserção nas lutas populares pela libertação, a nossa leitura da bíblia será ainda uma leitura militante. (GUTIÉRREZ, 1981, p. 17).

Nesse contexto, a Romaria da Terra e das Águas surgiu em 1978 por camponeses que viajaram em caminhões chamados de “pau de arara” até Bom Jesus da Lapa-BA suplicando, por intermédio da fé no Bom Jesus, que a violência dos

fazendeiros e das autoridades públicas cessassem para que eles pudessem continuar se reproduzindo na Terra. Essa Romaria, com outra do Rio Grande do Sul, foi a primeira realizada em âmbito nacional, sendo replicada em todo o Brasil e promovida anualmente pela CPT, como visto na figura 16, pelas Dioceses de Caetité e Arquidiocese de Vitória da Conquista em conjunto com as outras equipes da pastoral das Dioceses de Irecê, Barreiras, Barra e Bom Jesus da Lapa (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2021).

Figura 16 – Cartaz de divulgação da Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa-BA (2020)



Fonte: Arquivos da CPT Bahia e da equipe Sul/Sudoeste (2021)

Sua programação é marcada por diversos momentos, entre eles Celebrações Orantes, Missa, Via-Sacra (associando o sofrimento de Jesus com o sofrimento dos trabalhadores camponeses, constantemente torturados e ameaçados pelas investidas do capital e das ações perversas das classes proprietárias do campo sobre a Terra e sobre a vida), Plenarinhos (espaços formativos onde discutem-se questões relacionadas com a conjuntura de contradições materializadas no espaço agrário: Luta de classes pela Terra e Território, Fé e Política, Crianças, Juventude, Rio São Francisco e outros rios dentre outros assuntos, sendo cada temática pertencente a um grupo de reflexão), Noite Cultural e Grande Plenário; momentos evidenciados nas figuras 17 a 22 que agregam centenas de romeiros, na sua maioria camponeses, que unem seus dilemas, resistências, posicionamentos e esperanças por uma realidade mais justa e humana para os povos do campo baiano.

Figuras 17 a 22 – Momentos da Romaria da Terra e das Águas da CPT Bahia

Figura 17 – Celebração Orante em Bom Jesus da Lapa-BA (2019)



Figura 18 – Via-Sacra em Bom Jesus da Lapa-BA (2017)



Figura 19 – Plenarinho em Bom Jesus da Lapa-BA (2019)



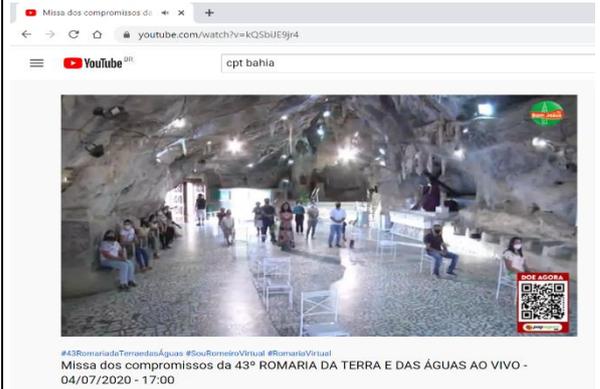
Figura 20 – Grande Plenário Virtual (2020)



Figura 21 – Noite Cultural em Bom Jesus da Lapa-BA (2017)



Figura 22 – Missa de Encerramento em Bom Jesus da Lapa-BA (2020)



Fonte: Arquivos da CPT Bahia e da equipe Sul/Sudoeste (2021)

Destaca-se que as análises agregadas pela grande plenária da última romaria – em versão virtual pelas circunstâncias da pandemia – foram divulgadas em cartas redigidas pela CPT Bahia no intento de socializar as informações levantadas pela plenária sobre os dilemas que os sujeitos sociais têm enfrentado em suas ‘labutas’

cotidianas na terra, bem como seus anseios de resistência a essas adversidades elencados no quadro 3 enquanto ‘tarefas’ assumidas pelos romeiros.

Quadro 3 – Encaminhamentos da Grande Plenária da 43ª Romaria da Terra e das Águas em Bom Jesus da Lapa-BA (2020)

| Principais apontamentos  |
|--|
| Resistir às ameaças à nossa democracia, incessantemente atacada nos últimos tempos.  |
| Denunciar os poderes políticos que se aproveitam do grave momento de crise sanitária para precarizar leis, privatizar as águas, legalizar a grilagem de terras, impor projetos danosos (de barragem, mineração, energias eólica, solar e nuclear, desmatamento, captação de água, etc.) que destroem o meio ambiente e jogam as populações empobrecidas na doença, na miséria e na fome. |
| Denunciar toda forma de violência, de modo especial contra a juventude negra, mulheres, camponeses e camponesas, quilombolas e indígenas.  |
| Denunciar a destruição das políticas públicas que garantem o mínimo de dignidade a crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos.  |
| Anunciar que é por causa da nossa fé que olhamos para o nosso chão e continuamos lutando por terra, por água, por justiça e por direitos.  |
| Superar o conformismo e o desânimo e continuar lutando pelos direitos já garantidos na Constituição Federal e agora são roubados pelos interesses do grande capital e seus asseclas.   |
| Resistir à propagação de notícias falsas e discursos panfletários, que negam os avanços da ciência e da ética e pregam os racismos, a supremacia branca e masculina, o armamento, a violência, o ódio.   |
| Reafirmar que, em tempos “normais” e em tempos de pandemia, a defesa e a proteção da vida estão acima dos interesses econômicos de minorias.   |
| Continuar e aumentar a solidariedade concreta com as pessoas mais necessitadas em quarentena, através da prece, da doação de alimentos, material de higiene, uma mensagem de conforto e ânimo.   |
| Dialogar com diferentes lideranças religiosas para que, a exemplo do Papa Francisco, líderes indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais, ajudem o povo a pensar diferente e lutar para não voltarmos à velha normalidade das injustiças, das riquezas acumuladas em grandes fortunas e de poder nas mãos de poucos.  |
| Participar da construção de uma sociedade onde as pessoas amem-se e vivam a paz, fruto da justiça, a exemplo das crianças que nos encantam com seus sonhos de um mundo livre de todos os males!  |

Fonte: Arquivos da CPT Bahia (2020). Disponível em: <<https://cptba.org.br/carta-da-43a-romaria-da-terra-e-das-aguas-2/>>. Acesso em 29 mar. 2021.

Diante desses propósitos notamos que esta romaria – mesmo diante do seu teor religioso – fomenta que seus participantes interajam em um espaço aberto ao diálogo prático, dada a pertinência dos seus posicionamentos centrados na defesa da terra, das águas e dos seus sujeitos nas comunidades; pois estas premissas, segundo os romeiros, estão em harmonia com a vontade divina. Sendo assim:

O desenvolvimento das Romarias da Terra por todo o Brasil é um dos exemplos do potencial que atinge a mística frente aos conflitos no campo. A Romaria da Terra não é uma manifestação, da qual a mística faz parte, ela é a própria mística. Outro exemplo ainda a ser estudado

é pensar a ocupação de terra como ato litúrgico. O caráter místico da história do Êxodus na Bíblia dá certa “legitimidade” religiosa e universal ao povo oprimido do campo de resistir e lutar (ocupar) pela terra. Para muitos dos participantes das lutas, as suas ações no tempo e no espaço presente fazem parte da história de Jesus Cristo, uma exigência para a construção do verdadeiro Reino de Deus. (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 238, grifo do autor).

Na observância dessas práticas Betto (1981), ao analisar as mediações entre religião e política sob uma perspectiva libertadora, coloca que enquanto o discurso religioso é advindo do sagrado, em que por meio da fé no sobrenatural fala-se do que deve ser, o discurso político parte do real concreto, da racionalidade científica, falando do que é pela transformação da realidade. Entretanto, para o autor, o discurso religioso não se restringe ao anúncio do sobrenatural, mas também denuncia as contradições do real, encaixando-se com o discurso e a prática política, visto que essa diferença reflete-se na liturgia tradicional da Igreja e na liturgia da Igreja da libertação:

Enquanto a missa tradicional corre o risco de ser para o fiel anônimo, uma celebração de “mitos” fundadores de sua fé, sacralizadores de sua passividade social e política, a celebração das comunidades segue a tradição bíblica de ser uma reaproximação da memória histórica e uma atualização do significado evangélico das lutas populares. As liturgias das comunidades tendem a produzir, na linguagem simbólica da Igreja católica, uma série de rupturas aos níveis da significação e da prática. Não se celebra somente a morte cultural, oblativa, de Jesus Cristo. Celebra-se sua morte política, vítima da ambição dos poderosos e consequência de seu compromisso radical com o Pai, que é a causa dos pobres. Jesus não está vivo apenas no pão sagrado. Sua vida prolonga-se na vida da comunidade. Comungar é alimentar-se nele para prosseguir na luta (BETTO, 1981, p. 63-65).

Tal leitura converge com os desígnos de atuação da CPT, posto que os elementos eclesiais e comunais impressos na perspectiva da libertação social são fundamentais para que seus agentes pastorais sistematizem nos seus momentos de assembleia, como exposto na figura 23, meditações sobre os caminhos percorridos e programações para a execução dos seus trabalhos.

Figura 23 – Assembleia do Sub-regional Sul/Sudoeste da CPT Bahia (2017)

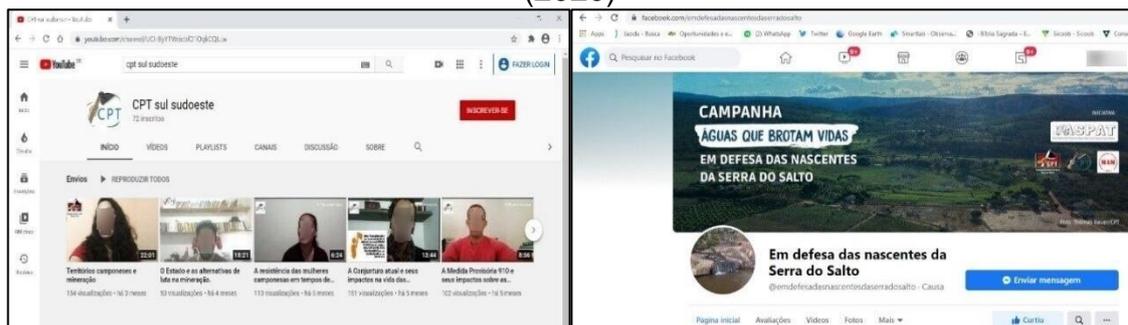


Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Este momento é de suma importância para a equipe da CPT, seus parceiros e comunidades acompanhadas, pois nele são feitas avaliações sobre a atuação da Pastoral, discute-se a conjuntura política, econômica, ambiental e social em nível nacional e local, reflete-se sobre as dificuldades enfrentadas pelas comunidades acompanhadas pela equipe, ao tempo que planejam/encaminham estratégias de organização e articulação social das comunidades para que elas lutem pela garantia dos seus modos de vida e de trabalho na terra.

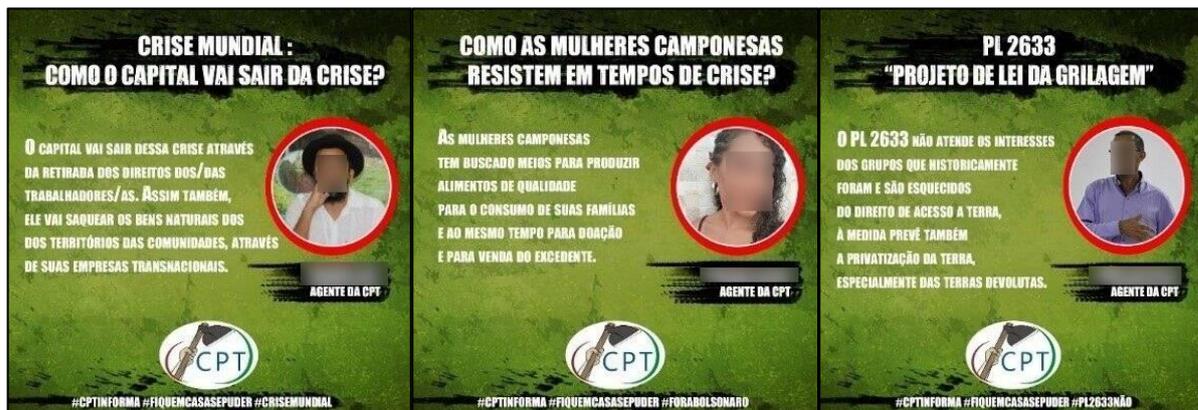
Existem ainda outros espaços cruciais para os agentes da CPT da região: as redes e mídias sociais apresentadas nas figuras 24 e 25, pois nelas a pastoral consegue alcançar a sociedade com seus estudos, formações, suas denúncias e lutas, aparato este que pode ser acessível tanto aos sujeitos das comunidades para que obtenham notícias sobre o que vem ocorrendo em nível regional, agendar encontros *online* com a pastoral etc. quanto aos demais que ainda não tiveram contato com a CPT e/ou desconhecem suas reais iniciativas pela reprodução social do campo.

Figura 24 – Atuação da CPT Bahia Sub-regional Sul/Sudoeste nas redes sociais (2020)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Figura 25 – Veiculação de CARDS da CPT sobre elementos da conjuntura política no Centro-Sul Baiano (2020/2021)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Contudo, diante da atual crise sanitária que estendeu-se por todos os recantos do mundo, inclusive nos espaços do campo, a equipe da CPT redimensionou seus trabalhos e acrescentou neles ações emergenciais, procurando de algum modo apoiar as comunidades que tem acompanhado no combate à pandemia, a exemplo do compartilhamento de informações preventivas, conforme mostra a figura 26, destinadas à conscientização dos camponeses sobre a gravidade da pandemia e dos cuidados a serem adotados.

Figura 26 – Veiculação de CARDS da CPT sobre a Covid-19 no Centro-Sul Baiano (2020/2021)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

Além disso, a equipe local da CPT denota que tem procurado efetuar suas ações em caráter de urgência, pois o cenário de miserabilidade é crescente nas comunidades acompanhadas pela pastoral, com famílias desprovidas do necessário

para sua sobrevivência uma vez que muitas delas, sem recursos mínimos, passam fome e vivem desprotegidas frente ao vírus pandêmico. Nesse processo, a CPT em parceria com outras entidades e movimentos sociais da região (Cáritas Diocesana, MAM, entre outros) vem organizando, como aponta a figura 27, cestas básicas e kits de higiene para as famílias camponesas que mais sofrem com privações.

Figura 27 – Arrecadação de alimentos e produtos de higiene destinados às comunidades camponesas do Centro-Sul Baiano na pandemia da Covid-19 (2020)



Fonte: Arquivos da equipe da CPT Sul/Sudoeste (2021)

As mobilizações de socorro nessas circunstâncias são indubitavelmente válidas segundo as orientações da CNBB, mas desde que tenham em conta as situações e os reais responsáveis pela sua materialização crítica, à medida que momentos formativos junto aos gestos de ajuda ao próximo podem favorecer a consciência dos sujeitos que vivem em situações degradantes para que eles despertem-se com os seus e envolvam-se em reivindicações sociais por condições de vida equânimes para toda a humanidade (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2008, p. 69-70).

Posto isso percebemos, através de um panorama das principais ações da equipe local da CPT – mesmo diante das contrariedades tensionadas pelo modo de produção em curso, que busca controlar os movimentos sociais do campo e seus enfrentamentos ao projeto destrutivo do capital por meio de intimidações, perseguições etc. – a atuação da pastoral tem sido de grande relevância para com a territorialização das lutas da classe camponesa no Centro-Sul Baiano, ao tempo em que mesmo envolta pela resistência nas suas estratégias de trabalho, segue suas trajetórias sem perder de vista a esperança pela libertação da terra e dos seus sujeitos sociais.

## 5 CONCLUSÕES

Nas análises proferidas nesta dissertação, assentamos nossa compreensão acerca de como as relações de sociabilidade camponesa estão sendo reproduzidas no constructo histórico e social da questão agrária brasileira, em seus conflitos expressos na constituição da propriedade privada da terra e nas contradições entre capital *versus* trabalho, a partir do movimento concreto da luta de classes, sendo que a CPT no Centro-Sul da Bahia compõe este processo ao direcionar seus posicionamentos e suas ações em favor dos sujeitos que vivem e trabalham na terra. No entanto, as determinações críticas do sistema capitalista na atualidade nos permitem verificar que o movimento pastoral tem sido atravessado por constantes obstáculos no que concerne à objetivação de suas lutas.

Ao alcançarmos este entendimento, recorreremos aos debates científicos sobre o campesinato expresso nos movimentos sociais que produzem o território – categoria esta que, teoricamente, não é uníssona na Geografia e nas demais Ciências – entendido como produto da oposição das classes que procuram reproduzir sua condição societal, ao passo que enquanto desiguais, provocam confrontações direcionadas principalmente pelas classes proprietárias em suas imposições ideológicas e repressivas sobre a classe camponesa, estando esta nas suas próprias comunidades ou nas periferias urbanas mas que, ontologicamente, carregam em seu ser o campo como espaço de reprodução da vida que tem sofrido pela apropriação gradativa das terras e seus recursos pelos atos aviltantes dos entes do mercado, dentre eles o Estado, desde em nível local até o internacional.

Sendo as classes proprietárias quem adquirem e garantem a extração da renda da terra e do lucro advindo do trabalho camponês na amplitude do campo brasileiro, observamos que ao longo do tempo histórico a formação territorial do centro-sul baiano constitui-se como particularidade desse processo, cujo pressupostos sustentaram-se na concentração do grande latifúndio para a produção agrícola sob os moldes industriais no limiar da modernização e mundialização da segunda metade do século XX, na exploração dos sujeitos que permanecem no campo e na expropriação daqueles despossuídos dos seus espaços de reprodução social, na espoliação/pilhagem dos recursos naturais, dentre outras usurpações com finalidades de realização econômica que, em contrapartida, ocasionaram a indignação e a

organização da classe trabalhadora do campo contrária aos rumos de cerceamento tomados pela classe dominante ao invadirem os espaços do campesinato.

Esse contexto encontra-se marcado temporalmente e territorialmente em vários fatos concretos ocorridos na região por meio da conflitualidade de classes, como em Matas de Pau-Brasil entre 1970 e 1980, na Greve dos Trabalhadores do Café em 1980, nas ocupações dos Sem-terra na década de 1990, entre outros tantos episódios onde a CPT esteve constantemente inserida e atuante tanto na formação política quanto na articulação prática dos camponeses para que estes, por meio da luta, seguissem questionando as intervenções perversas dos sujeitos capitalistas e as confrontassem diretamente seja em momentos de estudo nas comunidades de base, organização de acampamentos e manifestações, na judicialização de casos de grilagem etc.

Na virada do século e na ascendência dos governos petistas a partir do ano de 2003, os movimentos sociais do campo passaram a vincular, em ampla medida, seus propósitos às políticas do governo que, por sua vez, estão associadas às deliberações do Estado. Diante disso, a adoção de atos consensuais no *modus operandi* de governar dos ‘progressistas’ beneficiaram amplamente o capital personificado em empresários, rentistas, grileiros etc., e ao mesmo tempo ofereceram parques auxílios às classes camponesa e proletária entre a primeira e meados da segunda década do século XXI – situação esta que, uma vez mais, encaminhou a sistematização de conteúdos contraditórios para o campo brasileiro.

Afere-se que os contrapontos entre o discurso de desenvolvimento para toda a nação e as aplicações das políticas estatais destinadas principalmente à reprodução do mercado interno na mundialização do modo de produção em curso denotam a fragilidade nas intenções da pseudoesquerda em suas experiências junto ao poder executivo no que concerne ao abandono à “bandeira” da reforma agrária e a uma tentativa conciliatória de classes, estas que no plano prático têm seus projetos de sociedade diametralmente desiguais e irreconciliáveis.

Em meio a isso, os movimentos de luta pela terra foram ‘seduzidos’ pelo ideário de redenção dos seus sujeitos por meio das políticas públicas que atenuam minimamente as desigualdades produzidas socialmente, mas que revelam-se desprovidas de nenhuma perspectiva revolucionária e de superação às perversidades do capitalismo; pelo contrário, estão condicionadas aos ordenamentos do Estado e do capital e destinadas em sua maioria às demandas econômicas, colocando

paulatinamente os camponeses na condição de sujeitados ao *status quo*, como na produção agrícola dos pequenos agricultores sob interferência do mercado.

Colocados os entraves das formas de sociabilidade do modo de produção hodierno em crise no campo, os movimentos sociais do campo sofrem duros ataques com a legalização da criminalização de suas lutas feitas pelo Estado ainda nos governos petistas, mas principalmente após o golpe de 2016 e durante os governos posteriores, posto que as lutas camponesas vão sendo resfriadas ante à iminência de confrontos violentos para o espaço agrário, ao passo que não deixaram de irromper como ocorrido nos massacres em Colniza e Pau d'Arco no ano de 2017.

Nas nuances pela desarticulação dos enfrentamentos dos camponeses aos ditames do capital que, na atual quadra histórica, vem se estabelecendo um endurecimento dos ataques aos movimentos de luta camponesa com o atual governo de extrema-direita no poder, totalmente afinado aos interesses neoliberais. Diante da periculosidade ideológica, repressiva e abusiva do governo federal em exercício, são permitidos todo tipo de violência e assassinio dos camponeses sejam eles indígenas, quilombolas, ribeirinhos, de fundo e fecho de pasto etc. deixando a 'boiada passar' para a captura das riquezas da terra e, conseqüentemente, perpetrando investidas de controle na destruição da natureza e na dizimação dos seus sujeitos sociais.

Mesmo diante dessa conjuntura de atentados e ameaças nas quais padecem os camponeses e suas expressões de prática política, a CPT continua a desempenhar suas ações nas comunidades camponesas do Brasil e do Centro-Sul da Bahia, considerando que suas mobilizações não se expressam idênticas como em sua gênese – situada entre o período de redemocratização e no despontar das lutas nas décadas de 1990 – onde houve uma efervescente propagação dos movimentos sociais camponeses em todo o país.

É sintomático afirmar que diante das reconfigurações do espaço camponês em nosso país novos conteúdos sociais são produzidos em seus rincões, ao passo que a Pastoral da Terra na atualidade permanece atuante pelas causas dos povos do campo no Centro-Sul Baiano; mas por uma questão estratégica e de sobrevivência para o movimento pastoral ante aos perigos recentes, tem dinamizado seus trabalhos pela via da resistência seja na manutenção do apoio aos demais movimentos locais de luta camponesa tanto em nível regional quanto em nível nacional e internacional, no registro documental dos conflitos agrários na região junto à coordenação nacional da pastoral, na formação política e educacional dos seus agentes e demais

companheiras(os) como na Romaria da Terra e das Águas, na esquematização de manifestações públicas e/ou virtuais contrárias a inúmeros projetos do capital no campo, como na poluição das nascentes do Rio Pardo pelo uso demasiado de agrotóxicos nas culturas de café e eucalipto, nos riscos da mineração nos municípios de Licínio de Almeida, Caetité e Pindaí, nos grandes empreendimentos para a circulação das mercadorias do agronegócio na construção da FIOLE, bem como em suas ações na pandemia da Covid-19 como na arrecadação de alimentos para as famílias afetadas pela crise sanitária e pelo aumento do desemprego estrutural e da fome, dentre outras importantes ações em meio a um difícil cenário à luta pela terra.

As dificuldades da pastoral situam-se no panorama hodierno de criminalização das suas lutas, seja por dentro e por fora da Igreja Católica: por dentro uma vez que são tidos como hereges da fé pelos cristãos fundamentalistas de 'bem e renovados no divino', e por fora ao posicionarem-se do lado dos sujeitos que se reproduzem na terra de trabalho. Outras dificuldades enfrentadas pela CPT efetuem-se no enfraquecimento da organização de novas ocupações e acampamentos, na escassez de recursos materiais para um melhor acompanhamento das comunidades em conflito na região, bem como de mais companheiras e companheiros que apoiem as causas da pastoral, que vão ao encontro daquelas almejadas pela classe camponesa.

Nesse ínterim, chamamos a atenção de que os limites dos movimentos sociais do campo em sua totalidade exprimem-se também na sua associação aos modismos subjetivos e identitários da pós-modernidade, que desviam e negam o conteúdo radical e de unidade da luta de classes pela revolução e emancipação humana do campo, a exemplo de reduzirem o campesinato a um mero elemento cultural.

Destarte, ao compreendermos nossos limites e a necessidade de novas pesquisas que ancorem-se às discussões e contribuições deste estudo, entendemos que no mover do processo histórico a CPT na territorialização de sua atuação no campo do Centro-Sul Baiano tem perpassado pelos tensionamentos da luta de classes e das suas repercussões na terra e nos camponeses, estes que mesmos sujeitados aos flagelos da reprodução do capital em crise no campo, seja pela permanência e/ou na resistência social e aliançados à pastoral, vivem na esperança da libertação de suas trincheiras territoriais na superação do grande latifúndio e do antagonismo capital *versus* trabalho por um outro modo de sociabilidade, que atinja a plenitude emancipatória da justiça social em toda a humanidade e nas particularidades do campesinato.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 1ª ed. São Paulo: Ática (Série Princípios nº 48), 1986.

BARROS, Ilana Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base?** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1981.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Campesinato, Luta de Classe, e Reforma Agrária: A Lei de Revisão Agrária em São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CÁLICE. **Um dia na região do Pau Brasil**. Vitória da Conquista: CEUSC, ano II, n. 10, fev. 1980.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Carta Pastoral: Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. 1971. Disponível em: <https://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>. Acesso em 22 mar. 2021.

COMBLIN, Joseph. **Cristãos rumo ao século XXI**. Nova caminhada de libertação. São Paulo: Paulus, 1996.

COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ. **Semana de oração de apoio ao Pau Brasil**. Vitória da Conquista, 1979.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2019**. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em 31 mar. 2021.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: o olhar sob o signo dialético**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 1991.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e problemas da Terra.** (Documentos da CNBB n. 17). Itaici, 1980.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A Missão da Pastoral Social.** Brasília: Edições CNBB, 2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A Igreja e a Questão Agrária brasileira no início do século XXI.** (Documentos da CNBB n. 101). São Paulo: Paulinas, 2014.

CONSULTORIA LEGISLATIVA. **Os dados sobre a violência “do campo” no Brasil: análise crítica (estudo técnico).** Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

DALLAGNOL, Wilson. **As romarias da terra no Rio Grande do Sul.** Um povo a caminho da terra prometida. Porto Alegre: Comissão Pastoral da Terra, 2001.

DALPERIO, Lara Cardoso. **Geografia dos Movimentos Socioterritoriais no Brasil de 2000 à 2012.** Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2013.

DIMENSÃO. População conquistense apoia posseiros na luta contra grileiro. 10 fev. 1979.

DIOCESE. **Comunicado diocesano.** Vitória da Conquista, 04 jun. 1977.

DIOCESE. **Comunicado diocesano.** Caso Pau Brasil. Vitória da Conquista, n. 2, 07 mai. 1978.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FELÍCIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia (Londrina)**, v. 15, n. 1, jan./jun. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: **Anais do Encontro Nacional de Geógrafos.** João Pessoa. AGB, 2002. (CD-Rom).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, v. 2, n. 2, p. 115-147, 2006.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. São Paulo: UNESP, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads.htm>>. Acesso em 23/03/2021.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOIRAND, Camille. Movimentos Sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 323-354, julho-dezembro de 2009.

GONÇALVES, Renato Luiz. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ**: uma análise do Assentamento Zumbi dos Palmares. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2012.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1981.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

IOKOI, Zilda Marcia Grícoli. **Igreja e camponeses**: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo: Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

JESUS, Alex Dias de. **Do discurso da superação à convivência com a seca**: a experiência da Articulação no Semiárido (ASA) no Sudoeste da Bahia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

JORNAL FIFÓ. **Caso Pau-Brasil: mais um capítulo**. Vitória da Conquista, 06 dez. 1977.

JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? In: **Cadernos do povo brasileiro nº 1**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1962.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LEITE, Eduardo de Lima. **História e memória do conflito do Pau Brasil e a luta dos posseiros pelo direito a terra (Bahia, 1972-1981)**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2015.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1991.

LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação - Breves notas sobre a CPT. In: **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. A luta contra a Economia Camponesa. In: LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACEDO, Carmem Cinira de. **Tempo de Gênesis**: o povo das Comunidades Eclesiais de Base. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido – uma visão holística**. Série Pensar o Brasil e construir o Futuro da Nação. Brasília: CONFEA, 2007.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARANHÃO, Silvio. **A Questão Nordeste**: Estudos sobre Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Ano 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. **História dos Movimentos Sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. A questão democrática em Vitória da Conquista. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 70, 1979.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **A Greve dos Trabalhadores na Cultura do Café**. 2002. Disponível em: <<https://ruymedeiros.blogspot.com/2012/05/greve-dos-trabalhadores-na-cultura-do.html#/2012/05/greve-dos-trabalhadores-na-cultura-do.html>>. Acesso em: 02 set. 2020.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Vitória da Conquista nos anos 1960-1978. In: MOSCONI, L. (org.). **Edivanda: uma vida de fé e de muitas lutas**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 23-34, 2003.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do Capital e do Trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2004.

MENEZES NETO, Antonio Julio de. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, Maio/Ago. 2007.

MENEZES NETO, Antonio Julio de. A Igreja Católica e a Luta pela Terra no Brasil. In: **Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Niterói: SINGA UFF, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MOSCONI, Luis. Resgatando a memória das comunidades. In: MOSCONI, L. (org.). **Edivanda: uma vida de fé e de muitas lutas**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 53-128, 2003.

MOSCONI, Luis. Tirando lições. In: MOSCONI, L. (org.). **Edivanda: uma vida de fé e de muitas lutas**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 197-208, 2003.

NEVES, Germano de Souza. Aos cristãos: velhos ou novos, ricos ou pobres, padres ou leigos. **Diário de Notícias**. Vitória da Conquista, 23 jun. 1977.

NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. A luta dos Movimentos Sociais do Campo na América Latina pelo acesso à Educação: uma questão de autonomia. **Revista Pegada**, v. 12, n. 2, 2011.

NOVAES, Regina Reyes. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agraria. **Estudos Avançados**, IEA/USP. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo-SP, v. 02, n. 21, p. 113-156, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016b.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classe**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a Geografia dos camponeses no norte do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, Sandra Márcia Campos et al. Origem e gestão do setor de educação do MST no Sudoeste da Bahia. In: NUNES, C. P.; SANTOS, J. J. R.; CRUSOÉ, N. M. C. (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: políticas públicas, gestão e práxis educacionais**. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.

POLETTO, Ivo. As contradições sociais e a Pastoral da Terra. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

POLETTI, Ivo. A terra e a vida em tempos neoliberais. Uma releitura da história da CPT. In: TERRA, Comissão Pastoral da. **A luta pela terra: a CPT 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

RAMOS, Tatiana Tramontani. A Geografia dos Conflitos Sociais da América Latina e Caribe. In: CLACSO (Org.) **Movimientos Sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RELATÓRIO DATALUTA BRASIL. nº 21. Presidente Prudente: NERA-UNESP, 2020. Disponível em: <[http://catedra.editoraunesp.com.br/publicacoes\\_noticias.asp?tpl\\_id=1&id=252](http://catedra.editoraunesp.com.br/publicacoes_noticias.asp?tpl_id=1&id=252)>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: da luta social à luta política. **Carta Maior**, 31/07/2007. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Pos-neoliberalismo-da-luta-social-a-luta-politica/2/24136>>. Acesso em 18 jun. 2020.

SANTANA, Aurelane Alves. **A crise do Trabalho na cafeicultura de Vitória da Conquista-Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

SANTOS, Antônio Luiz. **Produção de riqueza e pobreza na expansão cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Pernambuco. Recife, 1987.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **“Ocupar, resistir e produzir também na educação!”: o MST e a burocracia estatal: negação e consenso**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **A territorialização dos conflitos e das contradições: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. (Des)considerações da esquerda intelectual brasileira sobre o campo e o campesinato. **Geonordeste**, Ano XXX, n. 3, p. 185-204, 2019.

SANTOS, Milton. O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica. **Terra Livre**. v. 3, n. 5, p. 9-20, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Paulo Cesar Moreira. **Araguaia: entre palavras, roças e fuzis a pedagogia dos agentes pastorais no nordeste matogrossense, nos anos 1960/1970**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2014.

SÉRGIO, Marleide Maria Santos. **Movimentos sociais**: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SILVA, Gedeval Paiva. **Os territórios em disputa às margens da Barragem de Anagé - Bahia**: Terra e água de trabalho *versus* terra e água de negócio. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo. **Revista NERA**. Ano 10, n. 11, 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes**. Camponeses em luta pelo território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SOUZA, Suzane Tosta. Expansão do capital no campo *versus* conflitos de classes no território: luta pela terra e reprodução camponesa. In: SOUZA, S. T.; SANTOS, J. R. D. (Org.). **Leituras sobre a relação estado-capital-trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais**. Vitória da Conquista: Edições UESB, p. 27-50, 2010a.

SOUZA, Suzane Tosta. Luta pela terra e atuação dos movimentos sociais no Sudoeste da Bahia: as estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). In: SANTOS, J. R. D.; MENEZES, S. O.; SOUZA, S. T. (Org.). **Novas configurações do espaço agrário nordestino**: expansão do capital *versus* movimentos e organizações sociais de luta pela terra e pelo trabalho. Vitória da Conquista: Edições UESB, p. 51-89, 2010b.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista. Crônica de uma cidade.** Vitória da Conquista: Bahia Artes Gráficas Ltda, 1992.

TEIXEIRA, Elenaldo. Brasil 1960-1978: crises, resistências e esperanças! In: MOSCONI, Luis (Org.). **Edivanda: uma vida de fé e de muitas lutas.** São Paulo: Parábola Editorial, p. 15-22, 2003.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, nº 67, set/nov 2005.

TEIXEIRA, Rita. Rita Teixeira conta algo da vida de sua irmã, Edivanda. In: MOSCONI, L. (org.). **Edivanda: uma vida de fé e de muitas lutas.** São Paulo: Parábola Editorial, p. 37-42, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho e territórios em disputa: algumas considerações. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Curitiba/Brasília, 2004.

WIED NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil.** Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Refundida e anotada por: Oliverio Pinto. São Paulo-Rio de Janeiro-Recife-Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n. 87. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro: 1990.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE** Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

---

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Territorialização pela libertação: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto às lutas camponesas no Centro-Sul Baiano”. Neste estudo pretendemos analisar a questão agrária presente no Centro-Sul Baiano e do envolvimento da CPT junto à luta histórica dos camponeses deste espaço na contramão das imposições do capital no campo. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é de elucidar a necessidade de compreensão da ação territorial dos movimentos sociais do campo, e mais especificamente a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas constantes lutas dos camponeses do Centro-Sul da Bahia contra as investidas do capital – este que se desvela hodiernamente na forma dissimulada do discurso ‘o agro é pop’ – apropriando-se dos recursos naturais e que, de forma paulatina, passa a destruir o humano presente no campo. Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): leitura e reflexão de textos (acadêmicos ou não) que tratem da temática deste estudo; pesquisa de documentos que mostrem a trajetória da CPT na região; realização de entrevistas direcionadas à antigos, novos membros do movimento e demais camponeses que cooperam com as ações da CPT; bem como de aquisição de mapas, registros fotográficos e demais recursos que nos possibilite compreender os processos territoriais referentes a esta análise científica.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, podendo haver algum constrangimento na resposta de alguma pergunta na entrevista. No entanto, a fim de amenizá-los, omitiremos a pergunta/resposta da pesquisa realizada contigo, ou reformularemos a mesma a fim de sanar este possível desconforto. Além disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os benefícios deste estudo são de que a pesquisa oportunizará a divulgação do importante trabalho desempenhado pela CPT nas estratégias de permanência e resistência dos camponeses do Centro-Sul da Bahia em vista da garantia da reprodução social destes sujeitos, bem como de documentar a atuação do movimento pela via acadêmica, ao passo de que será uma grata satisfação partilhar os resultados desta pesquisa em uma assembleia (palestra, reunião) da CPT com as lideranças camponesas da região.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma das vias será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

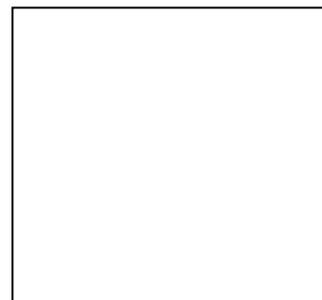
Eu, \_\_\_\_\_ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

\_\_\_\_\_ -BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura do(a) participante da pesquisa*

*Impressão digital (se for o caso)*

\_\_\_\_\_  
*Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável*



Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

**Pesquisador(a) Responsável: Guilherme Matos de Oliveira**

Endereço: Caminho 23, Casa 04, Urbis III, Vitória da Conquista-BA  
Fone: (77) 999356630 / E-mail: ggui995@gmail.com

**CEP/UESB- Comitê de Ética em Pesquisa**

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9600 (ramal 9727) / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

## APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS – TUID

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

---

Eu \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador Guilherme Matos de Oliveira, do projeto de pesquisa intitulado “Territorialização pela libertação: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto às lutas camponesas no Centro-Sul Baiano” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

\_\_\_\_\_ -BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Participante da pesquisa

---

Pesquisador responsável pelo projeto

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS ANTIGOS AGENTES DA CPT



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Pesquisador:** Guilherme Matos de Oliveira

**Orientador:** Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos



**Título da pesquisa:** Territorialização pela libertação: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas lutas de classe do campo no Centro-Sul Baiano.

**Objetivo da Pesquisa:** Analisar a questão agrária presente no Centro-Sul da Bahia e o envolvimento da CPT junto à luta dos camponeses deste espaço diante dos conflitos e contradições do capital no campo.

**Observações:** Para que sua identidade seja preservada, utilizaremos somente as iniciais do seu nome. Ao responder esta entrevista, fica-lhe claro que as informações disponibilizadas serão utilizadas para atender as demandas desta pesquisa, sendo que seus resultados, muito provavelmente, serão publicados nos espaços de divulgação científica.

Destacamos que o conteúdo das informações nos será muito importante para o desenvolvimento da pesquisa e análise dos seus resultados. Desse modo, agradecemos pela sua significativa contribuição para a feitura deste trabalho.

### Roteiro de entrevista I – Direcionado aos antigos membros e demais sujeitos que contribuíram com a CPT regional:

Data do preenchimento:

Nome:

Idade:

Sexo: Masc. ( ) Fem. ( )

Morador da: ( ) zona urbana ( ) zona rural

1º) Sua naturalidade?

2º) Sempre residiu aqui ou já morou em outro lugar?

( ) SIM ( ) NÃO – Onde?

3º) Há quanto tempo vive neste município? \_\_\_\_\_ anos.

4º) Se morador da zona rural: relate sobre como é ser camponês e sua relação com a terra:

5º) Se morador da zona urbana:

a) o(a) sr.(sr<sup>a</sup>) conhece camponeses que migraram para à cidade? E tem conhecimento de como os mesmos se reproduzem socialmente?

b) Ou o(a) sr.(sr<sup>a</sup>) é camponês vivendo na cidade? Se sim, como se reproduz neste espaço?

- 6º) Em qual(is) mobilizações sociais o(a) sr.(srª) participou?
- 7º) Quais movimentos sociais camponeses o(a) sr.(srª) conhece e/ou acompanhou?
- 8º) O(a) sr.(srª) vivenciou a gênese da CPT no Centro-Sul Baiano? Como se deu o surgimento desse movimento na região?
- 9º) Por que a igreja passa a atuar na luta pela terra?
- 10º) Qual a influência que a CPT assume da Teologia da Libertação?
- 11º) Quais os sujeitos que contribuíram com a CPT durante todo este tempo?
- 12º) Quais são as relações que o(a) Sr.(Srª) estabeleceu/estabelece com a CPT?
- 13º) Como o(a) sr.(srª) auxiliou a CPT na condução das suas ações?
- 14º) O(a) sr.(srª) percebeu/tem percebido avanços em meio a histórica atuação da CPT na região? Quais?
- 15º) Há oposição por parte de alguém, ou de algum segmento social que conheça, com o trabalho desenvolvido pela CPT? Por que?
- 16º) Quais as dificuldades enfrentadas no âmbito da própria igreja?
- 17º) Na sua opinião, quais as dificuldades enfrentadas historicamente pela CPT no desenvolvimento das ações de luta pela terra?
- 18º) Como o(a) sr.(srª) tem vivenciado o contexto dos atuais ataques aos movimentos sociais e à luta pela terra?
- 19º) Na sua opinião, quais estratégias são necessárias para que os camponeses continuem a permanecer se reproduzindo na terra? E qual o papel dos movimentos sociais (incluindo a CPT) nesse processo?
- 20º) Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?

## APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS ATUAIS AGENTES DA CPT



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Pesquisador:** Guilherme Matos de Oliveira

**Orientador:** Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos



**Título da pesquisa:** Territorialização pela libertação: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas lutas de classe do campo no Centro-Sul Baiano.

**Objetivo da Pesquisa:** Analisar a questão agrária presente no Centro-Sul da Bahia e o envolvimento da CPT junto à luta dos camponeses deste espaço diante dos conflitos e contradições do capital no campo.

**Observações:** Para que sua identidade seja preservada, utilizaremos somente as iniciais do seu nome. Ao responder esta entrevista, fica-lhe claro que as informações disponibilizadas serão utilizadas para atender as demandas desta pesquisa, sendo que seus resultados, muito provavelmente, serão publicados nos espaços de divulgação científica.

Destacamos que o conteúdo das informações nos será muito importante para o desenvolvimento da pesquisa e análise dos seus resultados. Desse modo, agradecemos pela sua significativa contribuição para a feitura deste trabalho.

### Roteiro de entrevista II – Direcionado aos atuais membros/parceiros da CPT:

Data do preenchimento:

Nº do entrevistado

Nome:

Idade:

Sexo: Masc. ( ) Fem. ( )

Morador da: ( ) zona urbana ( ) zona rural

1º) Sua naturalidade?

2º) Sempre residiu aqui ou já morou em outro lugar?

( ) SIM ( ) NÃO - Onde?

3º) Há quanto tempo vive neste município? \_\_\_\_\_ anos.

4º) Se morador da zona rural: relate sobre como é ser camponês e sua relação com a terra:

5º) Se morador da zona urbana:

a) o(a) sr.(sr<sup>a</sup>) conhece camponeses que migraram para à cidade? E tem conhecimento de como os mesmos se reproduzem socialmente?

b) Ou o(a) sr.(sr<sup>a</sup>) é camponês vivendo na cidade? Se sim, como se reproduz neste espaço?

6º) Em qual(is) mobilizações sociais o(a) sr.(sr<sup>a</sup>) participou/participa?

7º) Com quais movimentos sociais camponeses o(a) sr.(srª) convive e/ou acompanha ativamente?

8º) O(a) sr.(srª) possui informações de como se estabeleceu o surgimento da CPT na região? Se sim, destaque sobre este processo.

9º) Por que a igreja passa a atuar na luta pela terra?

10º) Qual a influência que a CPT assume da Teologia da Libertação?

11º) Quais as semelhanças e diferenças na trajetória de luta da CPT?

12º) Quais são os sujeitos e outros movimentos parceiros da CPT atualmente?

13º) Como aconteceu a aproximação do(da) Sr.(Srª) com a CPT?

14º) Como a CPT se organiza espacialmente? (se possível se tiver informações sobre Brasil, Bahia e Centro-Sul do estado)

15º) Quais as principais ações desempenhadas pela CPT em nível regional?

16º) Como o(a) sr.(srª) tem colaborado com a CPT na condução das suas ações?

17º) O(a) sr.(srª) tem percebido avanços em meio às ações da CPT na região? Quais?

18º) Há oposição por parte de alguém, ou de algum segmento social que conheça, com o trabalho desenvolvido pela CPT? Por que?

19º) Quais as dificuldades enfrentadas no âmbito da própria igreja?

20º) Quais as dificuldades enfrentadas pela CPT no desenvolvimento das ações de luta pela terra?

21º) Como o(a) sr.(srª) tem vivenciado, junto da/com a CPT, o contexto dos atuais ataques aos movimentos sociais e à luta pela terra?

22º) Na sua opinião, quais estratégias são necessárias para que os camponeses continuem a permanecer se reproduzindo na terra? E qual o papel dos movimentos sociais (incluindo a CPT) nesse processo?

23º) Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?

## APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS CAMPONESES QUE COLABORAM COM A EQUIPE DA CPT



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Pesquisador:** Guilherme Matos de Oliveira

**Orientador:** Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos



**Título da pesquisa:** Territorialização pela libertação: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas lutas de classe do campo no Centro-Sul Baiano.

**Objetivo da Pesquisa:** Analisar a questão agrária presente no Centro-Sul da Bahia e o envolvimento da CPT junto à luta dos camponeses deste espaço diante dos conflitos e contradições do capital no campo.

**Observações:** Para que sua identidade seja preservada, utilizaremos somente as iniciais do seu nome. Ao responder esta entrevista, fica-lhe claro que as informações disponibilizadas serão utilizadas para atender as demandas desta pesquisa, sendo que seus resultados, muito provavelmente, serão publicados nos espaços de divulgação científica.

Destacamos que o conteúdo das informações nos será muito importante para o desenvolvimento da pesquisa e análise dos seus resultados. Desse modo, agradecemos pela sua significativa contribuição para a feitura deste trabalho.

### Roteiro de entrevista III – Direcionado aos camponeses que auxiliam as ações da CPT na sua comunidade:

Esta entrevista pode, a depender de cada contexto, ser realizada com camponeses(as) solteiros(as) ou com camponeses(as) que constituam família.

Data do preenchimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome:

Idade:

Sexo: Masc. (  ) Fem. (  )

Comunidade camponesa:

1º) Sua naturalidade?

2º) Sempre residiu aqui ou já morou em outro lugar?

(  ) SIM (  ) NÃO Onde?

3º) Há quanto tempo vive nesta comunidade? \_\_\_\_\_ anos.

4º) Sua família é composta por quantos integrantes?

5º) Qual a formação e profissão de cada integrante da família?

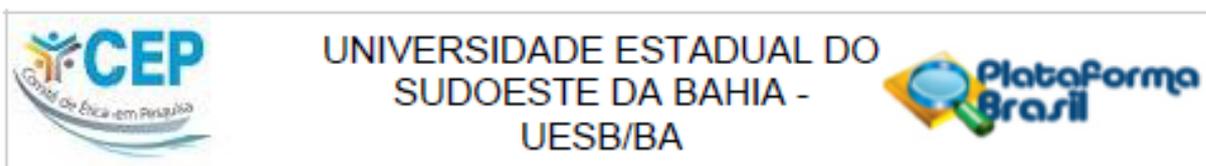
6º) O(A) Sr.(Srª) gosta (e sua família gostam) de morar aqui? Por que?

7º) Quais as atividades laborais desenvolvidas por você (e seus familiares)?

- 8º) O que a terra representa para você/vocês?
- 9º) Em relação à sua família: Todos desenvolvem trabalho na terra? Quem e quais atividades?
- 10º) Gosta(m) do trabalho no campo? Por que?
- 11º) É/são proprietário(s) da terra em que trabalha/trabalham? Há quanto tempo?
- 12º) Para as áreas de assentamento: De que forma o(a) sr.(srª) conseguiu (e sua família conseguiram) se assentar na terra?
- 13º) Em relação à esta comunidade: Quais as demandas que a mesma possui?
- 14º) Qual(is) as mobilizações sociais realizadas nesta comunidade?
- 15º) Quais movimentos sociais camponeses atuaram/atuam nessa comunidade?
- 16º) Como o(a) sr.(srª) conheceu a CPT?
- 17º) Quais são as relações que o(a) Sr.(Srª) estabelece com a CPT?
- 18º) Como o(a) sr.(srª) tem auxiliado a CPT na condução das suas ações nesta comunidade?
- 19º) Houve avanços sociais na comunidade com a atuação da CPT? Quais?
- 20º) Alguém da comunidade é contrário ao trabalho desenvolvido pela CPT? Se sim, por que?
- 21º) Na sua opinião, quais as dificuldades enfrentadas pela CPT no desenvolvimento das ações de luta pela terra?
- 22º) Como o(a) sr.(srª) e a comunidade tem vivenciado o contexto dos atuais ataques aos movimentos sociais e à luta pela terra?
- 23º) Na sua opinião, quais estratégias são necessárias para que o camponês continue a permanecer se reproduzindo na terra? E qual o papel dos movimentos sociais (incluindo a CPT) nesse processo?
- 24º) Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?

**ANEXO**

## ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TERRITORIALIZAÇÃO PELA LIBERTAÇÃO: A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) JUNTO ÀS LUTAS CAMPONESAS NO SUDOESTE DA BAHIA

**Pesquisador:** GUILHERME MATOS DE OLIVEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 29443419.0.0000.0055

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.932.396

#### Apresentação do Projeto:

Segundo o pesquisador, “[...] o presente trabalho – relacionado a uma pesquisa de mestrado em construção – evidencia a trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) enquanto um movimento social presente na luta camponesa do sudoeste da Bahia frente às investidas do capital nos seus territórios; e da necessidade de se pensar ações concretas na busca pela emancipação da classe camponesa, na garantia da reprodução dos seus modos de vida e trabalho.”

#### Objetivo da Pesquisa:

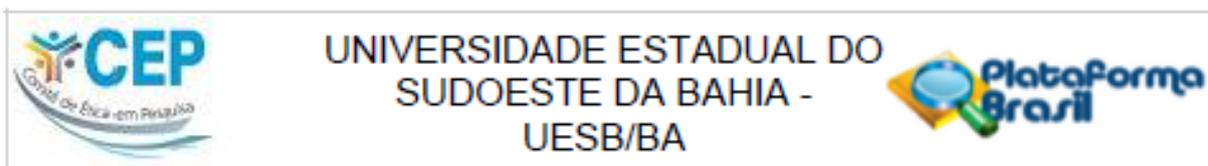
**Objetivo Primário:** Analisar a questão agrária presente no sudoeste da Bahia e do envolvimento da CPT junto à luta histórica dos camponeses deste espaço na contramão das imposições do capital no campo.

**Objetivo Secundário:** Compreender a trajetória da CPT no sudoeste da Bahia, desde sua gênese até os dias atuais; bem como suas ações, suas dificuldades no trabalho desenvolvido, e as estratégias de intervenção realizadas pela equipe da CPT junto às comunidades e assentamentos rurais presentes neste espaço.”

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

“Riscos: Este estudo apresenta risco mínimo, podendo (na fase de entrevistas) haver algum

**Endereço:** Avenida José Moreira Sobrinho, s/n  
**Bairro:** Jequezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.932.396

constrangimento na resposta de alguma pergunta. No entanto, a fim de amenizá-los, omitiremos a pergunta/resposta da pesquisa, ou reformularemos a mesma a fim de sanar este possível desconforto.

**Benefícios:** A pesquisa oportunizará a divulgação do importante trabalho desempenhado pela CPT nas estratégias de permanência e resistência dos camponeses do sudoeste da Bahia em vista da garantia da reprodução social destes sujeitos, de documentar a atuação do movimento pela via acadêmica, e de posteriormente partilhar os resultados deste trabalho científico em uma assembleia (palestra, reunião) da CPT com as lideranças camponesas da região."

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UESB.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1480378.pdf – OK;

TCLEGuilherme.doc – OK;

AutorizacaoCPTCaetite.pdf – OK;

AutorizacaoCPTConquista.pdf – OK;

ProjetoGuilherme.docx – OK;

ROTEIROENTREV3Guilherme.docx – OK;

ROTEIROENTREV2Guilherme.docx – OK;

ROTEIROENTREV1Guilherme.docx – OK;

CompromissogeralGuilherme.pdf – OK;

TUIDGuilherme.doc – OK;

FolhaderostoGuilherme.pdf – OK.

**Recomendações:**

Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

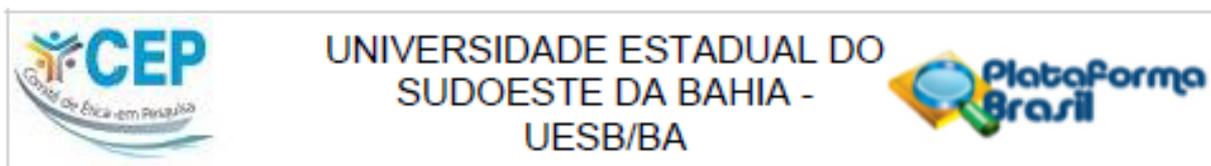
**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências ou inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Em reunião ordinária remota de 24/03/2020, a plenária deste CEP/UESB aprova o parecer do relator.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n  
 Bairro: Jequiezinho CEP: 45.206-510  
 UF: BA Município: JEQUIE  
 Telefone: (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6683 E-mail: cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.932.396

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento  | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                       | Situação |
|---|---|------------------------|-----------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1480378.pdf | 18/02/2020<br>20:21:34 |                             | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLEGuilherme.doc                             | 18/02/2020<br>20:18:31 | GUILHERME MATOS DE OLIVEIRA | Aceito   |
| Outros  | AutorizacaoCPTCaetite.pdf                     | 18/02/2020<br>20:03:09 | GUILHERME MATOS DE          | Aceito   |
| Outros  | AutorizacaoCPTConquista.pdf                   | 18/02/2020<br>19:40:59 | GUILHERME MATOS DE          | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | ProjetoGuilherme.docx                         | 18/02/2020<br>19:25:38 | GUILHERME MATOS DE OLIVEIRA | Aceito   |
| Outros  | ROTEIROENTREV3Guilherme.docx                  | 04/12/2019<br>12:57:12 | GUILHERME MATOS DE          | Aceito   |
| Outros  | ROTEIROENTREV2Guilherme.docx                  | 04/12/2019<br>12:56:44 | GUILHERME MATOS DE          | Aceito   |
| Outros  | ROTEIROENTREV1Guilherme.docx                  | 04/12/2019<br>12:56:17 | GUILHERME MATOS DE          | Aceito   |
| Outros  | CompromissogeralGuilherme.pdf                 | 04/12/2019<br>12:50:43 | GUILHERME MATOS DE          | Aceito   |
| Outros  | TUIDGuilherme.doc                             | 04/12/2019<br>12:33:51 | GUILHERME MATOS DE          | Aceito   |
| Folha de Rosto  | FolhaderostoGuilherme.pdf                     | 04/12/2019<br>12:28:09 | GUILHERME MATOS DE          | Aceito   |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JEQUIE, 24 de Março de 2020

---

**Assinado por:**  
**Douglas Leonardo Gomes Filho**  
 (Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n  
 Bairro: Jequiezinho CEP: 45.206-510  
 UF: BA Município: JEQUIE  
 Telefone: (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6683 E-mail: cepjq@uesb.edu.br